

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA ARTE**

MARIA ENEIDA BARREIRA

**CULTURA DE PRESERVAÇÃO:
O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CIDADE DE CAÇAPAVA - SP**

**GUARULHOS
2019**

MARIA ENEIDA BARREIRA

**CULTURA DE PRESERVAÇÃO:
O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CIDADE DE CAÇAPAVA - SP**

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre em
História da Arte – Universidade Federal de
São Paulo – Linha de Pesquisa: Arte e
Tradição Clássica
Orientação: Prof^a. Dra. Ângela Brandão
Coorientação: Prof^a. Dra. Manoela
Rossinetti Rufinoni

**GUARULHOS
2019**

BARREIRA, Maria Eneida

Cultura de Preservação: O Patrimônio Histórico na Cidade de Caçapava - SP / Maria Eneida Barreira. Guarulhos, 2000.
2 f.

Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientação: Profª Drª Ângela Brandão. Coorientação: Profa. Manoela R. Rufinoni

1. Patrimônio Histórico. 2. Caçapava. 3. Cultura. I. Profª Drª Angela Brandão. II. Cultura de Preservação: O Patrimônio Histórico na Cidade de Caçapava - SP.

MARIA ENEIDA BARREIRA

CULTURA DE PRESERVAÇÃO
O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CIDADE DE CAÇAPAVA – SP

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre em
História da Arte
Universidade Federal de São Paulo
Linha de Pesquisa: Arte e Tradição
Clássica

Aprovação: ____/____/____

Profa. Dra. Orientadora: Angela Brandão
Universidade Federal de São Paulo

Profa. Dra. Roseli Maria Martins D'Elboux
Universidade Mackenzie

Prof. Dr. André Luiz Tavares Pereira
Universidade Federal de São Paulo

À minha mãe Sandra (In Memoriam) que,
mesmo não estando presente atualmente,
sempre me incentivou ao caminho
acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a essa força cósmica que é Deus.

Agradeço aos meus pais, Sandra (In Memoriam) e ao meu pai João Walder, que sempre foram grandes incentivadores para que eu trilhasse o caminho acadêmico, dando-me a vida e o suporte necessário para os estudos. Agradeço a meu irmão Guilherme que, desde nossa infância, foi um grande amigo e que em todas as adversidades esteve ao meu lado, apoiando-me e trazendo motivação aos dias mais difíceis.

Agradeço a minha família Barreira e Terriaga, que são aqueles que com laços de sangue estão ao meu lado em diversas situações e que sempre torceram por minhas conquistas e me apoiaram em muitos momentos.

Agradeço à Universidade Federal de São Paulo e aos maravilhosos professores e funcionários, pela oportunidade de um ensino de qualidade e gratuito, incentivo a muitos para a pesquisa, sendo assim, trazendo um desenvolvimento à Nação.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Prof^a Dr^a Angela Brandão, sempre presente com amizade e carinho, escutando-me, auxiliando-me, entendendo meus menores e maiores problemas para que fosse possível a conclusão dessa dissertação, pelo qual terei minha eterna gratidão.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Manoela, com muita gratidão, que, em 2015, acolheu-me em uma de suas disciplinas, como aluna ouvinte, mostrando-me muito dos caminhos que poderiam ser levados para uma dissertação com uma temática patrimonial, sempre com muita disposição e amizade e atualmente com contínua disposição em ajudar como coorientadora dessa pesquisa.

Em especial agradeço ainda as professoras pós-doutorandas, Karin Philipov e Maria Luíza Zanatta, pelo apoio também a minha pesquisa.

Agradeço à Prefeitura de Caçapava, pelo entendimento da oportunidade de estudo, por meio do atual Prefeito: Fernando C. D. Borges, com sua primeira dama: Débora M. I. Borges, juntamente aos meus amigos de trabalho da cidade de Caçapava, da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, no qual posso citar meu atual Secretário: Claudinei Giovanelli, minha Secretaria Adjunta: Adriana Leandro, minha Assessora do Secretário de Planejamento: Maria de Fátima O. Gonzaga e meu diretor e chefe direto: Alexandre S. Diniz, para o qual expresso minha imensa gratidão.

Além desses aos quais agradeço, coloco ainda aqueles que todos os dias estão juntamente comigo procurando o trato melhor e o crescimento da cidade: Engenheiros Rogério, Marcelo, Jonas, companheiros responsáveis por desenvolvimento de projetos; Engenheira Alessandra, grande amiga, com imensa gratidão pelo apoio de todos os dias no âmbito da amizade e incluindo na ajuda com dados profissionais importantes provenientes da Divisão de Geoprocessamento da cidade, que me ajudou em muitos aspectos, incluindo ao entendimento do mapeamento necessário ao desenvolvimento da dissertação, incluindo sua equipe na pessoa do Adelino; Arquiteto Nelson, companheiro sempre no trato de Uso e Ocupação do Solo na cidade; Sr. João, Francisco e Antonio, responsáveis pela Topografia. Agradeço à equipe de Fiscalização de Obras: José Tadeu, Julio, Sidinei, Vania, Graça e Walfrido. Além disso, agradeço aos amigos do Departamento de Meio Ambiente, através do Diretor Agenor, Engenheira Ligia e Fiscais Ernesto e Hudson, como também a amiga Flávia sempre presentes; e à equipe de Escrituração: Leticia, André e Jaqueline; além daqueles que ajudamos nos primeiros passos da profissão, nossos amigos estagiários, que são muitos mas que estão aqui representados.

Agradeço ao Engenheiro Rogério Nanni, Ex-Secretário de Planejamento, no cargo em 2015, pela ajuda para começar os estudos como aluna ouvinte.

Agradeço ao arquiteto Marcos Abitante, Ex-Secretário de Planejamento, estando no cargo em 2017, ao apoio também aos meus estudos e Assessor do Secretário de Obras Luan Bottan, pela disponibilidade.

Agradeço aos amigos da Secretaria de Cultura, ao Secretário Fabrício Correia e em especial nas pessoas do Bruce William, Maria e Patricia, a fazer parte da Semana de Patrimônio em 2018, no qual engrena-se uma nova jornada para a construção da identidade da Cidade.

Agradeço aos amigos da Secretaria de Justiça, ao Secretário Dr. André Luíz Marcondes de Araújo, em especial na pessoa do Procurador do município Dr. Mateus Gobbi, pela ajuda no momento da caminhada do mestrado.

Agradeço a arquiteta e amiga Lúcia Lotufo, pela ajuda de disponibilizar com seu estudo de Caçapava e ainda pela força para chegar ao mestrado.

Agradeço em especial a Professora Darcy Breves, que com sua receptividade, amizade e alegria, apresentou-me bibliografias importantes para a construção dessa dissertação e pelo seu carinho e sempre conversa amiga; e ao Sr. Otávio Freitas por

sempre guardar o patrimônio através de suas fotos e pela receptividade em contar “causos” da cidade.

Agradeço ao arqueólogo Wagner Bernal, por ter me recebido em seu instituto “Origem Arqueologia”, ouvindo minha proposta e me ajudando a traçar caminhos de conhecimento para o estudo.

Agradeço a meus amigos e amigas futuros Mestres em História da Arte, que sempre estiveram presentes nesses anos, no qual tornaram-se grandes incentivadores uns dos outros, em especial: Natália, Sara, Camila, Grasiela, Paula, Tatiana e Tânia.

Agradeço em especial a amiga Indira, já mestre em História da Arte, pela sua ajuda acadêmica e amizade.

Agradeço aos meus amigos mais próximos, que são muitos, mas que sempre acreditaram em mim, e na capacidade de vislumbrar os sonhos concretizados, José Renato, Luiza Roseli, Naiara, Andyara, Lucas, Jefferson, e muitos e muitos que não terminaria de listar, como também a uma grande pessoa que conheci Marcos Aurélio.

E agradeço finalmente a todos sem distinção, mas que ocasionalmente não foram listados, porém estiveram ligados a mim de forma direta ou indireta para a conclusão dessa etapa em minha vida.

“Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categoria
[felizes ou infelizes], mas em outras duas: aquelas que
continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos
desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a
cidade ou são por esta cancelados.”
Italo Calvino, *Cidades Invisíveis*.

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar algumas questões gerais sobre o patrimônio histórico, especialmente bens imóveis no espaço urbano, como ato de preservação da identidade, num contexto internacional e também no que se refere ao Brasil e ao Estado de São Paulo. Volta-se, no entanto, especificamente, para a cidade de Caçapava, no Vale do Paraíba, com uma análise das condições de preservação atuais, através de um exercício comparativo entre as fotografias realizadas para o levantamento efetuado no ano de 1978, pelo Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho, de um lado; e fotografias realizadas no contexto hodierno da cidade, de outro.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico. Caçapava. Cultura.

ABSTRACT

This work aims to present some general questions about historical heritage, especially in urban space, as an act of preservation of identity, in an international context and also in relation to Brazil and the State of São Paulo. In particular, it is focused in the city of Caçapava, in the Paraíba Valley, with an analysis of the present preservation conditions, through a comparative exercise between the photographs made for the survey carried out in 1978 by the Architect Gustavo Neves da Rocha Filho, on one side; and photographs taken in the current context of the city, on the other.

Keywords: Historical Heritage. Caçapava. Culture.

Lista de Figuras

Figura 1. Contracapa do livro de Alípio Bastos, editado em 1955.	58
Figura 2. Croqui do Arraial de São João Batista, 1850. Foto retirada do livro de Alípio Bastos. 1955.	64
Figura 3. Croquis da Cidade de Caçapava 1895.	66
Figura 4. Trecho do Mapa até 1890 da Rede Ferroviária, linha São Paulo – Rio de Janeiro.....	69
Figura 5. Evolução da Malha Urbana - Caçapava 1850.....	78
Figura 6. Evolução da Malha Urbana - Caçapava 1877.....	79
Figura 7. Evolução da Malha Urbana - Caçapava 1928.....	80
Figura 9. Evolução da Malha Urbana – Caçapava 1954.	81
Figura 10. Classificação de tipologia de fachada. Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo – Caçapava / CONDEPHAAT. Gustavo Neves da Rocha Filho, 1978.	82
Figura 13. Mapa de Caçapava de 1992	92
Figura 15. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	97
Figura 16. Foto de Rocha Filho, 1978	98
Figura 17. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	99
Figura 18. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	99
Figura 19. Foto da autora, 2019	99
Figura 20. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	100
Figura 21. Foto de Rocha Filho, 1978	101
Figura 22. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	102
Figura 23. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	102
Figura 24. Foto da autora, 2019	102
Figura 25. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	103
Figura 26. Foto de Rocha Filho, 1978	104
Figura 27. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	105
Figura 28. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	105
Figura 29. Foto da autora, 2019	105

Figura 30. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	106
Figura 31. Foto de Rocha Filho, 1978	108
Figura 32. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	108
Figura 33. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de CaçapavaFigura	108
Figura 34. Foto da autora, 2019	108
35. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	109
Figura 36. Foto de Rocha Filho, 1978	110
Figura 37. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	111
Figura 38. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	111
Figura 39. Foto da autora, 2019	111
Figura 40. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	112
Figura 41. Foto de Rocha Filho, 1978	113
Figura 42. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	114
Figura 43. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	114
Figura 44. Foto da autora, 2019	114
Figura 45. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	115
Figura 46. Figura 20. Foto de Rocha Filho, 1978	116
Figura 47. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	117
Figura 48. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	117
Figura 49. Foto da autora, 2019	117
Figura 50. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	118
Figura 51. Foto de Rocha Filho, 1978	120
Figura 52. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	120
Figura 53. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	120
Figura 54. Foto da autora, 2019	120

Figura 55. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	121
Figura 56. Foto de Rocha Filho, 1978	122
Figura 57. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	123
Figura 58. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	123
Figura 59. Foto da autora, 2019	123
Figura 60. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	124
Figura 61. Foto de Rocha Filho, 1978	125
Figura 62. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	126
Figura 63. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	126
Figura 64. Foto da autora, 2019	126
Figura 65. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	127
Figura 66. Foto de Rocha Filho, 1978	128
Figura 67. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	129
Figura 68. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	129
Figura 69. Foto da autora, 2019.	129
Figura 70. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	130
Figura 71. Foto de Rocha Filho, 1978	131
Figura 72. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	132
Figura 73. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	132
Figura 74. Foto da autora, 2019.	132
Figura 75. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	133
Figura 76. Foto de Rocha Filho, 1978	134
Figura 77. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	135
Figura 78. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	135
Figura 79. Foto da autora, 2019.	135

Figura 80. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	136
Figura 81. Foto de Rocha Filho, 1978	137
Figura 82. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	138
Figura 83. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	138
Figura 84. Foto da autora, 2019.	138
Figura 85. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	139
Figura 86. Foto de Rocha Filho, 1978	140
Figura 87. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	141
Figura 88. Foto da autora, 2019.	141
Figura 89. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	142
Figura 90. Foto de Rocha Filho, 1978	143
Figura 91. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	144
Figura 92. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	144
Figura 93. Foto da autora, 2019	144
Figura 94. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	145
Figura 95. Foto de Rocha Filho, 1978	146
Figura 96. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	147
Figura 97. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	147
Figura 98. Foto da autora, 2019	147
Figura 99. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	148
Figura 100. Foto de Rocha Filho, 1978	149
Figura 101. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	150
Figura 102. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	150
Figura 103. Foto da autora, 2019	150
Figura 104. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	151

Figura 105. Foto de Rocha Filho, 1978	152
Figura 106. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	153
Figura 107. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	153
Figura 108. Foto da autora, 2019	153
Figura 109. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	154
Figura 110. Foto de Rocha Filho, 1978	155
Figura 111. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	156
Figura 112. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	156
Figura 113. Foto da autora, 2019	156
Figura 114. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	157
Figura 115. Foto de Rocha Filho, 1978	158
Figura 116. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	159
Figura 117. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava	159
Figura 118. Foto da autora, 2019	159

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	16
2 – CAPÍTULO 1 – QUESTÕES PATRIMONIAIS	19
2.1 QUESTÕES PATRIMONIAIS	19
2.2 CARTAS PATRIMONIAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL	25
2.2.1 CARTA DE ATENAS – SOCIEDADE DAS NAÇÕES DE OUTUBRO DE 1931	25
2.2.2 CARTA DE ATENAS – NOVEMBRO DE 1933	26
2.2.3 RECOMENDAÇÃO DE PARIS - DEZEMBRO DE 1962	29
2.2.4 CARTA DE VENEZA – MAIO DE 1964	29
2.3 CIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	34
2.4 O PATRIMÔNIO NA AMÉRICA DO SUL	36
2.4.1 NORMAS DE QUITO – NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1967	36
2.4.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO – O CASO BRASILEIRO	38
2.4.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO ESTADO DE SÃO PAULO	43
2.4.4 CAÇAPAVA E PATRIMÔNIO	46
3 – CAPÍTULO 2 – CAÇAPAVA	54
3.1 – HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA E SEUS CAMINHOS	54
3.2 CAÇAPAVA – HISTÓRIA E CRESCIMENTO URBANO	56
3.2.1 DAS ORIGENS A CAÇAPAVA DE NOSSA SENHORA D’AJUDA E SEU POVOAMENTO	57
3.2.2 CAÇAPAVA – ARRAIAL E FREGUESIA	61
3.2.3 CAÇAPAVA – FREGUESIA E SEGUNDO POVOAMENTO	63
3.2.4 VILA E ORGANIZAÇÃO PARA MUNICÍPIO	65
3.2.5 CAÇAPAVA: HISTÓRIA E CRESCIMENTO URBANO – BREVE RESUMO DAS PRERROGATIVAS INICIAIS DA VILA A PARTIR DE 1855.	65
3.2.6 CAÇAPAVA – ELEVAÇÃO PARA CIDADE, HISTÓRIA E CRESCIMENTO URBANO	68
4 CAPÍTULO 3 – CAÇAPAVA – PATRIMÔNIO EM REVISÃO	75
4.1 CAÇAPAVA – LEVANTAMENTO DE GUSTAVO NEVES DA ROCHA FILHO	76
4.2 INTRODUÇÃO AO ASPECTO DA QUESTÃO COLONIAL COMO TIPOLOGIA DE MORADIA	86
4.3 ANÁLISE DO LEVANTAMENTO HISTÓRICO DE GUSTAVO NEVES DA ROCHA FILHO	89
5 – CONCLUSÃO	161
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura contribuir com uma reflexão sobre o Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Caçapava, localizada no Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo. O Vale do Paraíba paulista se caracteriza, entre outros aspectos, por ser um conjunto de estruturas históricas e urbanas que permite diversos apontamentos sobre sua historicidade, principalmente por ter sido a rota dos Bandeirantes, os quais consolidaram cidades através do caminho, hoje designado Estrada Velha Rio – São Paulo que fazia a ligação entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse sentido, criaram-se ao longo desse caminho diversos assentamentos que, com o tempo, formaram núcleos populacionais que hoje ainda conservam, em seu espaço rural, inúmeras fazendas e construções coloniais e oitocentistas; e, no espaço urbano, conjuntos de edificações de diferentes épocas, desde o período colonial. Caçapava é um exemplo disso.

Em um primeiro momento, esta dissertação procura apresentar algumas questões muito gerais acerca do que se entende como Patrimônio, noções iniciais, conceitos, a trajetória de suas concepções, o desenvolvimento das questões preservacionistas no âmbito internacional e alguns apontamentos no que se refere ao Brasil e à América Latina. Como não existe, em Caçapava, uma consciência muito clara por parte da população e tampouco por parte dos poderes públicos sobre a importância da preservação do Patrimônio Histórico da cidade, especialmente no que se refere ao seu aspecto urbanístico e suas edificações, é preciso apresentar para os leitores desse texto algumas ideias iniciais sobre patrimônio, referentes ao olhar sobre o monumento histórico, e também sobre o que existe de concreto em termos de legislações patrimoniais, assim como das ações concretas por meio de órgãos de proteção ao Patrimônio. Em outras palavras, esta dissertação se dirige, especialmente, aos moradores da cidade de Caçapava, assim como aos agentes públicos envolvidos com a administração da cidade, como uma contribuição para a reflexão sobre os destinos de seu patrimônio histórico, sobre como esta questão foi tratada até o momento e sobre o que é possível ainda realizar a esse respeito.

As inquietações que deram origem a esta dissertação de mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, surgiram de minha experiência como Arquiteta da Prefeitura de

Caçapava. Na prática de minha atuação profissional no município, percebo, com inquietação, como vem se dando o desenvolvimento urbano e avanço da especulação imobiliária desenfreada, sem nenhum critério de preservação do que ainda resta em termos de patrimônio arquitetônico de valor histórico. Grande parte disso se deve, não apenas ao interesse econômico, mas também à carência de estudos e projetos de preservação que possam conciliar o desenvolvimento da cidade com a consciência do valor do Patrimônio. Esta dissertação, portanto, não foi pensada para especialistas ou profissionais já conscientes dessas noções, mas especialmente para leitores leigos que possam compreender facilmente o que é Patrimônio e a importância de sua preservação, assim como conhecer um pouco da história de Caçapava e o quanto seu aspecto urbano vem se transformando, com o desaparecimento e descaracterização de muitos de seus elementos.

Para apresentar algumas noções sobre o Patrimônio no Brasil, consideramos brevemente as propostas de Mario de Andrade, nos anos 1930, e a criação do primeiro órgão destinado à pesquisa e preservação de nosso patrimônio, em 1937, o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), passando a se denominar IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional). Também apontamos o estabelecimento de órgãos estaduais, no que se refere especificamente ao Estado de São Paulo, com o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico), fazendo assim uma trajetória linear.

Já no segundo capítulo será introduzida uma breve história do Vale do Paraíba, como se formou e sua configuração como região desenhada pelo Rio Paraíba, chegando à cidade de Caçapava, nosso objeto de estudo. Sobre Caçapava será traçado uma rápida trajetória histórica, na qual se procurou esboçar algumas ideias sobre o contexto que abrigou seu desenvolvimento arquitetônico e urbano, desde a criação da cidade, e qual o tecido histórico no qual se inserem os objetos que serão contextualizados, quais sejam, algumas de suas edificações e de certos aspectos urbanos.

No terceiro e último capítulo será feita uma abordagem do inventário do patrimônio histórico de Caçapava, realizado pelo arquiteto e urbanista Gustavo Neves da Rocha Filho, em 1978, como parte de um projeto maior de levantamento do patrimônio de algumas cidades do Vale do Paraíba Paulista, do qual Caçapava fez parte. O levantamento de Rocha Filho, de 1978, demonstrava a consideração da importância histórica do Vale do Paraíba e, o que nos interessa aqui muito

particularmente, evidenciava a importância, naquele momento, dos objetos descritos e fotografados pelo arquiteto. O exercício comparativo realizado nesta dissertação consistiu, tão somente, em escolher alguns dos edifícios e locais que foram fotografados por Rocha Filho e localizá-los na cidade de Caçapava em sua conformação urbana atual.

Não foi realizada, portanto, uma comparação exaustiva entre o aspecto dos edifícios e locais de Caçapava fotografados em 1978, por Rocha Filho, ou sua condição atual em termos de totalidade. Tal seleção, a partir de uma amostragem, foi feita com base em critérios estilísticos. Escolhemos os edifícios que guardavam mais especificamente elementos das casas coloniais, assim como edificações com características oitocentistas, quais sejam, historicistas, revivalistas ou, de modo geral, ecléticas – datadas da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Alguns edifícios selecionados possuem traços de modernização no início do século XX, como elementos *art nouveau* e industriais, assim como indicações das mudanças da arquitetura colonial influenciadas pelo higienismo.

Independentemente da época e dos estilos dos edifícios e locais que elegemos para este exercício comparativo entre o aspecto que apresentavam em 1978 e como se apresentam hoje, o questionamento principal do trabalho se volta para a verificação do que realmente aconteceu com a preservação (ou não preservação) do patrimônio da cidade e se isso se comprova pela visão urbana atual.

Sendo assim, o presente trabalho visa evocar uma “cultura do pertencimento” (CANCLINI, 1994) buscando pensar, primeiramente, a formação da cidade e suas nuances históricas (LE GOFF, 1990). Na sequência, focamos na análise da condição dos imóveis hoje ainda existentes e, como parte da conclusão do presente trabalho, procuramos incentivar a conscientização da população e dos poderes municipais sobre a necessidade da preservação para que se conserve e restaure a memória e identidade que ainda sobrevivem em Caçapava.

Através do percurso dessa dissertação, estamos propondo a necessidade de um olhar mais demorado sobre a cidade, sua história e sua capacidade de se transformar sem perder completamente suas raízes, trazendo, assim, um conceito legítimo de ser parte de um todo. O presente estudo, assim, se pretende como um registro histórico que colabore com a conscientização e a cultura de preservação para Caçapava.

2 – CAPÍTULO 1 – QUESTÕES PATRIMONIAIS

2.1 QUESTÕES PATRIMONIAIS

Para compreendermos os processos de identificação e de preservação do patrimônio histórico – especialmente no que se refere ao nosso objeto de estudo – o conjunto urbano e arquitetônico da cidade de Caçapava, no Vale do Paraíba, em São Paulo –, precisamos apresentar algumas anotações teóricas e históricas acerca das noções de patrimônio e de preservação, que se dispõe no contexto mundial e que repercutem no contexto brasileiro. Nossa proposta não é apresentar uma visão aprofundada sobre as questões do patrimônio, sua conceituação, a história de sua concepção ou das noções de conservação e de restauração. Todos esses aspectos serão tratados aqui apenas de forma introdutória. Faremos uma rápida abordagem das discussões sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico no contexto europeu, no Brasil e em São Paulo, buscando situar a atuação dos órgãos de proteção na esfera nacional e estadual, para compreender as questões do patrimônio na cidade de Caçapava, nosso foco de pesquisa.

Entendemos, contudo, que o estudo dos aspectos históricos e teóricos que contextualizam as noções de patrimônio, conservação e restauração de monumentos é uma etapa importante para compor nossa reflexão a respeito do que é o patrimônio de Caçapava. Para os leitores leigos, moradores da cidade, a quem este trabalho se dirige em certa medida, estas linhas poderão ajudar a compreender que os edifícios históricos de sua cidade devem ser respeitados e, portanto, conservados ou restaurados por sua inserção num problema universal e não por questões locais ou peremptórias. Sendo assim, nas linhas adiante serão analisados alguns conceitos importantes para que possamos compreender as origens dos debates sobre a preservação dos monumentos, ainda que de forma sintética, pontuando alguns elementos de sua história como referência para o estudo atual.

O patrimônio, seja ele material ou imaterial, exposto como bem cultural por meio de sua historicidade, tem como função social a orientação da população no sentido de alicerçar os seus laços de pertencimento com a história de cada lugar, ou seja, no sentido de permitir o reconhecimento, nesses bens históricos – como nas arquiteturas e na cidade –, de uma gama de significados e de conteúdos por meio dos quais o cidadão poderá entender que ele próprio e o bem fazem parte de um todo comum.

No entanto, antes de nos atermos aos fatos da arquitetura entendida como objeto valorizado pela sociedade e que demanda a preservação, é necessário tratarmos o patrimônio de forma mais ampla, com o intuito de embasar as questões que serão abordadas nos capítulos posteriores.

Para entendermos a questão do patrimônio de maneira abrangente podemos observar, primeiramente, as relações humanas que consideram o valor das coisas e de suas interpretações, ou seja, o processo de atribuição de valores e de transformação de produtos da ação humana – sejam artefatos materiais ou manifestações intangíveis—, em história palpável, concreta e descrita pelos objetos ou monumentos do passado.

Segundo Françoise Choay, em sua origem a ideia de patrimônio pode estar ligada às estruturas familiares, algo transmitido de pai para filho (CHOAY, 2006, p.11). Já em outra concepção, o patrimônio se demonstra como algo que deriva da ideia de nação; um conceito que possui, portanto, uma abrangência maior do que aquela familiar (LEMOS, 2010, p. 7). E, nessa condição coletiva e abrangente, notamos que o conceito de patrimônio está envolvido nos aspectos que permeiam cada cultura, se manifestando por meio de diversos elementos, tais como: os naturais, a exemplo do clima que desenvolve e condiciona o comportamento social ou de marcos simbólicos na paisagem que se tornam pontos de referência e que dirigem nossos passos; os técnicos: reunindo os saberes de uma sociedade; e, por fim, os elementos culturais em si: objetos e artefatos de uma comunidade, incluindo suas construções de morada, que são frutos dos dois elementos anteriores (LEMOS, 2010, p.8-11). A abordagem de Lemos vai ao encontro da definição de “cultura” exposta por Laraia (2001), que a considera como o conjunto de valores a partir dos quais os povos se expressam, unindo toda uma sociedade em um relação intrínseca. Para Françoise Choay, a expressão “patrimônio histórico”...

designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos dos saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).

Nesse ponto, ao identificarmos um sentido de “patrimônio” que pode estar relacionado à transmissão de saberes que regem determinada cultura, é possível

investigarmos a historicidade sutilmente relacionada à construção desse próprio conceito, situando em que medida o reconhecimento do que seja “patrimônio” delineia a forma como cada sociedade elabora o seu próprio passado.

As origens da ideia de Monumento Histórico remontam à Roma tardo-medieval, por volta de 1420, quando Martinho V restabeleceu ali a sede do papado. Nesse contexto, o pensamento humanista e a revalorização intelectual do mundo antigo abriram caminho para um estudo mais atento sobre os objetos do passado, a exemplo do interesse pelas ruínas antigas. Tais estudos foram fomentados e postos em circulação por meio de uma elite econômica, social e clerical do *Quattrocento* que fazia buscas arqueológicas e debruçava-se sobre a questão da monumentalidade, a partir de um interesse real e artístico sobre o mundo Antigo (CHOAY, 2006, p. 31).

O Renascimento, como um período portador de ideias da primeira idade moderna, descreve o resgate e o conhecimento da arte do mundo Antigo, e sugere, ainda que indiretamente, a necessidade de se pensar a preservação. Embora o sentido de preservação e de renovação do mundo antigo nunca tenha deixado de existir – durante toda a Idade Média, com a Arte Românica, por exemplo –, foi no Renascimento que a “descoberta” tornou-se mais consciente e parte de um esforço sistemático. As intensas pesquisas que se fizeram a partir do Renascimento revelaram a necessidade de resgatar e de preservar artefatos do passado para que se pudesse estudá-los. No entanto, o interesse pela preservação de um objeto como documento histórico que se deseja transmitir às gerações futuras se intensificaria somente a partir do final do século XVIII, em um contexto de conformação de campos disciplinares específicos, como a História e, mais tarde, a própria História da Arte.

É importante ressaltar, contudo, conforme apontamos acima, que o interesse pelas obras do passado já era discutido antes do Renascimento, ao menos desde a Idade Média. No entanto, naquele contexto, a apreciação de obras de outra época, assim como a produção de novos espaços, não questionavam, necessariamente, as relações que o homem poderia estabelecer com o seu passado, mas partiam da introdução adicional de novos elementos e de características construtivas do momento presente (RUFINONI, 2013, p. 31). Segundo Choay (2006), a Idade Média foi um período de grande destruição de monumentos da Antiguidade, sobretudo, devido a fatores religiosos ou de ordem funcional, buscando a reutilização de antigas estruturas, mas também por invasões de povos oriundos do norte da Europa em formação. Na Idade Média perdeu-se, em parte, o sentido e o uso dos monumentos e

objetos do mundo Antigo, tendo sido mantidos o interesse e a capacidade de preservá-los apenas por parte de clérigos motivados, criando “depósitos” da então *humanitas* antiga em monastérios e igrejas. Dessa forma, podemos dizer que

móveis ou imóveis, as criações da Antiguidade não desempenham, pois, o papel de monumentos históricos. Sua preservação é, de fato, uma reutilização. Ela se apresenta sob duas formas distintas: reutilização global, combinada ou não com reformas; fragmentação em peças e pedaços, utilizáveis para fins diferentes e em lugares diversos (CHOAY, 2006, p. 40).

Se pensarmos nas relações entre patrimônio e monumento, o cenário do *Quattrocento* se vira marcado substancialmente pela questão da defesa dos objetos do passado antigo, especialmente por um esforço do clero e da Igreja de Roma, evidenciando três discursos: o da perspectiva histórica; o da perspectiva artística e o da conservação. O discurso da conservação se pautou pela ressignificação dos objetos, ainda reduzidos “às antiguidades” e reservado para um público limitado de eruditos, artistas e mecenas; deixando, então, a questão do monumento histórico para o campo dos artefatos de coleção (CHOAY, 2006, p. 57-59).

Ações relacionadas à apreciação do valor artístico e histórico do bem, como a preservação e a restauração, embora estivessem culturalmente presentes desde o Renascimento, somente em meados do século XVIII encontrarão respaldo em um pensamento histórico e científico (RUFINONI, 2013, p. 29). Tal pensamento científico a respeito da conservação e da restauração das obras do passado, herdeiro das premissas da Revolução Francesa e do Iluminismo, se sedimentaria por meio da obra de uma série de autores que começaram a teorizar a questão em meados do século XIX, diante da aceleração das transformações da modernidade.

O panorama da Revolução Francesa foi, portanto, o início de um entendimento mais criterioso do passado histórico a partir do estudo de artefatos antigos, ação impulsionada pelo conhecimento de antiquários e de especialistas que elaboraram escritos e relações de objetos e monumentos de caráter nacional que mereciam salvaguarda. No entanto, no contexto europeu, a seleção dos monumentos que deveriam ou não ser preservados transformou essa questão em uma espécie de combate (CHOAY, 2006, p. 95 a 96).

No contexto das cidades, com as ideias iluministas e a era das Revoluções iniciou-se um processo progressivo, porém rápido, de destruição do passado

arquitetônico das comunidades urbanas. A arqueologia, por sua vez, começou a ter um papel importante no direcionamento dos estudos sobre as obras do passado, pois delimitou as eras por meio da análise dos bens existentes, identificando valores e construindo bases para o conhecimento histórico (LARAIA, 2001).

Cabe ainda lembrar que, a partir do século XIX, as consequências das intervenções urbanas expandiram o conceito de monumento histórico, abrindo caminho para se pensar nos requisitos que definem a importância dos monumentos diante da crescente transformação das cidades e das remodelações em massa, também impulsionadas pelo processo de evolução industrial (RUFINONI, 2016, p. 37).

O tratamento do monumento histórico, a partir de 1820, tornou-se mais amplo, indo além do papel exercido pelos antiquários e passando a acompanhar uma nova mentalidade, permeada pela aceleração das transformações em diversos âmbitos da vida econômica e social em ambiente europeu. Nas primeiras décadas do século XIX, o processo que Choay denomina como a “consagração do monumento histórico” levou, num primeiro momento, a que se sugerisse, em 1830, a criação do primeiro cargo de inspetor geral de monumentos históricos no governo francês (CHOAY, 2006 p. 126-127).

A revolução industrial como processo em desenvolvimento planetário dava, virtualmente, uma dimensão universal ao conceito de monumento histórico, aplicável em escala mundial. Como processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando a proteção ao monumento histórico e, por outro, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da arte (CHOAY, 2006, p. 127).

Segundo Choay, o papel instaurador da questão dos monumentos e de seus valores se deve, de forma mais concreta, à experiência italiana – sobretudo a partir do início do século XX, com os estudos de Camillo Boito (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947). As diversas iniciativas anteriores observadas em ambiente francês, contudo, a exemplo dos citados antiquários que desenvolveram estudos sobre as artes de cada povo e os museus iconográficos, em uma estrutura de conservação centralizada, assim como da imprescindível contribuição dos estudos e obras de restauro realizadas por Vollet-le-Duc (1814-1879), forneceram as bases para esse debate (CHOAY, 2006, p. 119)

O século XIX, portanto, foi um período crucial para fomentar um interesse mais abrangente pelo tema da conservação de monumentos, na medida em que se evidenciavam as consequências das intensas transformações econômicas, políticas, sociais e urbanas no cenário europeu, como nos revelam os escritos de diversos estudiosos do período, como Quatremère de Quincy (1548-1849), John Ruskin (1819-1900) e Viollet-le-Duc (1814-1879) (RUFINONI, 2013, p.37). A partir de então, observamos uma crescente preocupação com ações voltadas à preservação de monumentos históricos, levando à realização de experiências práticas de intervenção e à elaboração de diversos escritos técnicos e teóricos sobre o tema, buscando compreender a atribuição de valores aos bens do passado e as formas de interpretá-los (RUFINONI, 2013, p. 38).

Segundo Argan:

Uma vez que as obras de arte são coisas as quais está relacionado um valor, há duas maneiras de tratá-las. Pode-se ter preocupação pelas coisas: procurá-las, classificá-las, conservá-las, restaurá-las, exibi-las, comprá-las, vendê-las; ou então, pode-se ter em mente o valor, pesquisar em que ele consiste, como se gera ou se transmite, se reconhece e se usufrui (ARGAN, 2013, p. 13).

Demarcada a importância da relação entre obra de arte e os valores que atribuímos à mesma ao longo do tempo, podemos dizer que os valores cognitivo e artístico se manifestam em um dado objeto de forma entrelaçada.

A atribuição de valores histórico, cognitivo e artístico aos monumentos e a consideração desses mesmos valores nas ações de preservação manifestaram-se de forma distinta na análise de cada teórico da preservação, desde Viollet -Le-Duc e John Ruskin, no século XIX, até os desdobramentos desse debate ao longo do século XX, cujas repercussões podemos observar, em linhas gerais, nas diretrizes emanadas dos documentos internacionais voltados à preservação de bens culturais, as chamadas cartas patrimoniais.

2.2 CARTAS PATRIMONIAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Após um breve panorama histórico da questão do patrimônio, vamos tratar, sucintamente, das chamadas cartas patrimoniais. Seguindo a relação das Cartas Patrimoniais disponibilizada pelo *site* do IPHAN¹, trataremos desses documentos de preservação como importantes fontes para a compreensão das definições e diretrizes de tratamento do patrimônio histórico, buscando identificar as discussões que repercutiram na preservação do patrimônio no contexto brasileiro.

2.2.1 CARTA DE ATENAS – SOCIEDADE DAS NAÇÕES DE OUTUBRO DE 1931

A Carta de Atenas² foi elaborada no ano de 1931, por meio de uma conferência, sendo o primeiro modelo de um documento mundialmente reconhecido para tratar das questões de patrimônio. A Carta de Atenas se fez a partir de pontos importantes discutidos durante a conferência, determinando doutrinas e princípios nos quais se demonstrava que os monumentos devem ser preservados tal qual chegaram até nós, sem prejuízo de quaisquer acréscimos do tempo, por meio de manutenção regular.

Nessa conferência foram discutidas formas de organizar o direito público e privado, sendo que o interesse maior era o da preservação de bens artísticos, históricos e científicos que fossem de interesse e pertencentes às diversas nações.

No quesito restauro, foi discutido, na conferência, quais os materiais a serem utilizados e sua importância, incluindo até mesmo o uso do cimento armado, recomendando ainda procedimentos que evitassem os riscos da degradação. Os debates correram, ainda, a respeito da degradação por meio de agentes atmosféricos. É importante ressaltar que, para as técnicas de preservação, foram colocados alguns precedentes importantes:

¹ Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Cartas Patrimoniais. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acesso em 6 de junho de 2018.

² Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em 6 de junho de 2018.

Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe com a recolocação nos lugares de seus elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. Quando for impossível a conservação das ruínas descobertas durante uma escavação, é aconselhável sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo minucioso. (Carta de Atenas, p. 3)

As recomendações acerca das técnicas de escavação expressam, ainda, a necessidade de supervisão de um arquiteto ou arqueólogo. Para as demais obras e monumentos, a Carta recomenda um estudo bem elaborado de toda estrutura e do impacto de eventuais novas construções.

2.2.2 CARTA DE ATENAS – NOVEMBRO DE 1933

A Carta de Atenas de 1933³ foi elaborada pela Assembleia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Apesar de não ser direcionada à salvaguarda de bens patrimoniais, a Carta de 1933 considera a temática da preservação em algumas passagens.

Esta carta é dividida em três partes, nas quais debate os seguintes temas:

Parte 01 – Generalidades:

Esse tópico contempla a cidade como organismo econômico, social e político. Neste ponto, a Carta de Atenas de 1933 coloca em discussão a dimensão humana das cidades no que tange ao individual e ao coletivo, ressaltando que o indivíduo não consegue se manter isolado e sozinho, sendo necessário fazer parte de um todo. Ressalta, porém, que as interações entre as pessoas seriam “frutíferas” apenas se fossem contempladas de forma civilizada e colaborativa.

O ser humano como possuidor e também modificador da história constrói suas cidades através da arquitetura e do traçado das cidades, transmitindo o conhecimento das capacidades humanas. As cidades são, portanto, o registro do presente, tendo o

³ Carta de Atenas de 1933. In IPHAN, <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>

passado como importante ferramenta que descreve as ações da sociedade ao longo do tempo.

A cidade está, então, baseada na complexidade humana, em suas variáveis, por meio de traçados delimitantes que estão em pleno movimento, precedendo as aglomerações e as condições de subsistência que originam novas construções e que criam bem-estar, regredem ou progridem.

De acordo com a Carta, a alma coletiva é a cidade, e a partir dela se entende o passado, o presente e se busca o futuro, no qual se inclui a condição de determinação da preservação, pois o espírito da cidade é formado pela coletividade das “almas” construídas e aderidas ao comportamento diário da urbanidade.

O crescimento acelerado da população das cidades, contudo, ocasionou a degradação das antigas estruturas urbanas, incapazes de atender às condições mínimas de habitabilidade.

Parte 02 – Estado Atual Crítico das Cidades:

Esse segmento da Carta de Atenas descreve algumas particularidades e funções da cidade, como habitação, trabalho, circulação e patrimônio. A Carta discorre sobre o volume populacional, as condições sanitárias e de salubridade, afirmando que a cidade de então estava fadada ao mal-estar permanente. Segundo a Carta é possível verificar que um bom urbanismo se detém na observação das condições climáticas locais, na planificação do zoneamento e na transformação dos projetos das edificações, como a modificação das testadas e a alteração das vias de circulação. O documento expõe, portanto, uma forte crítica ao crescimento desenfreado dos subúrbios, sem organização e sem estruturação, enfatizando que essa falta de planejamento é o mal da cidade.

A Carta preconiza, ainda, o respeito ao lazer e a relação entre o ambiente urbano e a saúde humana, discorrendo sobre a distância ideal entre as residências e os locais de trabalho e identificando os problemas de circulação e de mobilidade urbana, gerados por determinadas tipologias viárias e construtivas consideradas inadequadas. Chegamos, finalmente, aos dizeres da Carta com relação ao patrimônio das cidades. Esse trecho será citado na íntegra para uma melhor absorção do conteúdo.

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos).

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado e que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico e sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, tem a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. [...]

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito a perenidade: convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real: o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certas excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico [...]

O emprego dos estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, tem consequências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma. Tais métodos são contrários a grande lição de história. Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, a totalidade de recursos técnico da sua época. (Carta de Atenas, 1933, p.24-26).

Nessa breve apresentação da Carta de Atenas de 1933, podemos destacar que, na opinião dos redatores do documento, os arquitetos do CIAM, a cidade havia deixado de desempenhar adequadamente a sua função primordial de abrigar o homem. Com o crescimento populacional e os novos paradigmas de produção da sociedade industrial, os interesses privados teriam se tornaram primordiais, em detrimento do valor humano. Frente a tal situação, a Carta de Atenas de 1933 defendia que a função fundamental do urbanismo seria reger criteriosamente as funções da cidade: o habitar, circular, residir e recrear-se, colocando o bem-estar do habitante em primeiro lugar.

2.2.3 RECOMENDAÇÃO DE PARIS - DEZEMBRO DE 1962

A Recomendação de Paris originou-se de uma reunião efetuada pelas Nações Unidas voltada a discutir a salvaguarda dos bens culturais das nações. De modo geral, o documento exprime a necessidade de proteger os bens de cada nação, respeitando a circulação dos mesmos segundo normativas criteriosas. A Recomendação assim define os bens considerados como patrimônio:

...são bens culturais os bens móveis e imóveis e grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos municipais. [...] Cada Estado Membro deveria adotar os critérios que julgar mais adequados para definir, no âmbito de seu território, os bens culturais que haverão de se beneficiar da proteção estabelecida nesta recomendação em virtude da grande importância que apresentam. (Recomendação de Paris, p. 02).

Essa recomendação expressa, ainda, algo de suma importância no que diz respeito ao tratamento da documentação para a preservação dos bens, citando a necessidade de definir critérios para a identificação e inventário nacional dos bens culturais; além da criação e normatização de instituições de Proteção dos Bens Culturais. E, nesse sentido, pretende reforçar a cooperação entre as nações, de modo a restringir ações que prejudiquem de alguma forma a preservação dos bens identificados, além de exprimir a necessidade de programas educativos voltados às populações locais.

2.2.4 CARTA DE VENEZA – MAIO DE 1964

Transcrevendo as informações preliminares da “Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios”, a chamada Carta de Veneza, temos:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente

responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições.

Ao dar uma primeira forma a esses princípios fundamentais, a Carta de Atenas de 1931 contribui para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade do ICOM e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico se dirigem para problemas cada vez mais complexos e diversificados. Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta para aprofundá-los e dotá-los de um alcance maior em um novo documento (Carta de Veneza, 1964, p.1).

Com relação ao restauro, a Carta de Veneza afirma:

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Artigo 10º - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que se pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.” (Carta de Veneza, 1964, p.2-3).

Nesse mesmo documento, explica-se a necessidade de preservar os sítios arqueológicos e que as escavações devem salvaguardar as ruínas, assim como assegurar as condições mínimas de estabilidade dos monumentos. Destaca, ainda, que todo o processo de restauro deve ser documentado por meio de relatórios, fotos e ilustrações.

Partindo de uma linha temporal, apenas para descrever, de acordo com as publicações do IPHAN, órgão esse, como vimos, de porte nacional para a questão patrimonial no Brasil, existem algumas legislações, no qual serão listadas⁴:

Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora - Outubro de 2010. Estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros.

Carta de Brasília - Julho de 2010. Resultados e conclusões apresentadas pelo grupo do Fórum Juvenil de Patrimônio Mundial acerca da proteção e promoção do Patrimônio Mundial (versão em espanhol).

I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Síntese preliminar das discussões feitas durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, e documento Subsídio para a II CNC do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.

Carta de Nova Olinda - Dezembro de 2009. Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio.

Recomendação Paris - Outubro de 2003. 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003 - Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Cartagena de Índias, Colômbia - Maio de 1999. Decisão nº 460 sobre proteção, recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina.

Carta de Mar del Plata - Junho de 1997. Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível

⁴ Informações das listagens de documentos de patrimônio:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta de Fortaleza - Novembro de 1997. Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção

Declaração de São Paulo II - Julho de 1996. Recomendações brasileiras à XI Assembleia Geral do ICOMOS.

Declaração de Sofia - Outubro de 1996. Declaração de Sofia de 09 de outubro de 1996, elaborada durante a XI Assembleia Geral do ICOMOS.

Recomendação Europa - Setembro de 1995. Recomendação Europa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais com as políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros por ocasião do 543º encontro de vice-ministros.

Carta Brasília - 1995. Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade.

Conferência de Nara - Novembro de 1994. Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial

Carta do Rio - Junho de 1992. Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Carta de Lausanne - 1990. Carta para Gestão e Proteção de Patrimônio Arqueológico.

Recomendação Paris - Novembro de 1989. 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.

Declaração de São Paulo - 1989. Aprovada durante a Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza.

Carta de Cabo Frio - Outubro de 1989. Encontro de Civilizações nas Américas

Carta de Washington - 1987. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.

Carta Petrópolis - 1987. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos

Carta de Washington - 1986. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas

Declaração do México - 1985. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.

Declaração Tlaxcala - Outubro de 1982. 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental.

Declaração de Nairóbi - Maio de 1982. Assembleia Mundial dos Estados, no Quênia.

Carta de Florença - Maio de 1981. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

Carta de Burra - 2013. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, na Austrália.

Carta de Machu Picchu - Dezembro de 1977. Encontro Internacional de Arquitetos

Recomendações de Nairóbi - Novembro de 1976. 19ª Sessão da UNESCO

Carta do Turismo Cultural - Novembro de 1976. Seminário Internacional de Turismo

Manifesto Amsterdã - Outubro de 1975. Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico

- Ano do Patrimônio Europeu

Declaração de Amsterdã - Outubro de 1975. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu

Resolução de São Domingos - Dezembro de 1974. I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA

Recomendação Paris - Novembro de 1972. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural

Declaração de Estocolmo - Junho de 1972. Assembleia Geral das Nações Unidas

Carta do Restauo - Abril de 1972. Carta do Restauo, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália

Compromisso Salvador - Outubro de 1971. II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil

Anais do II Encontro de Governadores - Outubro de 1971. Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, em Salvador

Compromisso Brasília - Abril de 1970. I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais.

Recomendação Paris - Novembro de 1968. 15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas.

Esses dados apenas foram listados de forma ilustrativa no momento, sem distinção de nacionalidades, apenas como reflexo posterior dos estudos, como forma de verificar que o patrimônio está em constante debate e assim provocando transformações importantes, no mundo e no Brasil, sendo assim que os documentos mais explicados, foram o pontapé inicial, por isso da importância de descrevê-los e no decorrer da narrativa ainda será destacada a primeira norma a ser cogitada na América do Sul, que construiu condições de preservação ao que hoje entendemos de patrimônio, incluindo nossa Nação.

2.3 CIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Nessa pesquisa a respeito do patrimônio arquitetônico de Caçapava pretendemos estudar o significado de alguns edifícios históricos e detentores de valores artísticos e memoriais. Objetivamos, ainda, demonstrar o significado artístico e histórico de outros elementos que compõem a cidade, além dos edifícios considerados isoladamente, como espaços e conjuntos urbanos, praças e ruas. Nesse sentido, antes de nos debruçarmos diretamente sobre a história dessa cidade do Vale do Paraíba e de apontarmos argumentos a respeito de seu patrimônio urbanístico e arquitetônico, apresentaremos, ainda que em linhas gerais, as discussões históricas sobre o conceito de patrimônio urbano. Além de noções acerca de patrimônio, de maneira geral, julgamos oportuno focar, especialmente, nos aspectos relacionados à preservação dos bens imóveis e de bairros históricos ou “manchas” históricas.

Segundo Argan, o urbanismo como disciplina científica se configura no contexto cultural do século XIX. Para o autor, o urbanismo:

...efetua análises rigorosas sobre a condição demográfica, econômica, produtiva, sanitária, tecnológica dos agregados sociais; tem um componente sociológico, porque estuda as estruturas sociais e seus desenvolvimentos previsíveis; tem um componente político, porque influi sobre esses desenvolvimentos, orientando-os em certas direções, tem um componente histórico, porque considera as situações sociais na dupla perspectiva do passado e do futuro; e tem, enfim, um componente estético, porque termina sempre na determinação de estruturas formais. (ARGAN, 2005, p. 211).

Conforme abordamos no item anterior, com o advento das ideias iluministas e as transformações desencadeadas pela chamada era das revoluções, observou-se um rápido processo de destruição do passado arquitetônico das comunidades urbanas, intensificando a preocupação com a perda de artefatos do passado e a busca por estratégias para a sua preservação.

Ainda que o debate, em sua origem, tenha sido impulsionado pela perda de bens materiais, como arquiteturas e espaços urbanos, hoje sabemos que a cultura de um povo está atrelada a uma experiência antropológica mais ampla, na qual o ser humano se identifica com antecedentes históricos também por meio da comunicação oral e de manifestações imateriais. Um dos pensamentos de Piaget (1977), por exemplo, evidencia o conceito de diversidade, somando-o ao conceito de cultura, cuja

construção, entendida como capacidade humana, está diretamente relacionada à inserção do indivíduo em um contexto histórico, geográfico e social.

Segundo Reisewitz (2004), a memória e os fatos históricos não devem ser tratados como condicionantes de atos heróicos de um poder dominante, mas sim como construções sociais que mantém viva a nossa história e que abrem possibilidades do autoconhecimento ao povo brasileiro. Todos os seres humanos são dotados de memória e essa compreensão os fazem descrever as capacidades inerentes a isso dentro de um desenvolvimento e aprimoramento em sociedade.

O ser humano, capacitado pela memória, identifica os lugares e atribui significados aos mesmos, caracterizando locais que serão para sempre lembrados ou apenas deixados de ser memorados. Jacques Le Goff (1990) compreende a memória como um instrumento ou objeto que se constitui na elaboração histórica, como passado e presente. O autor descreve que se deve seguir uma linha na qual passado e presente se interligam. Devemos, pois, entender a memória como parte da capacidade de estruturar a história, e que essa, por sua vez, se fundamenta no tempo e se consolida através da escrita, tendo se afastado da oralidade em certo momento.

Bertollozi (2008) em seu artigo, “Patrimônio Cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial”, expressa que a cidade pode ser reorganizada por meio do estudo do patrimônio e que, pela cidadania, cada homem concebe um entendimento sobre a sociedade e suas interações.

A cultura, por si só, tende a se manifestar nas relações humanas e, para tal, a história e a memória são essenciais. Entendendo, portanto, a cultura como um segmento das tradições oriundas de uma localidade, podemos submetê-la ao crivo da memória e capacitá-la como recurso ou ferramenta que nos liga ao pertencimento.

Jarek (2007), em seu artigo *“Cidades, culturas, memórias e identidades: Uma proposta em educação patrimonial”*, discute a questão do pertencimento como forma de restaurar a autenticidade histórica de uma região, sendo que a história é bastante difundida de modo a perceber as questões que a envolvem num sentido mundial.

Ao lado dos valores construídos oralmente ou por meio de objetos físicos ou escritos, entende-se a necessidade de fomentar as condições de pluralidade que nos remetem, portanto, ao conceito de diversidade. Tal conceito somente pode ser atribuído por meio das condições preexistentes que configuram e capacitam as

necessidades humanas. Sendo assim, a diversidade é um modo de agregar valores ao patrimônio como vertente de um grupo e que canaliza a questão do pertencer.

Exemplos de espaços urbanos preservados, sobretudo, em ambiente europeu, são bastante representativos nesse sentido. Iniciativas de preservação que se tornaram possíveis por meio de diversas resoluções e normativas de proteção do patrimônio, como vimos, e que dispõem, em suma, sobre a necessidade de construção de uma sociedade através de passos anteriores deixados como “pegadas”.

No Brasil existem exemplos e normatizações específicas a respeito, sendo a normativa basilar a Constituição de 1988, onde se aplica a preservação do patrimônio como um dos direitos da sociedade brasileira.

2.4 O PATRIMÔNIO NA AMÉRICA DO SUL

Segundo Nestor Garcia Canclini (1994), existem quatro paradigmas nos quais se pode relacionar o patrimônio em sociedade, sendo eles, o tradicionalista substancial (trata do julgamento do bem histórico por si, destratando os menores), o mercantilista (trata de algo que envolve mais o mercado imobiliário e as custas de patrimônio como motivo para isso), conservacionista monumentalista (trata da questão que fica a encargo do Estado, que fixa o que restaurar e preservar) e a participacionista (relação de preservação inter-relacional com as necessidades globais de uma sociedade). Com essas ideias em mente, analisaremos alguns aspectos da preservação de patrimônio na América Latina e no Brasil.

2.4.1 NORMAS DE QUITO – NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1967

As normas de Quito foram formuladas em uma reunião, ocorrida em 1967, sobre conservação e utilização de monumentos de interesse histórico, devido à necessidade de se pensar na salvaguarda diante da descaracterização em curso, na América. Destaca-se, pois, uma urgente necessidade de olhar para os sítios e monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico, compreendida a importância de sua proteção.

Entre as concepções internacionais já descritas anteriormente, no que se refere ao contexto do patrimônio histórico, nessa reunião foi possível entender que a América, denominada Ibérica, constituiu-se uma região rica em monumentos arquitetônicos, bens artísticos e históricos, muitos deles oriundos do período colonial, além daqueles remanescentes da cultura pré-colombiana, no qual se destacam elementos genuinamente americanos. A destruição de tais patrimônios ainda era eminente, como mesmo se descreve na introdução da temática, e o que se discutia naquele momento era a falta de uma política oficial na questão da preservação para a América Latina.

Seguindo os conceitos provenientes da Norma de Quito, é possível compreender que defender e valorizar o patrimônio artístico e monumental não contradiz com a evolução urbanística, devidamente e cientificamente desenvolvida, que traduz a realização de um bem-estar e da busca por uma vida digna para o homem. Apontava-se que, na América, havia problemas graves de vandalismo e se exigiam medidas de defesa patrimonial, junto com a recuperação e revalorização dos monumentos, valendo informar que Carta da Atenas foi tomada como base para o reconhecimento efetivo do papel do patrimônio, assegurando-o.

Nesse momento, a discussão focava “o preservar”, por meio da cooperação entre nações, com o intuito de valorização, ou seja, reestruturar o patrimônio para que este também contribuísse para o crescimento e desenvolvimento da América Ibérica, passando assim, também, para uso da população, conscientizando para um efeito multiplicador, com adoções de medidas, criando também laços com a iniciativa privada. Alguns debates do encontro convergiram para a questão turística, buscando atrair investimentos para a restauração, implementando novos usos e integrando os antigos edifícios ao plano econômico regional.

As ações cívicas e o nascimento de propostas dentro de comunidades, incluindo também as participações dos órgãos privados, para assim definir planos e estratégias para a conscientização e ações locais e, ainda, a necessidade de integração de projetos culturais com os econômicos e governamentais, segundo os escritos da Norma de Quito, somavam-se no sentido de formular projetos integrados com os planos gerais de desenvolvimento.

Entre os aspectos importantes a constatar, primeiramente, a Norma recomendava o reconhecimento da prioridade de projetos relacionados aos monumentos nos planos nacionais; de uma legislação que fosse adequada; da

direção dos projetos por institutos idôneos, com equipe técnica que pudesse dar assistência na criação dos projetos; enfim, ressaltava a necessidade de se elaborar de projetos abrangentes que permitissem a valorização dos bens monumentais.

Já as recomendações em nível interamericano buscavam apoio na Carta de Veneza (1964) como norma mundial e procuravam difundir o conceito de monumento e das manifestações culturais dos séculos XIX e XX, indicando a revalorização do patrimônio monumental e artístico das nações da América aos países extracontinentais, em especial Espanha e Portugal, devido à participação histórica na formação do patrimônio colonial. Recomendavam, ainda, a prévia investigação histórica uma nova redação em substituição ao Tratado Interamericano sobre a proteção de imóveis de valor histórico (1935), a adoção de medidas emergenciais através do Conselho Interamericano contra comércio ilegal de elementos do patrimônio cultural, entre outras medidas.

2.4.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO – O CASO BRASILEIRO

Tendo em vista, por um lado, as questões discutidas em âmbito internacional, como, por exemplo, a preocupação com a necessidade de planejar o futuro a partir da valorização do passado; e, por outro, a capacidade de compreender a preservação do patrimônio como direito de uma nação, verificamos que os bens históricos pertencentes a uma sociedade proporcionam o entendimento da memória construída como semente para o futuro.

A formação do Brasil, do ponto de vista de seu patrimônio arquitetônico, resulta da fusão de diferentes tradições europeias, dos povos nativos e africanos, formando uma grande riqueza cultural. Segundo Lemos (2010), os atos de preservação no Brasil são relativamente recentes. Em meados do século XVIII, o pioneiro Conde de Galveias manifesta sua preocupação para o governador pernambucano Luis Pereira Freire de Andrade, sobre a transformação do palácio das Duas Torres, construído por Nassau, em uma base militar local, ressaltando as ameaças à integridade da edificação. Apesar disso, diante do descaso com a depredação do bem descrito, fruto da condição colonial e marca da presença holandesa no país, da qual não deveria sobrar nenhum vestígio, esse foi apenas um lamento incapaz de transformar o pensamento do governante.

Inicialmente, a preservação de bens históricos e artísticos no Brasil se deu por meio dos colecionadores particulares, como por exemplo, Augusto de Lima, em Minas Gerais e Gustavo Barroso, no Rio de Janeiro, na década de 1920, ainda segundo Lemos (2010). A preservação do patrimônio no Brasil começou a ser almejada, mas ainda de modo fragmentado, por ações como a do deputado e historiador Wanderley Pinho, que fez o projeto de lei relativo à proteção do patrimônio cultural brasileiro. Houve também o projeto do deputado Luiz Cedro, de 1923, anterior ao de Wanderley Pinho, que pretendia salvaguardar o patrimônio sugerindo a criação de uma “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil”, para a conservação, principalmente, dos imóveis públicos ou particulares que do ponto de vista histórico ou artístico tivessem um interesse nacional. Em 1925, também o jurista Jair Lins defendeu a preservação dos bens, a pedido do Governador – Mello Viana, em um projeto de lei que, pela primeira vez, não se referia apenas aos bens imóveis, mas também aos bens móveis (LEMOS, 2010).

Nos parâmetros da Constituição Brasileira, todos nós temos como obrigação a proteção do patrimônio em âmbito nacional, segundo previsto no artigo 216, da Constituição Federal:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço de dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (BRASIL, 1988).

O patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial, como elemento formador de um conhecimento social, abrange a capacidade de alicerçar a memória e a noção de pertencimento de uma comunidade ou nação. É possível observar, em âmbito nacional, alguns exemplos pontuais que demonstram uma preocupação com esse tipo de problema. Há locais que foram já consolidados na questão da preservação do patrimônio, onde existe até mesmo um turismo que organiza tais concepções como Ouro Preto, em Minas Gerais, Salvador, na Bahia e alguns outros centros históricos espalhados pelo Brasil.

No entanto, uma política abrangente no que diz respeito à preservação de bens materiais e imateriais se faz necessária também em pequenos centros urbanos, cujo patrimônio histórico talvez pareça menos evidente, como é o caso de Caçapava, porém, cuja preservação demonstraria uma preocupação maior com a questão do pertencimento, promovendo, também, o desenvolvimento local.

Tendo em vista essas preocupações, o presente trabalho, por meio de pesquisas bibliográficas, buscou evidenciar que o patrimônio histórico arquitetural da cidade de Caçapava precisa ser estudado e protegido com maior atenção.

Atualmente, para se entender a preservação do patrimônio no contexto brasileiro é preciso conhecer os órgãos responsáveis, especialmente o IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN, originalmente SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi criado em 1937, por meio de ato do ministro Gustavo Capanema⁵, em um processo que contou com a participação de

⁵ Gustavo Capanema: Nascido no ano de 1900, formado em Direito. Ministro da Educação e Saúde em 1934. Falecido em 1985.

diversos intelectuais, como o poeta Mário de Andrade⁶, considerado um dos primeiros a formular as conceituações patrimoniais no Brasil, seguido por Rodrigo de Melo Franco de Andrade⁷ e Aloisio Magalhães⁸. Destacou-se também, neste contexto de criação do órgão de preservação do patrimônio do Brasil, o arquiteto Lucio Costa⁹, que contribuiu sobremaneira para a valorização das raízes coloniais, fornecendo elementos para a delimitação de critérios que definiriam a identidade nacional por meio das artes e da arquitetura, seguindo alguns estudos, porém em contrapartida, outros pensadores relutam em dizer que o arquiteto não possuía um parâmetro real de identidade com a questão neocolonial.

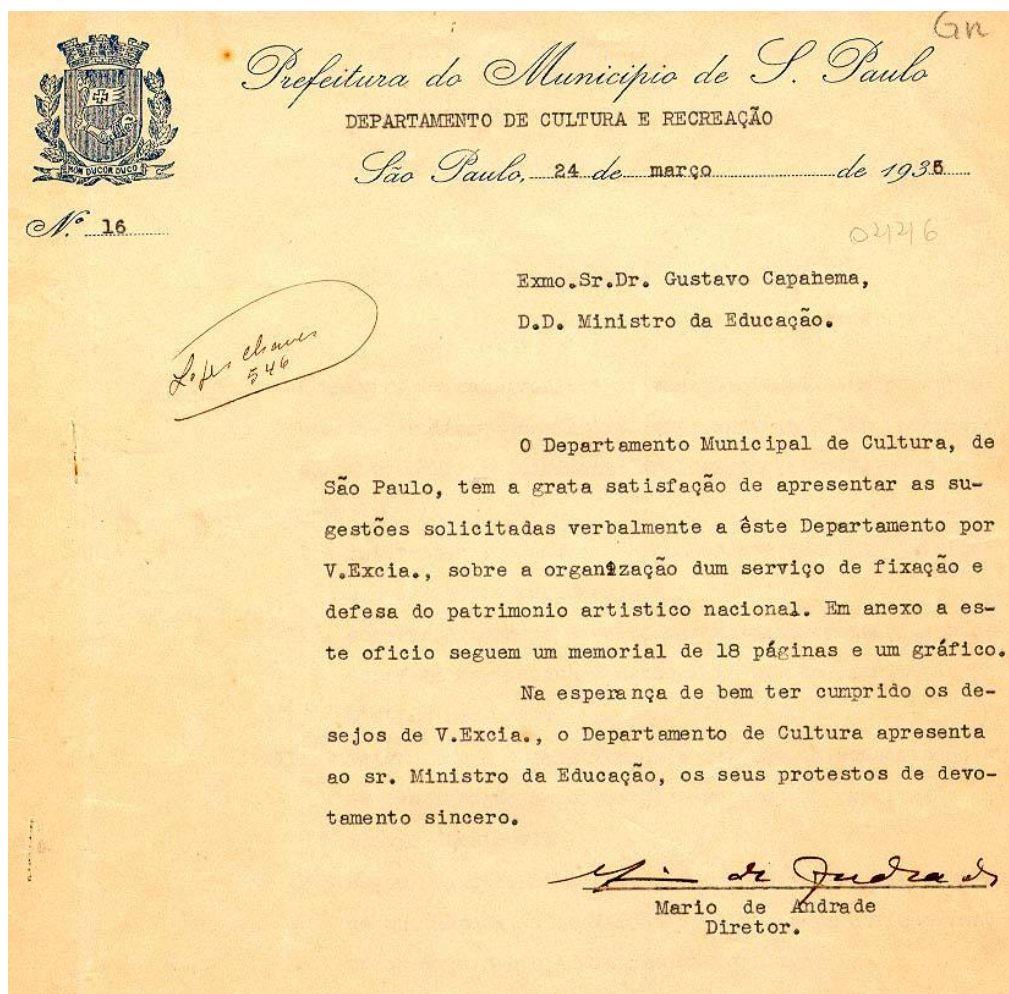
A luta para a criação de um setor responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional começou em 1916, com o escritor Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade, a partir de uma viagem às cidades históricas de Minas Gerais, quando “descobrem” o barroco, colocando a necessidade de sua preservação. Porém, somente em 1936, tem-se um projeto mais bem elaborado e audacioso, realizado por Mario de Andrade, e por Paulo Duarte. Tal projeto foi encomendado pelo ministro Gustavo Capanema, para subsidiar a criação do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2019), mas não chegou a ser adotado.

⁶ Mário de Andrade: Escritor Brasileiro, importante expoente do modernismo, principalmente da semana de 1922, nascido em 09 de outubro de 1893, faleceu em 25 de Fevereiro de 1945. Sua importante participação como servidor público, destacou-o como um dos idealizadores do SPHAN.

⁷ Rodrigo de Melo Franco de Andrade: Nascido em 17 de Agosto de 1898, Jornalista e Advogado, defensor do patrimônio histórico, indicado para ser diretor do SPHAN em 1937. Faleceu em 11 de maio de 1969.

⁸ Aloisio Magalhães: Nascido em 05 de Novembro de 1927, formado em Direito. Grande incentivador das políticas de preservação. Faleceu em 13 de Junho de 1962.

⁹ Lucio Costa: Arquiteto nascido em 1902, sendo figura importante dos estudos neocoloniais, que mais tarde devido ao caráter modernista, foi acusado de romper os laços com o parâmetros do rumo traçado por Ricardo Severo, português que tratou a narrativa como um resgate ao passado. Alguns estudos revelam que se aproximou do movimento entre 1924 a 1930 devido a alguns projetos residenciais possuindo a estilística, o que infelizmente tornaram dúbias suas intenções com o movimento. Mais tarde torna-se Idealizador do plano piloto de Brasília. Faleceu em 1998.



Carta de Mario de Andrade encaminhando a proposta do SPHAN, 1936 – Rio de Janeiro – CPDOC / FGV. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>, consultado em 13 de Fevereiro de 2019.

O projeto de Mário de Andrade não foi o escolhido para a criação de um setor de patrimônio artístico e histórico no Brasil. Outro projeto tornou-se lei em novembro de 1937, por inúmeras campanhas do já citado jornalista Paulo Duarte, como em sua reportagem “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, no qual efetuava forte crítica sobre o pouco que ainda havia sobrado do Patrimônio Cultural Arquitetônico. No texto do anteprojeto de Mário de Andrade, porém, definia-se Patrimônio Artístico Nacional como “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”. Segundo Lemos (2010), a listagem de identificações descritas por Mario de Andrade, resguardava os bens culturais em sua totalidade, e os agrupamentos conferidos por ele estavam eram oito: Arte arqueológica; Arte ameríndia; Arte popular; Arte histórica; Arte erudita nacional; Arte erudita estrangeira; Artes aplicadas nacionais; Artes

aplicadas estrangeiras, que no final tornou-se apenas subsídio para a implementação posterior de outro projeto, para assim a criação de um órgão mais conciso na nação.

Em 1937, reorganizou-se, assim, o Ministério da Educação e institui-se o SPHAN, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porém equiparando os bens históricos definidos como de interesse público e diferenciando-se da proposta de Mário de Andrade, segundo Lemos (2010).

2.4.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo de preservação do patrimônio do Vale do Paraíba intensificou-se a partir da fundação do órgão estadual de salvaguarda, o CONDEPHAAT, criado em 1968. O Condephaat, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, tornou-se o órgão responsável pela proteção dos bens móveis ou imóveis do estado de São Paulo. É nesse contexto que se insere a questão do Vale do Paraíba e a problemática de preservação do patrimônio arquitetônico da cidade de Caçapava.

Segundo Rodrigues (1999) entre 1930 a 1960, o Brasil buscava a construção de uma história vista como memória nacional, e com isso, a posteriori a autora entende que a partir já da década de 1970, de forma aproximada, a questão do patrimônio histórico refere-se a questão de ser ocidental e de fazer parte de um fenômeno descrito como “mundialização”, no qual o patrimônio se insere e se amplia.

No estado de São Paulo, portanto, o órgão deliberativo ligado às questões de patrimônio histórico é o Condephaat, ligado à Secretaria de Estado da Cultura, instituído pela lei 10127/68. Através dessa lei estabeleceram-se as medidas de preservação do patrimônio histórico, artístico e também turístico no estado, aplicáveis todos os bens que pudessem ter valor folclórico, artístico, documental, turístico e paisagístico.

Estudos revelam que o Condephaat demorou a se efetivar, pois ainda não se tinha uma política cultural eficaz para subsidiar suas ações. Nos primeiros anos de atuação do órgão, alguns remanescentes da ciclo do café no Vale do Paraíba foram tombados, apesar de não estarem, ainda, muito claros os fatores que determinavam os tombamentos (CRISPIM, 2016). Um aspecto importante apontado no artigo de Crispim (2016) sobre o Condephaat, foi a séria formulação de políticas de preservação

em meio à ditadura civil-militar, buscando a proteção de bens móveis e imóveis e também de bens considerados de valor paisagístico.

Já segundo Rodrigues, a institucionalização do CONDEPHAAT se deu pelo eixo da necessidade de se aplicar de forma regional, um patrimônio, que em estudo se expandia, como já visto a partir da década de 70, no qual o patrimônio se torna um direito abrangente e de formas não somente edilícia, mas também natural, com a preservação do meio ambiente e suas relações.

Seguindo o relato de Crispim (2016) houve uma ampliação na estrutura do Condephaat que, no início, contava com os departamentos de Geografia e o de História da Arquitetura da USP (Universidade de São Paulo), além da comissão de Artes Plásticas do Conselho Estadual de Cultura e da Conferência Nacional dos Bispos. Nesse momento, o conselho passou a receber uma formação que abrangia três categorias: meio ambiente, conhecimento histórico e bens arquitetônicos, incluindo ainda as questões de planejamento urbano. Mais tarde, integrou-se também a questão da preservação do meio ambiente e das paisagens urbanas.

Desde 1968, o órgão busca a defesa do patrimônio por meio de tombamentos, sendo que, nesse quesito, se torna importante a relação entre o órgão e o cidadão, assim como as organizações públicas, civis ou privadas que podem se manifestar em defesa desses bens. Com relação à estrutura administrativa, o CONDEPHAAT se organiza por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPHH), com dois grupos técnicos, sendo eles o Grupo de Inventário e o Grupo de Conservação e Restauração dos Bens Históricos, além da Assistência Técnica Administrativa. Os membros são conselheiros que se reúnem semanal ou quinzenalmente para tomar decisões sobre os processos a serem deliberados para possível tombamento. O conselho é formado por Secretarias Estaduais, Universidades, Órgãos de Classe e Procuradoria Geral do Estado.

Mas em forma crítica, Rodrigues (1999) questiona que a aplicação do patrimônio, de certa forma, perde um pouco o foco e se envereda para os meios dos espetáculos e das apresentações artísticas, o que conduzia como patrimônio arquitetônico, algo de interesse menor, sendo que se contemplava ideários como a prática de preservação ser apenas através de tombamentos, traduzindo um Conselho no mais, rigoroso.

Nesse período, através do que será estudado de forma posterior, no que tange o trabalho do arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho (1978), pode-se entender e

supor de forma simplificada, (pois não se encontraram muitos relatos sobre o levantamento das cidades do Vale do Paraíba e do estado de São Paulo nos anos 70), através leitura de Rodrigues(1999), de englobar patrimônio e meio ambiente no período de 1970 - 75, através dessas nova ideias que estavam sendo lançadas de que patrimônio era algo vivo e assim existiu um cadastramento das edificações, através de um programa de preservação e revitalização, promovido pelo COGEP (órgão governamental que trata dos recursos humanos no estado) recomendada pela declaração de Amsterdã de 1975, com uma leitura mais holística dos bens imóveis, culturais, e as derivadas variações existentes por meio deles, conduzindo ao descrito por ela de basicamente, memória social e que de alguma forma, por um pressuposto da leitura, ter sido um fundamento da pesquisa ao qual o presente trabalho está de certa forma, fundamentado.

Em 1982, com a entrada de novos técnicos e algumas ações do IPHAN no estado voltadas à preservação e à revitalização, um novo fôlego foi sentido no CONDEPHAAT, com a abertura de diálogo com a sociedade, consolidando também as ações de identificação e preservação. Mesmo considerando a importância, a história e o legado do órgão, diversas ações complementares aos tombamentos ainda se encontram deficitárias, devido à escassez de funcionários e à impossibilidade de realizar pesquisas, principalmente nas questões de tombamento e gestão dos centros urbanos e históricos. Devemos, contudo, ao menos mensurar os esforços do Condephaat que fizeram elevar os patamares das condições preservacionistas no Estado de São Paulo.

Pelo histórico de Rodrigues (1999), o Condephhat em si se adaptava, querendo ou não as condições políticas ao qual cada ano de sua vivência possuía, sendo que foi criado em um momento tempestuoso da nossa história, tratando de passar o patrimônio de apenas um objeto, como uma gama de relações urbanas, sociais, naturais, com diversos protagonistas, através de cargos de conselho ou presidência, sendo cada um com uma visão, o que pareceu tornar o órgão, algumas vezes instável, o que decepcionaria, pois em muitos casos lutou-se por manter fragmentos da história e em outros houve um certo relapso em relação a constituição históricas dos bens de forma a preservá-los.

Mas uma importante contribuição que se deve ao órgão seria a criação de legislação específica, em consonância com o IPHAN, com base em estudos que sugeriram algumas leis, entre 2006 e 2010, instaurando-se novos procedimentos com

inovadoras metodologias de inventários, por meio de estudos temáticos, que ajudam positivamente nas análises, em contraponto, ainda, com questões de ordem política e econômica, além das ferramentas georreferenciadoras que trabalham a questão de demarcação do patrimônio.

Assim, mesmo nos balanços históricos, existentes no órgão é importante frisar sua referência, em âmbito estadual, no que se refere às práticas de tombamento ou preservação dos bens, assumindo a responsabilidade pela atenção aos diversos bens no estado de São Paulo e propiciando estudos relevantes juntamente com o órgão nacional de preservação, o IPHAN.

2.4.4 CAÇAPAVA E PATRIMÔNIO

A expressão “O Brasil é o Vale”, referindo-se ao Vale do Paraíba, foi amplamente utilizada (TIRAPELI, 2015) no período áureo da produção cafeeira. No entanto, essa região atualmente ainda carece de estudos e pesquisas. Em algumas cidades, o que se percebe é um grande esquecimento das origens e da história em nome de uma busca excessiva pelo desenvolvimento, sem a preocupação com a malha urbana, os contextos ambientais e patrimoniais e, principalmente, com grande dificuldade de preservação dos núcleos fundadores, fazendas do ciclo do café, estradas de ferro e suas edificações de apoio, casarios, largos e praças.

Aspectos históricos do Vale do Paraíba e, mais precisamente, de Caçapava serão abordadas no próximo capítulo desta dissertação. Nesse momento, trataremos das questões atuais quanto à legislação de preservação existente em nível municipal. Já vimos que os órgãos que determinam a questão de patrimônio histórico e artístico no Brasil são o IPHAN (Instituto de patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, no Estado de São Paulo, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), organizações que atuam no estudo, preservação e conservação de bens culturais, sobretudo, por meio do tombamento¹⁰.

¹⁰ Tombamento: Tombamento é a declaração pelo Poder Público do valor histórico, arquitetônico, paisagístico, turístico, cultural ou científico de coisas ou locais que, por essa razão, devam ser preservados, de acordo com a inscrição em livro próprio, segundo conceito de Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro. 33ª edição atualizada.

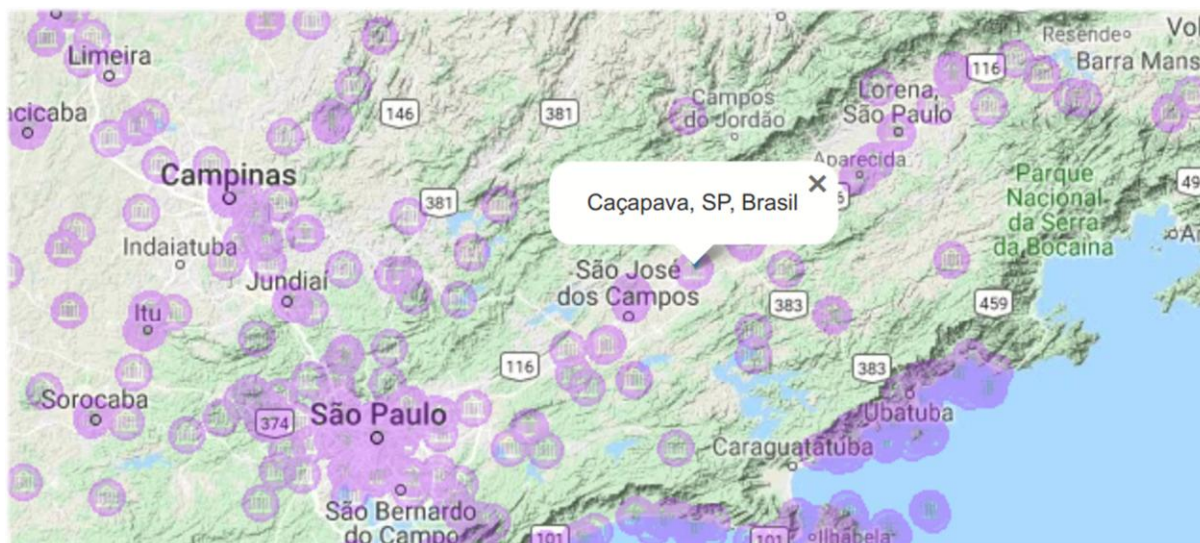


Figura 1. Mapa sistemático pelo sistema IDE - Estado de São Paulo de bens Tombados (bens tombados – cor roxa), 2019.¹¹

De acordo com pesquisa efetuada no site do Condephaat, abaixo estão elencados os bens atualmente tombados na cidade de Caçapava, sendo possível observar apenas dois bens relativos ao município.

Bens Tombados	Cidade do Vale do Paraíba - SP
<i>Coleção de Veículos e Acessórios do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas</i>	Caçapava
<i>E.E. Ruy Barbosa</i>	Caçapava

2.4.4.1 Caçapava e os bens tombados

A cidade de Caçapava, no Estado de São Paulo, encontra-se em uma situação frágil em relação a seu patrimônio, pois conta com apenas um bem arquitetônico tombado, a Escola Ruy Barbosa, incluída no levantamento geral das escolas do Estado de São Paulo construídas na Primeira República, um inventário que culminou no tombamento em conjunto de todas as escolas listadas. Além desse edifício, também usufrui de tombamento um acervo de bens móveis, a Coleção de Carros de propriedade de Roberto Lee.

¹¹ Mapa sistêmico – disponível em <http://www.idesp.sp.gov.br/visualizador>, 2019.

Resolução 50, de 13-5-82

O Secretário de Estado da Cultura, nos termos do artigo 1.º do Decreto-lei 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979, resolve:

Artigo 1.º — Ficam tombados como bens culturais de interesse histórico e técnico a Coleção de Veículos e Acessórios do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas, por representar a mostragem tipológica de grande valia para a reconstituição dos primeiros tempos da história do automóvel no Brasil.

Artigo 2.º — Os bens citados no artigo 1.º, são os constantes da relação «Coleção de Veículos e Acessórios do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas», localizado em Caçapava, Estado de São Paulo, que faz parte integrante desta Resolução.

Artigo 3.º — Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente, o imóvel em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

COLEÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DO MUSEU PAULISTA DE ANTIGUIDADES MECÂNICAS, LOCALIZADO EM CAÇAPAVA

Fig. 2 -Resolução de Tombamento do Acervo de antiguidades mecânicas de Roberto Lee. Condephaat, 2019.

A respeito da coleção de Roberto Lee e do museu a abriga, segundo informações disponíveis no site do CONDEPHAAT, o Museu Paulista foi fundado por Roberto Lee em 1963, através do decreto-lei 42.254, que infelizmente não pudemos localizar. A coleção foi transportada, na época, para um galpão da família Matarazzo na cidade, o qual, segundo relatos de moradores da cidade de Caçapava, pertenceria à família de sua esposa. O acervo dispunha de 97 veículos e 200 gravuras, porém, devido à falta de cuidado com os objetos descritos, esse número diminuiu substancialmente, caracterizando uma perda de patrimônio tombado para os moradores da cidade. O local que abrigava o museu atualmente tornou-se um bairro, chamado Parque do Museu, e o antigo prédio que o abrigava encontra-se em estado calamitoso, sem nenhum recurso destinado a sua preservação.

Quanto ao outro bem material tombado da cidade de Caçapava, a Escola Ruy Barbosa, os dados fornecidos pelo site do CONDEPHAAT informam ter sido construída em 1905, por José Van Humbeeck, prestador de serviços à Diretoria de Obras Públicas, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – SACOP, do estado de São Paulo. Inicialmente contratado como desenhista, com o tempo Van Humbeeck passou a assinar como o responsável por diversos projetos de escolas no estado de São Paulo, conforme descrito por Silvia Ferreira Santos Wolff em *“Escolas para a república: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas”* (WOLFF, 2010).

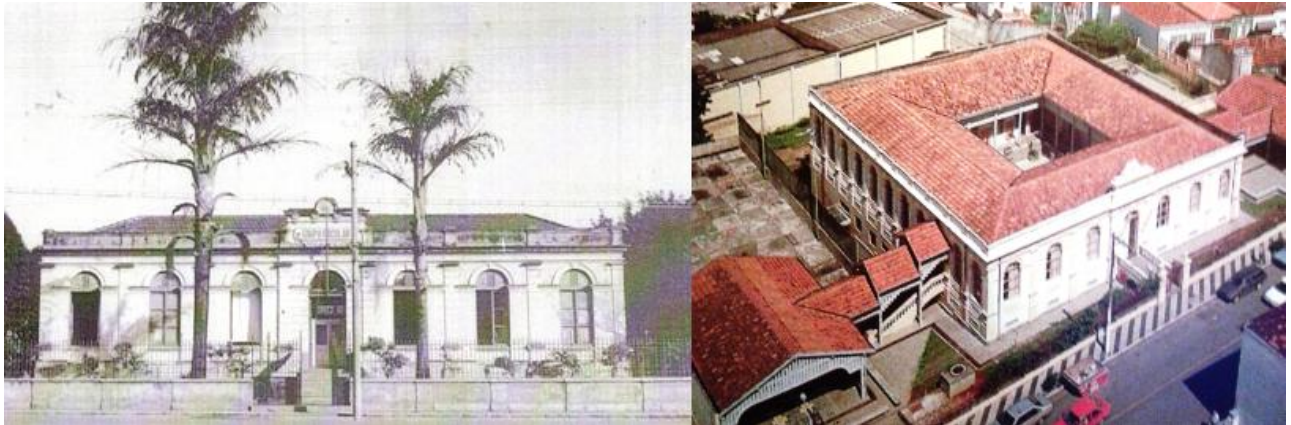


Figura 3. Escola Ruy Barbosa, sem data. ¹²

Segundo o relato do tombamento do CONDEPHHAT, a escola é assim descrita:

Destaca-se a qualidade do conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, consolidando o uso de alvenaria de tijolos e por uma linguagem estilística que simplificou os atributos da tradição clássica acadêmica. A organização espacial era concebida incorporando preceitos e recomendações de higiene, insolação e ventilação previstos na cultura arquitetônica que vinha se firmando desde o século XIX. O programa pedagógico distribuía essencialmente salas de aulas ao longo de eixos de circulação em plantas simétricas (*site* CONDEPHAAT, acesso em 2019).

¹² Imagem retirada de <http://www.taiadaweb.com.br/epg-ruy-barbosa-projeto-no-condephaat-desde-2009>, em maio de 2019.

O tombamento partiu do estudo realizado por Wolff (2010), referendado pela resolução 60 de 2010:

Figura 4. Resolução de Tombamento das Escolas Públicas do Estado. Condephaat, 2019.

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SC - 60, de 21-7-2010

Dispõe sobre o tombamento de um conjunto de escolas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 a 1930

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 a 149 permanecem em vigor por força do artigo 158 do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, com exceção do artigo 137, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 48.137, de 7 de outubro de 2003 e ainda, com base em todos os estudos efetuados no bojo do processo CONDEPHAAT nº 24929/1986, considerando que:

O significado cultural, histórico e arquitetônico, aliados ao caráter inovador e modelar expresso pelo conjunto de edificações escolares públicas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 e 1930;

A representatividade deste conjunto em relação às políticas públicas educacionais que, naquele momento, reconheceram como inerente ao papel do Estado prover as comunidades de ensino básico, dito primário, e de formar professores bem preparados para tal função;

A representatividade deste conjunto em relação às políticas de construção de obras públicas que se estruturaram racionalmente para, dentre outras

construções, instalar maciçamente em edificações adequadas seu programa pedagógico por todo o interior e capital do Estado;

A qualidade arquitetônica desse conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, mas adequada; por uma linguagem que simplificou estilisticamente os atributos clássicos acadêmicos do século XIX e por uma organização espacial que, concebida primordialmente através de projetos arquitetônicos padronizados, limitou-se a distribuir salas de aulas ao longo de eixos de circulação em plantas simétricas que incorporaram os preceitos de higiene, insolação e ventilação preconizados pela ciência da construção civil daquele momento;

E pela relevância de cada edifício em sua relação com os municípios de diferentes configurações urbanas em que estão localizados,

Possuidora de apenas dois bens tombados em nível estadual, a municipalidade de Caçapava deixou muito a desejar no que se refere à elaboração e efetivação de uma legislação municipal de preservação dos bens materiais e imateriais locais.

2.4.4.2 Caçapava e as resoluções de Patrimônio – A busca por uma Legislação

Benedito Alípio Bastos em seu livro “Caçapava, Apontamentos Históricos e Genealógicos”, com o qual trabalharemos nos próximos capítulos, conduziu um estudo a respeito do crescimento da cidade, sua formação e estruturação, seguindo até meados de 1955. Em 1978, por sua vez, Gustavo Neves da Rocha Filho, sistematizou alguns bens de Caçapava por meio de registros fotográficos. Ambos os estudos serão tratados nos próximos capítulos dessa dissertação, assim como textos, trabalhos e discussões a respeito de Caçapava. Nesse primeiro momento, portanto,

apresentaremos algumas observações em relação à normativa municipal de preservação.

A cidade de Caçapava praticamente não possui uma legislação que objetive proteger o patrimônio cultural local. Pesquisando sobre a legislação, o que se encontra atualmente são poucas referências. Há registros de algumas iniciativas, como a que dispõe a respeito da criação de um Conselho Municipal, pelo Prefeito Carlos Antonio Vilela, em 2006; e outra que requer a restauração da Capela das Almas, além de um pedido da administração de Henrique Rinco quanto ao restauro da Escola Ruy Barbosa e de considerações sobre restauros recentes, sem documentação, do atual Prefeito Fernando Cid Diniz, sobre a estação ferroviária e suas edificações complementares.

Tais iniciativas estão sendo atualmente debatidas pela população da cidade e representam, portanto, um ponto de partida para a preservação de bens culturais no município. A seguir, apresentamos as leis encontradas na íntegra, para conhecimento das tratativas que os órgãos públicos têm ajustado em relação ao patrimônio urbano:

LEI Nº 4488, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2006

Dispõe sobre criação do conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do município de Caçapava e dá outras providências.

Projeto de Lei Nº 09/2006

Autor: Prefeito Municipal Carlos Antônio Vilela

Carlos Antônio Vilela, prefeito municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de Caçapava subordinado à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Ao Conselho competirá a adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do município, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou cultural, bem como dos recantos paisagísticos que pareçam ser preservados.

Parágrafo Único - Para a efetivação do disposto neste artigo, ao Conselho caberá:

I - formular diretrizes para a política de valorização dos bens culturais;

II - assessorar o Poder Executivo em matérias concernentes à preservação de bens culturais;

III - opinar sobre a preservação da paisagem e formações naturais que caracterizam o Município;

IV - opinar sobre questões de preservação de bens culturais do Município;

V - proceder a identificação dos bens culturais do Município;

VI - opinar sobre a preservação de bens móveis e imóveis de valor histórico, ambiental, cultural, arqueológico, etnógrafo, paisagístico, arquivístico e bibliográfico, artístico ou arquitetônico, existentes no Município;

VII - elaborar normas ordenadoras e disciplinadoras da preservação dos bens culturais;

VIII - opinar sobre projetos de conservação, restauração e aproveitamento turístico e cultural dos bens preservados;

XI - opinar sobre a restauração e conservação de bens móveis e imóveis, inclusive se de interesse paisagístico e/ou ecológico, articulando-se nesses casos, as ações com os demais órgãos encarregados da preservação destes bens;

X - fiscalizar a utilização dos bens preservados a serem preservados e deliberar para sanar os desvirtuamentos;

XI - sugerir quanto à adequação de uso proposto para os bens culturais preservados;

XII - elaborar pareceres de apoio técnico e deliberativo pertinentes à área de ação;

XIII - sugerir sobre o desenvolvimento da tecnologia própria voltada para a preservação de bens culturais;

XIV - sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico, paisagístico ou cultural;

XV - propor a celebração de convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio de que se trata este artigo;

XVI - divulgar os resultados dos trabalhos realizados pelo Conselho;

XVII - adotar outras providências previstas em regulamento.

Art. 3º O Conselho será composto pelos seguintes membros:

I - Presidente: Secretário de Cultura, Esporte e Lazer;

II - um representante da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer;

III - um representante do Departamento de Meio Ambiente;

IV - um representante da Secretaria de Obras e Serviços Municipais;

V - um representante da Associação Comercial e Empresarial de Caçapava - ACE;

VI - um representante dos Clubes de Serviço com sede no Município;

VII - um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

VIII - um representante do Instituto de Estudos Valeparaibano - IEV;

IX - um representante do Conselho dos Ministros Evangélicos;

X - um representante da Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP;

XI - um representante da Mitra Diocesana de Taubaté;

XII - um representante do Legislativo.

§ 1º Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Cada entidade integrante deverá indicar, por ofício endereçado ao Conselho, o nome

§ 3º As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria simples de votos dos seus membros, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 4º O Conselho será sempre ouvido nos casos de alienabilidade e disponibilidade das obras históricas ou artísticas, bem como dos monumentos naturais e demais bens culturais ou propriedade do Município.

Art. 5º A organização e o funcionamento do Conselho serão fixados em regulamento através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º Os trabalhos realizados não serão remunerados, mas considerados de natureza relevante para o Município

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caçapava, 02 de fevereiro de 2006

CARLOS ANTÔNIO VILELA
PREFEITO MUNICIPAL

Nesse sentido, podemos perceber, por meio dos documentos expedidos pelo executivo e pelo legislativo do município, que são poucas as discussões relacionadas ao patrimônio da cidade e que no interim do desenvolvimento de 40 anos, que seria o lapso temporal dessa dissertação, nada foi feito com relação a isso, a não ser o que se distribui no presente trabalho. Houve assim, um primeiro passo com o decreto de

criação, porém, inexistente um órgão regulador, além da própria Secretaria de Cultura, como também inexistente um conselho consultivo e deliberativo.

Atualmente, a partir da realização de alguns eventos na cidade voltados à promoção da história e da cultura local, com apoio do poder público, temos observado um novo olhar para a questão patrimonial, a qual começa a ser discutida pela própria comunidade. Esse aspecto possui grande importância, pois, a partir de pressões populares, algumas ações estão sendo providenciadas. Em 2018, aconteceu a Jornada Patrimonial na cidade, na qual foram expostos importantes relatos de pessoas comprometidas com a preservação da história de Caçapava, promovendo visibilidade a debates que antes permaneciam isolados. A expansão da discussão para um público mais amplo tem evidenciado as lacunas das políticas públicas locais e a carência de projetos e de ações para a promoção do patrimônio da cidade.

No próximo capítulo apresentaremos dados gerais sobre a história do Vale do Paraíba, nos limites dos objetivos dessa dissertação, com o intuito de contextualizar a cidade de Caçapava, sua formação e desenvolvimento urbano, preparando, em certa medida, um primeiro olhar para a cidade, no momento atual. No terceiro e último capítulo, faremos uma análise comparativa através de um inventário simplificado, entre o patrimônio levantado pelo estudo de Gustavo Neves da Rocha Filho, realizado em 1978, e as condições atuais de alguns dos edifícios por ele registrados naquele momento.

3 – CAPÍTULO 2 – CAÇAPAVA

3.1 – HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA E SEUS CAMINHOS

Uma breve história do Vale do Paraíba pode ser traçada a partir dos apontamentos de Percival Tirapeli, em seu estudo “Arquitetura e Urbanismo do Vale do Paraíba” (2014). Tirapeli introduz a temática do Vale do Paraíba, discutindo a formação dos núcleos urbanos que, no período colonial, fundaram-se pelos caminhos que se seguiam na busca pelo ouro, por desbravadores bandeirantes. Esse desenvolvimento se deu, em sua maioria, ao redor das capelas.

No século XIX, com o enriquecimento advindo do ciclo do café, muitas igrejas foram ampliadas e núcleos urbanos se desenvolveram em torno delas, com importantes transformações econômicas, relacionadas justamente aos períodos do ouro, do café, da pecuária e da industrialização, com base no trabalho escravo dos índios e africanos e, mais tarde, com os imigrantes livres assaliariados.

As transformações políticas, sociais e religiosas proporcionaram mudanças no contexto urbanístico da região, cujas vilas passam a se constituir como cidades, impulsionadas pelas mudanças do século XIX, como a passagem das estradas de ferro e, posteriormente, pelas rodovias, como por exemplo pela Rodovia Presidente Dutra.

Podemos delimitar o Vale do Paraíba como as terras cortadas pelo Rio Paraíba, que separam a Serra da Mantiqueira da Serra do Mar, perpassando os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em seus escritos, Tirapeli (2014) descreve o Vale do Paraíba e o Rio Paraíba como o caminho natural, o local de passagem, por onde as trilhas indígenas costumavam margear. Os povos que ocuparam o Vale do Paraíba, normalmente, eram provindos das incursões bandeiristas que iam desbravando terras em busca do ouro e outros metais, assim como em busca de mão de obra escrava indígena. Entre tais caminhos, os mais utilizados eram o Caminho Velho, cuja origem data de aproximadamente 1560, já informado pelo Frei Gaspar da Madre de Deus e posteriormente desenhado por Capistrano de Abreu; seguindo-se a Estrada Real, datada de 1707, que seguia das Minas Gerais em direção a Paraty. A estrada de Ferro consolidou-se com sua inauguração em 1877, sendo rota importante de comércio e desenvolvimento.

A economia do Vale do Paraíba era de base de subsistência de 1630 a 1775, sendo que grande parte da mão de obra era indígena, o que exerceu certa influência sobre os produtos cultivados. Ainda assim, a cana-de-açúcar, da qual se obtinha o açúcar, foi um produto rica e amplamente difundido, além de outras produções como milho, arroz, algodão, entre outros. De 1775 a 1820, houve a substituição parcial da lavoura canavieira pela criação de gado e, posteriormente, pelo cultivo cafeeiro. Muitas vilas e cidades da região também se desenvolveram por meio da pecuária.

O ciclo do café e a implantação da linha férrea, em meados de 1820, seguindo-se até 1920, foram motivos de muitas transformações no Vale do Paraíba, a exemplo das significativas alterações no aspecto das construções (TIRAPELI, 2015). As estruturas de moradias, até então precárias, baseavam-se, na primeira fase da economia (1630-1775), principalmente em edificações de taipa de mão, sendo as taipas de pilão usadas em complexos maiores como capelas, com forro de esteira e chão de terra batida. As residências que estavam nos grandes latifúndios também se destacavam. Porém, seus proprietários conduziam também uma certa forma de “arrumar” os arraiais e vilas, com base nos engenhos de cana-de-açúcar, e adotavam técnicas construtivas antigas, com o aproveitamento do declive. As construções urbanas dos senhores de terra eram normalmente casas assobradadas, cuja parte de baixo era usada, muitas vezes, para o armazenamento da produção.

O ciclo do café trouxe para as construções desse período a presença de grandes solares pertencentes aos fazendeiros, erguidos no campo e nas cidades, com o uso de muitos ornamentos e objetos de decoração, mobiliários e alfaia, além de pinturas e quadros com fotografias (o que era muito inovador para a época). Com o advento das linhas ferroviárias, muitos materiais diferentes, importados, puderam chegar até os moradores abastados dessas regiões.

A partir desta breve contextualização do Vale do Paraíba e dos elementos que condicionaram o crescimento e a urbanização da região, além da presença da arquitetura ali edificada, podemos partir para uma concepção de patrimônio, no qual o caso de Caçapava será observado de modo mais detido no capítulo três dessa dissertação, quando serão retomados alguns aspectos construtivos que explanamos aqui de forma introdutória.

O Vale do Paraíba é, portanto, uma região detentora de valor histórico constituído pela presença das rotas das Minas Gerais ao Rio de Janeiro, fortemente marcada pela presença de inúmeros monumentos históricos, com inúmeras fazendas

e capelas, remanescentes de antigos povoamentos com traçados ortogonais, conforme apontado por estudos de Mendes, Veríssimo e Bittar (2007). Cumpre ressaltar, ainda, a importância dos próprios núcleos urbanos que se formaram e se sobressaíram como pólos produtores agrícolas.

Segundo Tirapeli (2015) a importância da região se dá pelo fato de ter sido permeada por diversos ciclos econômicos nacionais, sendo um campo experimental dessas transformações, refletindo diretamente no modo de vida dessa população, em consequência dos modelos construtivos, os quais se ressignificaram com o passar dos anos, cuja concepção primitiva se dava através da construção das capelas, foco inicial dos vilarejos, que se transformavam mais tarde em cidades.

A presença da Igreja Católica, atuante no processo de povoamento levado a cabo pela monarquia portuguesa, foi de suma importância para a ordenação dessas vilas, pois através da religiosidade poderiam se formar povoamentos em seus arredores, direcionando a urbanização.

Infelizmente, de acordo com Percival Tirapeli (2015), o estudo da arquitetura histórica do Vale do Paraíba recai, muitas vezes, numa reflexão vazia, uma vez que grande parte desse patrimônio, seja ele barroco, neoclássico, eclético ou moderno foi bastante alterado por meio de intervenções, embora ainda assim deva ser estudado e preservado.

3.2 CAÇAPAVA – HISTÓRIA E CRESCIMENTO URBANO

Através dos textos de Benedito Alípio Bastos, em seu livro “Caçapava – Apontamentos históricos e genealógicos”, iremos traçar algumas observações sobre a história da cidade. Os escritos de Bastos se baseiam numa série de estudos realizados na região, dando origem ao livro lançado em 1955, por ocasião do primeiro centenário da cidade. Alípio Bastos foi desembargador, nascido na cidade de Caçapava e, por meio de suas pesquisas e levantamento documentais, cultivou os primeiros escritos sobre a história de Caçapava, sendo assim o texto base histórico da dissertação, por não possuir dados mais concisos que poderiam ser usados em um estudo acadêmico.

Estas anotações sobre a história de Caçapava tomarão como alicerce, portanto, o livro de Alípio Bastos, como referência para a história da cidade até 1955, tanto nos

escritos do próprio desembargador, como fazendo referências às fontes por ele utilizadas. Devemos considerar, certamente, um caráter ufanista nesta narrativa e alguns elementos característicos da história local produzida por personalidade local: o enaltecimento da cidade e a tentativa de construir uma narrativa que enobrece o lugar.

3.2.1 DAS ORIGENS A CAÇAPAVA DE NOSSA SENHORA D'AJUDA E SEU POVOAMENTO

Caçapava surgiu em um local muito apreciado pelas rotas bandeiristas, na grande bacia do Rio Paraíba, situada entre as grandes cidades do Brasil na época, São Paulo e Rio de Janeiro, no local denominado Vale do Paraíba. Estudando a história de Caçapava, podemos verificar como surgiu o primeiro movimento de constituição da cidade e como seu nome teria surgido com base na língua dos povos locais em suas adaptações para a língua portuguesa.

Historicamente, sertanistas de São Paulo de Piratininga e de Sant'Ana de Mogi das Cruzes, por volta do século XVII, começaram a desbravar o Vale do Paraíba e Hepacaré, constatando a natureza e os povos ali viventes, que possuíam sua própria linguagem, como podemos observar em diversas cidades com a raiz linguística Tupi, ou mais precisamente, a língua “nheengatu” falada pelos povos da região. Nesse ponto, Alípio Bastos descreve que a língua dos povos nativos foi deturpada pela consonância da língua portuguesa que criou dialetos interessantes, constituindo em somatória idiomática. Segundo documentos oficiais do século XVIII, foi percebido que a grafia do nome da cidade, até então ainda vila, possuía diversas formas, dentre eles Cahasapaba, Caassapaba, Cassapava e Caçapava, um termo tupi cujo significado tem diferentes interpretações¹³.

¹³ Segundo Alípio Bastos, de acordo com Von Martius, naturalista alemão que percorre o país, quando de sua viagem entre 1816 e 1819, em um glossário da língua brasileira, publicado na Alemanha, descreve “Caassapaba” como “Mato todo queimado”. Já João Mendes de Almeida, no seu Dicionário da Província de São Paulo, de 1902, salienta a palavra “Caa-haça-paba” como “passagem entre montes. Entretanto outros dois pesquisadores, Teodoro Sampaio, em seu trabalho “o Tupi na geografia nacional”, descreve “Cassapaba” como fim de cerca ou ponta de cerca, como também “Caassapaba”, clareira ou abertura na mata; seguindo por J. David Jorge, em seu artigo da Gazeta de 1948, trata o designio “Caçapava” como sitio ou caminho que atravessa a floresta – bosque – mata, provindos de “Caa” – mato, bosque ou floresta e “çapaba” – clareira, travessia ou vereda. Ainda quanto ao

A origem do povoado de Caçapava se deu através da gleba hoje chamada de Caçapava Velha, constituindo a célula mater de formação da cidade atual. O desbravamento dessas terras, de certo, começou na segunda metade do século XVII, quando ali chegaram povos provindos de São Paulo de Piratininga, São Vicente, Ubatuba e Mogi das Cruzes.

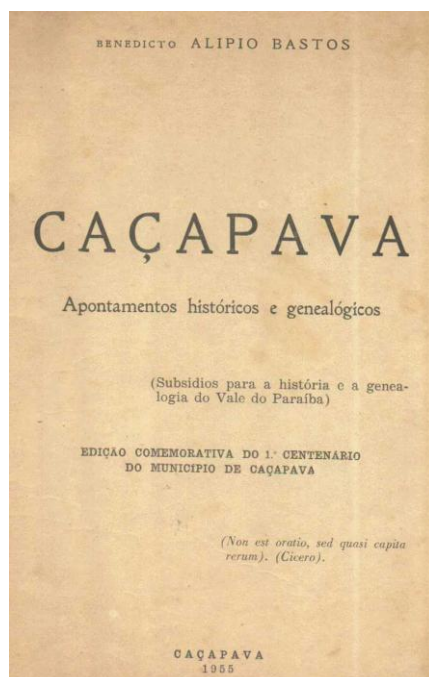


Figura 2. Contracapa do livro de Alípio Bastos, editado em 1955.

No relato de Benedicto Alípio Bastos (1955, p. 9), lemos:

Ali, naquele rincão ubertoso do chão paulista, atravessado pela estrada geral, que naquela época se estendia entre São Paulo e a região de Taubaté, seguindo a margem direita do Rio Paraíba, entre os contrafortes da serra de Itapeva, ramificação da Cordilheira marítima, na segunda metade do século XVII, muitos paulistas de São Paulo de Piratininga e Santana de Mogi das Cruzes, acompanhados de suas famílias e de índios administrados, vieram se fiar, ocupando sesmarias e datas das terras, distribuídas pelos donatários da Capitania de São Vicente, por intermédio do Capitão Jacques Felix – pioneiro da penetração e desbravamento desta região.

significado, nos termos caiçaras, pode-se dizer que local de assentamento de tranqueiras, de acordo com resultados dos estudos de J. David Jorge. Alípio Bastos resume muito bem os termos, pois entende que todos os significados se complementam, podendo ser uma clareira aberta na mata, que pode ter sido queimada para criar caminhos e que nisso juntam-se cercas e tranqueiras.

E assim começou o pequeno assentamento, sendo que o primeiro desses desbravadores a manter sua morada nesse território foi Jorge Dias Velho e sua esposa Sebastiana de Unhate, que buscavam o cultivo e povoamento da região. Tendo em vista o forte catolicismo da família e o desejo de que sua fazenda servisse de centro de irradiação da fé, Dias Velho buscou a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora D'Ájuda, escrevendo seu desejo a D. Frei Francisco de São Jeronimo, bispo diocesano do Rio de Janeiro.

Por ser documento de constituição da primeira morada dos caçapavenses, segue-se a transcrição do documento histórico desse requerimento, que se encontra no livro já citado “Caçapava, apontamentos históricos e genealógicos”, de Alípio Bastos.

Ilmo. Sr. Exmo. Senhor:

Diz o Capitão Jorge Dias Velho, morador do distrito da Vila de Taubaté, que vindo do reverendo padre João de Souza Fonseca por visitador geral da Capitania, lhe pediu fizesse mercê haver por bem benzer o lugar para uma capela em vocação a Nossa Senhora D'Ájuda; o que fez, por me fazer mercê, a qual a capela está presentemente acabada, com os ornamentos necessários, os quais a Côrte mandou vir, como também as imagens para a dita capela, de que V. Ilustríssima creio já terá tido informação. Peço a V. ilustríssima faça mercê de conceder licença para que o reverendo padre acima declarado faça mercê de vir pessoalmente benzer a dita capela, para que nela se possa celebrar o santo sacrifício da missa, como também benzer parte do cemitério, por ser de muita precisão, por se haver feito um corredor, para a casa da fábrica “a sacristia “ (p.10).

Seguindo da resposta do eclesiástico:

Passe da provisão da faculdade que damos ao padre João de Souza da Fonseca para benzer a igreja e parte do cemitério, onde se não enterrará sem licença do vigário de Taubaté. Rio de Janeiro, 8 de Novembro de 1705.” (p. 10)

Expediu-se, então, documento para o benzimento da igreja e do cemitério, que foi efetuado até que o Capitão Jorge Dias Velho, em 11 de maio de 1706, já viúvo, por escritura pública, doou uma quantia importante que colocou a juros para manter a capela, sendo assim seu maior beneficiário e protetor, por ocasião da visitação do padre João de Souza da Fonseca. Assim, após as cerimônias e o devido benzimento, Jorge Dias Velho recebeu a licença para ali presidir as missas, expedida pelo Bispo do Rio de Janeiro.

A Capela foi descrita em citação de Pedro Taques, no livro “Nobiliarquia paulistana”, transcrita por Alípio Bastos:

É de talha levantada, toda dourada e dentro de uma tribuna, na capela mor, se vê colocada a imagem de São Jorge, de perfeita construção, vinda do Reino, e está o Santo Cavalo. A igreja é de vocação de Nossa Senhora D'Ájuda (TAQUES, v.1, p.424 apud BASTOS).



Figura 6. Foto retirada de um filme de Mazzaropi da Capela, Sem data¹⁴

A partir desse relato, podemos saber um pouco do que existia no interior da capela, porém documentos sobre a existência das imagens e ornamentos são raros. Como de costume, a cidade se construiu em torno da capela também em Caçapava, porém isso se deu por duas vezes, em locais diferentes, como veremos a seguir.

Nessa fase, ao redor da primeira capela foi se agrupando o primeiro núcleo populacional que formou o arraial descrito por Alípio Bastos, como os “gens caçapavenses”. Seguindo o relato de Bastos, a capela foi administrada por muitos anos por Jorge Dias Velho, tendo como pároco seu filho, Padre Manoel Rodrigues Velho, no entanto, em uma visita em 1723, o vigário da vara de Taubaté, Padre Antônio de Lima Fagundes, apontou várias irregularidades e a ermida passou então a

¹⁴ Imagem referência: Grupo Facebook: Caçapava / SP – História, Fotos e caçapavenses. Acesso em 10 de Março de 2019.

ser velada pelo seu filho, então pároco responsável, através de documento expedido para tal posse.

A partir de 1724, o arraial de “Cassapaba”, bairro do município de Taubaté, tornou-se um polo irradiador da fé na região e começou a aglomerar povos provenientes de localidades próximas, ligadas principalmente aos deveres católicos. Segundo Bastos, esses “povos” fixaram-se à margem direita da Estrada Real que ligava São Paulo a Taubaté, tratando-se das paragens de: Paraíba, Caveiras, Piracancagua, Pirai, Fazenda Velha, Tataúba, Dois Córregos, Serra do Jambeiro, Capivari, Barranco Alto, Serra do Palmital, Roseira, Iriguaçu, Capão Grosso, Cabeça de boi, entre outras não relatadas. A freguesia passou a pertencer ao bispado de São Paulo por carta régia criada em 22 de abril de 1745, conforme relatos, aprovada pelo Papa Benedito XIV, através da Bula de 06 de dezembro do mesmo ano.

3.2.2 CAÇAPAVA – ARRAIAL E FREGUESIA

No começo do século XIX, já se formava um grande aglomerado humano ao redor da Capela fundada em 1705, sendo que o governo geral constituído pelo príncipe regente D. João V, devido a suas proporções, baixa um alvará, em 18 de Março de 1813, tornando então o local uma freguesia, com sede na mesma capela, fazendo com que fosse administrada pelas autoridades do conselho Municipal de Taubaté, tornando-se a freguesia Nossa Senhora da Ajuda.

O arraial tributário da Vila de Taubaté, com sua capela situada à margem direita da Estrada Real, que ligava São Paulo a Taubaté e às demais povoações vizinhas, normalmente sendo passagem das bandeiras aos sertões de Minas Gerais, teve um rápido crescimento, atraindo o interesse de moradores da região, por sua zona rural com boas terras para cultivo, local de fazendas agropecuárias.

O desenvolvimento de Caçapava para Vila ocorreu entre os anos de 1842 a 1854. Alípio Bastos narra vários conflitos políticos e focos de rebeliões nas cidades de Areias e Silveiras, como também Pindamonhangaba, Lorena e Bananal. Acredita-se que muitos revolucionários vindos de São Paulo aportavam por ali e se estabeleceram na “Fazenda Velha”, enquanto rumavam ou fugiam do centro das rebeliões. A Fazenda Velha era Caçapava, uma passagem das tropas. Moradores da região construíram uma capela de pau a pique na gleba do Coronel João Dias da Cruz Guimarães, que residia na Vila de Jacareí.

Nesse ínterim, em meio à luta entre conservadores e liberais e com a passagem da tropa do General Duque de Caxias, denúncias contra os liberais por parte de tropas conservadoras levaram os liberais a buscar refúgio, principalmente provenientes de Sorocaba e Silveiras. Esta condição de Caçapava ser considerada como um local de fugas políticas cessou apenas em 1844, com a ascensão ao poder do partido liberal.

De acordo com os escritos de Bastos (1955), constrói-se, então, em 1842, outra capela, desta vez à margem esquerda da Estrada Real, no trecho entre São Paulo a Taubaté. A partir de 1844 começaram a surgir as primeiras habitações ao redor desta nova capela, em terras que pertenciam a Bento Pereira da Mota e João Ramos da Silva. À direita da capela, dedicada a São João Batista, roçou-se o mato no qual havia uma planície que avistava o ribeirão, denominado Manoelito, sendo ainda assim chamado atualmente, pois servia de divisa da Fazenda Velha com as terras de Manoel Dutra de Medeiros, cujo nome foi aplicado ao ribeirão.

Assim como havia ocorrido na primeira ocupação de Caçapava, a doação de terras também aconteceu por ocasião da construção da Capela de São João Batista, quando o coronel João Dias da Cruz Guimarães chegou a doar cem braças de terreno para a formação do patrimônio. O aglomerado humano aumentou ao redor desse novo edifício e os próprios moradores intervieram para a transferência da sede da freguesia para a nova Capela. Porém, isso não foi muito bem recebido pelos paroquianos da Capela Nossa Senhora D'Ajuda que, por meio do vigário da época, Higino Rodrigues de Alvarenga, promoveram um abaixo-assinado contrariando o pedido. A transferência ocorreria, portanto, apenas posteriormente.

Nesse momento vale salientar que a segunda Capela, monumento a que irá se referir a segunda ocupação, a Capela de São João Batista, foi levantada em 1842 como já descrito, pelo Coronel João Dias da Cruz Guimarães, juntamente com sua esposa D. Maria Carolina da Conceição, proprietários do imóvel rural no qual se estabelecia a construção e a doação de terras para tal empreendimento. Apesar de ter sido feita verbalmente, confirmou sua doação através de documento lavrado (escritura pública) em 16 de abril de 1845. A transcrição desse documento pode ser encontrada no livro de Alípio Bastos, (1955, pp. 43- 44), como também as confirmações de doações feitas mesmo após o falecimento do Coronel João Dias da Cruz Guimarães. Expediu-se, em 16 de junho de 1873, uma certidão da escritura pública.

Quanto ao patrimônio doado, segundo Bastos (1955), em 1845 admitia-se dentro de uma das interpretações da escritura que a área era diferente e que seria de aproximadamente 48.400m², no qual questionava-se ser cinco vezes menor, cuja marcação inicial da terra era a seguinte:

Parte de um ponto da estrada real sobre o córrego denominado Manoel Inocência; segue a corrente deste córrego até o lugar onde o mesmo atravessa a rua do Porto; deste ponto em linha reta até a casa em que morou Bento Pereira da Mota, na estrada real na ladeira que desce para o ribeirão “Manoelito”; da casa de Bento Pereira da Mota, seguindo pela estrada real, a rumo de Taubaté, até o ponto de partida (Bastos, 1955, p.)

Somente em meados de 1874 define-se a área com medição e demarcação mais ajustadas, lavrando o documento cuja transcrição pode ser encontrada também no livro de Bastos (1955, p. 45), e com essa demarcação deu-se conta da existência de 65 lotes ocupados, mais precisamente em 6 de agosto de 1874.

Pelos relatos de Alípio Bastos (1955), não há dúvidas de que surgiu uma povoação em volta da freguesia, mas da segunda ocupação pela Fazenda Velha, sendo assim da Capela de São João Batista, atualmente matriz da cidade de Caçapava.

3.2.3 CAÇAPAVA – FREGUESIA E SEGUNDO POVOAMENTO

Ao redor da nova igreja juntou-se um aglomerado de pessoas, ali centralizando as funções sociais e religiosas dos habitantes. Até mesmo a posição geográfica da nova capela adotou um critério excelente, possuindo altitude de cerca de 600 metros acima do nível do mar, a menos de 3 quilômetros do Rio Paraíba, rodeado pelos córregos Manoelito, Lavapés e Humaitá. Havia, ainda, facilidade de abastecimento de água potável, nas proximidades da fonte do Olho d’água, às margens da estrada real, a “biquinha”, na antiga moradia da Chácara do Padre Chiquinho, conforme descreve Bastos (1955). Trata-se da “Bica” que existia aos fundos, onde se levantaria a Capela de São Roque e o antigo cemitério, por onde passaria, anos depois, a estrada de ferro que ligaria São Paulo a Cachoeira.

A capela delimitou, então, um quadrante, com um pátio com uma das faces para a estrada real de São Paulo até a Corte. Ali se estendeu a primeira rua denominada

Direita, transformando-se em Rua Municipal e a rua que dava sentido ao cemitério, denominou-se Segunda, atualmente a Rua Capitão João Ramos.

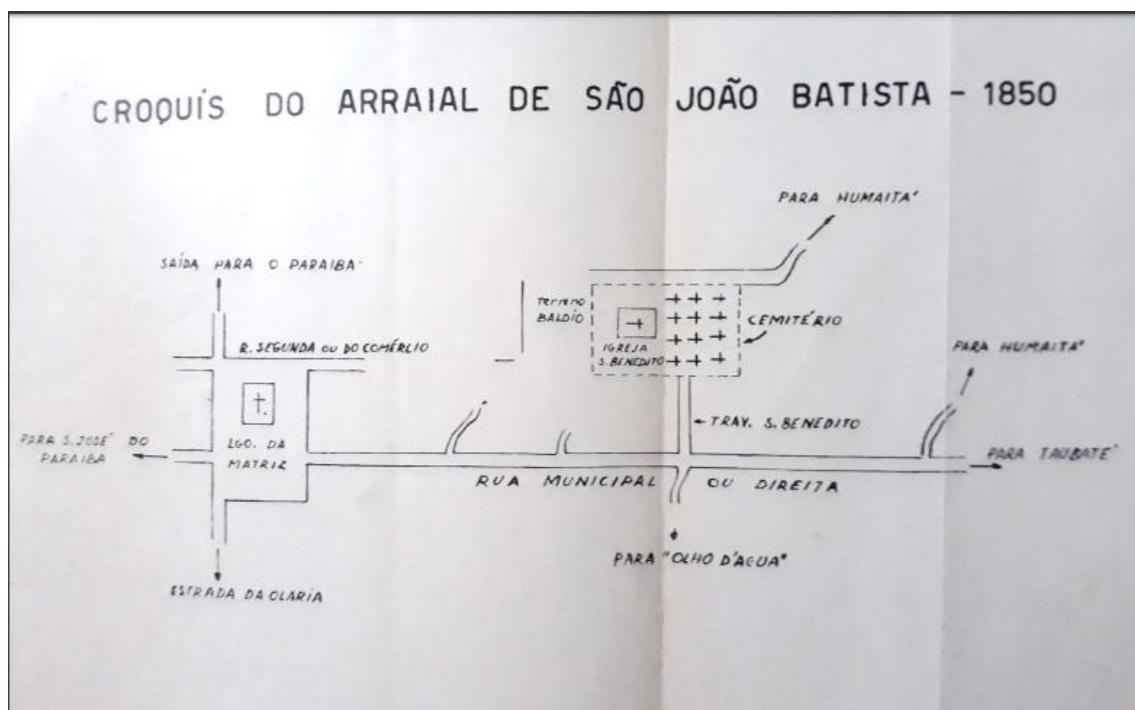


Figura 3. Croqui do Arraial de São João Batista, 1850. Foto retirada do livro de Alípio Bastos. 1955.

Alguns nomes de personagens que ajudaram no crescimento e progresso local são citados por Bastos (1955, p.48): capitão João Ramos da Silva, Bento Pereira da Mota, Tenente Francisco Alves Moreira, João Lopes Moreira, Tenente-Coronel João Moreira da Costa, Joaquim Manoel de Freitas e Benedito Bicudo. Esclarecemos, porém, que a biografia dos mesmos não será abordada no presente trabalho, julgamos oportuno citar alguns dos personagens envolvidos no crescimento do núcleo urbano, pois são considerados os fundadores de Caçapava.

Ocorre, então, a transferência definitiva da freguesia, tais eram as condições de vantagem que o novo núcleo urbano, em poucos anos, conseguira obter, passando a Capela de São João Batista à matriz da paróquia, através da Lei provincial n. 01 de 3 de Maio de 1850. A freguesia serviria, a partir de então, de divisa entre os municípios de São José e Taubaté através da Lei provincial n. 02. Mesmo. Caçapava ainda continuava submetida à Câmara Municipal de Taubaté.

Com a transferência da sede e com o novo local já em desenvolvimento, no qual existiam figuras proeminentes como párocos, juízes de paz, subdelegados e fiscal da Câmara Municipal, os residentes da região se organizam no sentido de criar uma

célula administrativa e política autônoma para separar-se, enfim, do município de Taubaté, pois além da região do aglomerado novo, havia pequenos povoados naquela que ficaria denominada Caçapava Velha e Capivarí, com lavouras importantes e uma grande aspiração por melhorias e certa independência.

3.2.4 VILA E ORGANIZAÇÃO PARA MUNICÍPIO

Por volta de 1854, foi apresentado à Câmara de Taubaté um projeto de elevação da freguesia para categoria de Vila, ou seja, de instituição do município. A Câmara de Taubaté, contudo, rejeitou o pedido, alegando que isso poderia prejudicar a conjunção de terras pertencentes à Taubaté. Após diversas investidas políticas, a vontade da população e dos poderes locais foi atendida e, através da lei n.20, de 14 de Abril de 1855, em artigo único, foi decretada e sancionada a elevação da freguesia à categoria de Vila.

Nessa lei, descrevia-se a necessidade de construção pelos caçapavenses da Casa de Câmara e Cadeia, marcando as divisas com o município de São José da Paraíba. Já em 21 de maio do ano de 1855, produziu-se legislação para a votação de sete vereadores, eleitos os seguintes nomes: Bernardino Manoel de Freitas, Fabricio Correia de Siqueira, José Dutra de Faria, Antonio Xavier de Assis, João Ramos da Silva, José Joaquim de Amaral Gurgel e Francisco Alves Moreira, com cinco suplentes: Venâncio Felix da Rocha, Moisés Correia de Siqueira, Fernando Alves Guedes, Francisco de Assis Pereira e João Moreira da Costa. Não se sabe com certeza a data em que essa comissão assumiu, pois o primeiro livro de atas se perdeu. Bastos (1955), em sua narrativa, supõe que as atividades tenham começado por volta de setembro de 1855.

3.2.5 CAÇAPAVA: HISTÓRIA E CRESCIMENTO URBANO – BREVE RESUMO DAS PRERROGATIVAS INICIAIS DA VILA A PARTIR DE 1855.

A proclamação da Vila de Caçapava deu início à vida independente de Taubaté, a partir de 1855, quando se iniciou a concepção e urbanização propriamente ditas. A Câmara Municipal começou a funcionar com seus vereadores, procuradores e

¹⁵ Foto retirada do livro de Alípio Bastos (1955). Sem paginação.

Em 1865, conforme o livro de Alípio Bastos (1955, p.70), já existiam os pátios da Matriz, de Santa Cruz e de São Roque, igrejas construídas praticamente na época da transferência para o povoado de São João Batista. Já outra capela importante, a de São Benedito, construiu-se dentro do cemitério, a partir de algumas doações e de recursos advindos dos cofres públicos, com os quais construíram-se também novos arruamentos, como o da atual Rua Comendador João Lopes. Outros arruamentos resultaram dos prolongamentos das ruas consideradas Segunda e do Comércio, atualmente Ruas Capitão João Ramos e esquina da Avenida Manoel Inocêncio, até a Rua 14 de Abril. Esses arruamentos chegavam até a estrada que seguia para São José e para Taubaté, conhecida hoje como Cônego Rodovalho, criando ainda o Largo Visconde Barão do Rio Branco.

Os serviços municipais nessa fase de emancipação ainda eram precários, podendo-se observar o abastecimento de água através da recorrência da população aos minadouros existentes na proximidade do povoado, em locais como o “ Olho d’água”, por exemplo, onde foi efetuada uma melhoria para a captação de águas por volta de 1869 a 1875, por meio de um serviço de encanamento e abastecimento que serviu à cidade por muitos anos. A iluminação pública ainda era feita através de lampiões a querosene, com as devidas manutenções ora pela prefeitura ora por serviços contratados.

Quanto à vida comercial da cidade, antes da existência do mercado municipal, os feirantes se reuniam na Rua da Quitanda, descrita anteriormente, que ficava na proximidade do antigo cemitério, sendo que a construção do mercado se deu através de determinação da câmara em 1874, em terreno existente no largo de São Benedito, desapropriado de Manoel Inocêncio Moreira da Costa. Pelos relatos de Bastos (1955, p. 73), a expansão da cidade se fez muito por meio das desapropriações, instrumentos ainda hoje utilizados para as práticas de urbanização.

As taxas existentes na Vila eram relacionadas aos serviços que pretados à população, além do imposto predial, que se iniciou no ano de 1875. Há um caso curioso de pagamento de impostos por 154 propriedades, o que nos faz entender como se encontrava o crescimento da cidade, que começou com mais de 60 residências em volta do largo de São João Batista. A organização financeira da Vila

se dava por meio de apresentação da documentação à população pela Câmara. Caçapava crescia e se organizava, abrindo caminho para elevar-se como Cidade.

3.2.6 CAÇAPAVA – ELEVÇÃO PARA CIDADE, HISTÓRIA E CRESCIMENTO URBANO

A elevação de vila para cidade acontece em 1875, com o crescimento rápido, motivado pelas lavouras de café, e com a proximidade da inauguração da estrada de ferro que se daria em 1877. Por meio da lei de 20 de abril de 1875, a vila se torna cidade. Na constituição urbana existiam: o largo da matriz, a Rua Municipal, a Rua do Comércio, a Rua Sete de Setembro, a Rua do Porto, Largo Visconde do Rio Branco, Rua 2 de dezembro, Travessa São Benedito, Largo São Benedito, Rua Nova e Largo de São Roque e Largo da Santa Cruz.

No que se diz respeito à organização das funções políticas e sociais da cidade, constituiu-se, naquele momento, de uma população de aproximadamente 7 mil habitantes, conforme Bastos (1955), mas vale salientar que se organizaram de modo mais complexo as funções de justiça, saúde pública, área de cemitério e algumas edificações, como as primeiras escolas que surgiram entre os anos de 1870 a 1875.

A cidade passa a ter os primeiros órgãos de imprensa, os jornais “O Taubateense”, “O Paulista” e o mais relevante e de maior repercussão “O Caçapavense”, em meados de 1861, que noticiava os principais acontecimentos da nova cidade.

A vida econômica da cidade se baseava na lavoura, como vimos, por volta de 1860, especialmente com as fazendas cafeeiras, além das fazendas de cana-de-açúcar, fumo, mandioca e cereais, mas não se pode descartar ainda a criação de gado, importante atividade para a cidade. Por volta de 1875, os estabelecimentos comerciais existentes eram normalmente casas de tecidos e armarinhos, armazéns de secos e molhados, hospedarias e ofícios manuais, como alfaiatarias.

A mobilidade para cargas era atendida por carros de bois, de eixo fixo, ou por muares (mulas), além do transporte individual, feito por animais de montaria, chegando ao transporte público de *trolley* (espécie de bonde), ainda na esperança da estrada de ferro que chegaria, por volta de 1875, porém a mesma só foi inaugurada em 1877. As vias de comunicação da cidade apresentadas anteriormente tiveram seu traçado aumentado, a chamada estrada geral de São Paulo ao Rio de Janeiro, com a qual o município é cortado de leste a oeste, seguindo por outros caminhos de suma

importância: a estrada de Paraibuna, o caminho do Buquira, a Ponte do Paraíba e a Estrada de Ferro.

Partindo de São Paulo, a estrada de ferro atingiria o Vale do Paraíba nessa ordem: Mogi das Cruzes, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Lorena, indo até Cachoeira, ao ponto do terminal da 4ª sessão da estrada de ferro de D. Pedro II.

O início das obras dessa ferrovia, na cidade, deu-se em 7 de setembro de 1873, com a Câmara Municipal deliberando solenidade ao acontecimento. A estrada foi autorizada através de decreto de 24 de Março de 1871, com contrato de construção firmado em 2 de Março de 1872, encabeçado por Clemente Falcão Filho e Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.



Figura 5. Trecho do Mapa até 1890 da Rede Ferroviária, linha São Paulo – Rio de Janeiro¹⁶.

Caçapava, ao mesmo tempo em que se tornava município, foi também sofrendo transformações políticas nas quais discutia-se quase que permanentemente quem seriam os que exerceriam cargos, sendo que, em 1871, o partido conservador era quem estava à frente das questões municipais. Porém, como vimos anteriormente, havia uma forte rivalidade entre o partido liberal e os conservadores, ocasionado muitos conflitos, incluindo prisões de cunho político.

Com relação à escravidão e à luta abolicionista, cabe destacar uma figura de importância na cidade, o único abolicionista que se tornou mais conhecido na história

¹⁶ Mapa de estações ferroviárias <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovias/evolucao-da-rede-de-estradas-de-ferro-1890.shtml>. Acesso em Julho de 2019.

da cidade (Bastos, 1955, p.99), João Rodrigues D'Oliveira Silva, que lutou por mudanças sociais, incluindo até mesmo o afastamento de um vigário da região.

Em 1876, um ano após a elevação à categoria de cidade, a Câmara de Vereadores, maior detentora dos poderes políticos da cidade, empossou mais dois vereadores, constituindo nove ao todo, porém, com algumas irregularidades, pois deveriam seguir ao apossamento os suplentes mais votados. Esse fato demonstra uma grande disputa partidária na região, com discussões que acirraram os conflitos entre os partidos na cidade e que ocasionariam trocas de presidentes da câmara, mudanças de vereadores e até mesmo “golpes”.

Em meio a um certo caos político e com muita dificuldade devido às intercorrências em relação às disputas pela presidência da Câmara, algumas transformações urbanas foram realizadas, entre as quais a remoção do cemitério municipal para uma região de subúrbio da cidade. Isso provavelmente se deveu, também, às ideias higienistas aplicadas às reformas urbanas (BASTOS, 1955, p.101-104).

Outro fato histórico importante foi a última posse da Câmara dos Vereadores pelo regime monárquico, em 1887, antes da proclamação da República. Por conta disso, em 1889, a Câmara teve seus poderes suspensos até fevereiro de 1890, aguardando as determinações do novo regime, mantendo-se apenas o funcionamento do poder judiciário existente no município.

O poder público foi restaurado em 1891, com o nome de Intendência Municipal. O governo provisório de Caçapava foi ocupado por nomes hoje atribuídos a logradouros da cidade: Manoel Inocêncio Moreira da Costa, José Ramos da Silva Sobrinho, Antônio Moreira de Alcântara, José Bendito de Araújo e Jorge Pedro da Silva Rosa.

Alguns conjuntos urbanos começaram a surgir através da ação da Intendência, como por exemplo, a ideia da construção do Paço Municipal, que já havia sido projetado em 1880 pelo engenheiro Martiniano dos Reis Brandão, o qual estava trabalhando nas obras da Estrada de Ferro. Formou-se uma comissão para a construção do Paço, porém, dois anos depois da Intendência assumir, a obra ainda não havia sido terminada. Nesse momento, começa-se a pensar na construção do mercado municipal, procurando-se recursos para esse empreendimento.

As igrejas, por sua vez, desde 1868 não receberam projetos importantes de decoração interna, como outrora, apesar da crescente modernização urbana

resultante da vinda da Estrada de Ferro, em 1875. Contudo, por intermédio do vigário Padre Francisco Marcondes, avivaram-se os ânimos da população por meio de campanhas de arrecadação de fundos para obras, proporcionando recursos para o embelezamento da matriz da cidade, apesar de ainda ser um templo modesto, nas palavras de Bastos (1955). Ainda é importante salientar que passaram por terras caçapavenses as missões de Frei Caetano de Messina, por volta de 1876, recomendando algumas qualificações a serem feitas nos edifícios religiosos do município, partindo dele a ideia da construção de um Cruzeiro que foi erigido no terreno onde hoje se encontra a escola Ruy Barbosa, no mesmo ano. A reconstrução da matriz, no entanto, foi realizada somente pelo Padre José Benedito Alves Pereira em momento posterior.

Quanto às missões do Frei Messina, sabe-se que, em terras da Vila de Caçapava, se conjecturou a construção de um grande complexo religioso, chegando a ser lançada a pedra fundamental ainda em 1876, porém, o projeto não seguiu adiante e o frade seguiu com sua missão para Taubaté. Em 1890, já não havia mais relatos a respeito desse projeto de criação de um complexo religioso e os alicerces foram esquecidos. Foram, então, construídas casas de morada nos terrenos outrora destinados à finalidade religiosa.

A partir de 1876, os logradouros públicos passaram a receber melhorias, devido ao aumento da cidade e como consequência da construção da estrada de ferro. As praças e ruas existentes começaram a tomar formas mais próximas às atuais, com a abertura de novas vias, alterações na localização de praças e largos, além da construção de novos logradouros. Destaca-se, ainda, a remoção do cemitério, como já citado, por volta de 1879, para uma localidade na qual se construiriam muros com portões de acesso, com a construção de uma via apenas para tal empreendimento. O ponto de maior destaque foi o alargamento da Rua Municipal, por meio de desapropriações, passando a denominar-se Manoel Inocência, em homenagem ao então intendente do município.

Os serviços públicos nessa fração de tempo ainda passavam por ajustes, sendo o abastecimento de água praticamente igual desde o momento em que Caçapava caracterizou-se como Vila, apenas com a diferença de que, em 1890, houve a construção de um chafariz no então largo Visconde do Rio Branco. A iluminação pública ainda se dava pela administração pública, por meio de lampiões a querosene. As escolas públicas eram duas, uma para meninos e outra para meninas. A partir de

1876 foram surgindo outras escolas e há registro de uma escola primária particular para meninos.

Para as questões judiciais, criou-se a Comarca de Caçapava em 1885, deixando de fazer parte da Comarca de São José dos Campos. Em 1891, passou a existir a instituição do casamento civil na cidade. Quanto a questões de segurança, a cadeia funcionou em uma casa alugada até 1898, quando foi construído um edifício específico para essa função. O telégrafo chegou à cidade juntamente com a Estrada de Ferro, trazendo progresso cultural e maior circulação de ideias, a partir de uma atuação mais intensa de jornalistas e intelectuais. Além do jornal “o Semanário”, já popularizado na cidade, surgiam mais dois jornais, “O Século”, em 1883 e “O Provinciano”, em 1885. Entre os artistas e intelectuais proeminentes na cidade, destacavam-se Ezequiel Freire, um importante poeta, e Francisco de Assis Pereira Junior, pintor destacado na cidade no final do século XIX.

Quanto ao contexto econômico, a cidade ainda mantinha-se na agropecuária e, além dos poucos comércios já destacados anteriormente, a novidade, em 1883 foi a descoberta da existência de veios carboníferos no subsolo. Informando ao governo da província, foram gerados pedidos para concessão de exploração de petróleo e minerais. Esse tipo de exploração ainda hoje é um grande problema para a cidade e região, sobretudo devido a questões ambientais.

Ainda no período de elevação da cidade, a questão da mobilidade urbana local esteve presente na construção da ponte metálica finalizada em 1880, além da conservação de uma ponte de madeira que passava pelo Rio Paraíba como rota de comércio. A Estrada de Ferro, por sua vez – inaugurada em 1877, como vimos, com festejos diante da vinda do primeiro trem –, promoveria uma maior mobilidade em âmbito regional, conectando as diversas cidades do Vale com São Paulo e o Rio de Janeiro. Em 1886, durante a passagem do imperador Dom Pedro II e sua esposa por muitas cidades do Vale do Paraíba, a estadia por Caçapava se deu aos cuidados do Capitão Antônio Moreira Leite e foi um acontecimento que marcou a narrativa histórica da cidade.

Justamente quando Caçapava começava a se estruturar como cidade, ocorreram grandes conflitos entre abolicionistas e escravocratas. Em 10 de Fevereiro de 1888, fazendeiros reuniram-se decidindo pela libertação dos escravos da cidade e das fazendas da região, sendo que, nesse momento, noventa por cento foram

libertados, gesto que antecedeu à lei Aurea de 13 de maio de 1888. Caçapava tornou-se conhecida, portanto, como uma precursora da Abolição.

As narrativas da história da cidade de Caçapava, depois dos escritos de Alípio Bastos de 1955, tornaram-se fragmentadas e esparsas, não havendo uma historiografia geral de referência para nos servir de apoio. De modo geral, depois do apogeu do café, seguiu-se um período de estagnação econômica na cidade. A recuperação ocorreu no século XX com o cultivo do arroz e a introdução da pecuária de leite, e acelerou-se na década de 1970 com a expansão das atividades industriais. Caçapava, assim como as demais Cidades do Vale do Paraíba que margeiam a Rodovia Presidente Dutra, beneficiou-se da expansão industrial do Estado de São Paulo, possuindo um parque industrial relativamente ativo. Os setores de comércio e serviços são ainda bastante tímidos, apesar da criação de corredores comerciais em 1995. Caçapava ainda mantém grande parte de sua economia baseada na atividade agrícola e pecuária leiteira, associada à atividade industrial, setores que constituem a sustentação econômica do Município, segundo dados colhidos em 1998¹⁷.

Agricultura e pecuária são, portanto, atividades ainda importantes para o município. O principal produto é o leite, uma das maiores produções da chamada bacia leiteira do Vale do Paraíba. Cerca de setenta e cinco por cento do rebanho é destinado à produção leiteira, que em sua maioria é destinada às usinas de beneficiamento da região, apesar de já haver uma iniciativa, ainda que modesta, de se fazer o beneficiamento por alguns produtores locais. Entre as demais atividades agrícolas, destaca-se o cultivo de arroz em várzeas drenadas e sistematizadas, seguido de cultura de cana-de-açúcar, batata, feijão e milho. A indústria, porém, é o setor de maior importância da economia do Município. Desenvolveu-se muito durante o fim dos anos 1960 até os primeiros anos da década de 1980. Durante o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 houve uma estagnação, e até mesmo, um novo aquecimento surgiu com a instalação de novas indústrias. Atualmente, a cidade vem acompanhando os índices da crise econômica nacional, com aumento de desemprego e retração econômica.

Traçamos essas breves considerações das condições existentes, focando especialmente nas origens do município e em suas principais transformações ao longo

¹⁷ <http://www.portalvale.com.br/cidades/cacapava> Acesso em 26 de abril de 2019.

do tempo. Com essas rápidas anotações a respeito da fundação do arraial e sua elevação a freguesia, vila e posteriormente à cidade, pudemos compreender o contexto de formação de Caçapava e suas transformações urbanas, sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX. Este período nos interessa particularmente para compreendermos, no próximo capítulo, o levantamento realizado sobre o Patrimônio Histórico Arquitetônico da cidade por Gustavo Neves da Rocha Filho, datado de 1978, no qual podemos observar o registro de manifestações arquitetônicas de diferentes períodos históricos. Com base nesse registro, selecionaremos alguns bens do patrimônio urbano arquitetônico de Caçapava para, então, analisarmos comparativamente as transformações da cidade nos últimos quarenta anos.

4 CAPÍTULO 3 – CAÇAPAVA – PATRIMÔNIO EM REVISÃO

No capítulo anterior, elencamos algumas anotações a respeito da história da cidade de Caçapava, o que nos permitiu compreender o contexto no qual se insere o patrimônio histórico ali existente. Nossa compreensão da história da cidade se deu, em grande medida, pela obra de referência de Benedito Alípio Bastos, publicada em 1955, que constituiu o livro mais completo a respeito da reconstituição histórica de Caçapava. Se o livro de Bastos representou um marco único e isolado para a historiografia local, este esforço somente pode ser comparado ao levantamento histórico, formulado em 1978, por Gustavo Neves da Rocha Filho, através de sua publicação “Caçapava – Levantamento Sistemático a fim de inventariar bens Culturais do Estado de São Paulo”. A partir dessa importante publicação, podemos entender como se configurava visualmente a cidade naquele ano e comparar com seu aspecto atual, partindo disso como objeto de estudo para a presente dissertação, ou seja, os critérios adotados historicamente só vieram embasar a proposta de visitar o levantamento de Rocha Filho (1978), propondo uma revisão simplificada, porém mais atualizada deste levantamento.

Antes de entrar fundamentalmente na questão do patrimônio, a priori é importante frisar que sob dois aspectos da cidade de Caçapava que se construiu através de duas ocupações, onde a atual desenvolveu-se a cidade e anterior, chama-se de Caçapava Velha, conforme já descrito em relato histórico anterior. Nesse sentido, e pela estruturação do trabalho, seguir um conceito efetuado pelo Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho (1978), de algumas edificações existentes no Centro atual da cidade, excluiu-se o estudo à Caçapava Velha, para assim determinar uma linha de raciocínio mais restrita as informações atuais, em relação ao já estudado em 1978, acreditando que a posteriori surgirão estudos mais aprofundados somente a primeira ocupação – Caçapava Velha.

Partindo, portanto, dos relatos de Bastos, é possível entender que a cidade que instituiu seu perímetro urbano através da demarcação de áreas em 1938 (1955: 212-214). Naquela data, a fixação do perímetro urbano partia da estrada de rodagem que vai a São Paulo, na encruzilhada que vai da Fecularia Matarazzo, seguindo até o leito da estrada de Ferro Central do Brasil, pelo qual seguia-se até o sinal luminoso, indo em linha reta até o primeiro pontilhão do aterrado Paraíba, na Rua do Porto, a leste

da sede da Chácara Santos, daí em reta, ao canto mais a leste do cemitério; e daí em linha reta a esquina da Avenida Coronel Manoel Inocêncio com a estrada que vai a Fazenda Ribas, próximo a uma capela, seguindo em reta ao canto sul do Reservatório D'água da cidade e, pelo mesmo alinhamento, até o Ribeirão “Manoelito” – citado no capítulo anterior –, pelo qual se desce até a barra do Córrego Olho D'Água; e daí em reta ao ponto de partida. Nesse ínterim enumeraram-se, em 1953, por volta de 49 vias de circulação, entre elas as já apresentadas na explanação de Bastos (1955): Avenida Coronel Manoel Inocêncio, Rua 15 de Novembro e algumas novas vias como a Avenida Vera Cruz.

Além desse perímetro, obsejou-se um grande desenvolvimento periférico por volta de 1954 (Bastos, 1955: 214), com as Vilas Pantaleão, Nova, Vera Cruz, Santo Antônio, Prudente, São João, Resende, São Geraldo e Santa Isabel. Nesse momento estipulou-se, ainda, um marco histórico na matriz de São João Batista que, em meados de 1950, já alcançava seu centenário.

Alguns dos edifícios históricos da cidade construídos entre 1935 até meados de 1945, chegando a datar de 1955, possuíam um caráter militar, uma vez que Caçapava também abrigou o 6º Batalhão de Infantaria Leve, que foi transferido para lá em meados do século XX, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

4.1 CAÇAPAVA – LEVANTAMENTO DE GUSTAVO NEVES DA ROCHA FILHO

Gustavo Neves da Rocha Filho graduou-se em Arquitetura e Urbanismo em 1962, pela Universidade de São Paulo (USP), graduando-se também em Arquitetura, em 1965, pela Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA)¹⁸, com diversas especializações, umas delas orientada por Rino Levi e Jarbas Karmann, em 1953. Em 1986, doutorou-se Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP, sob orientação de Joaquim Manoel Guedes Sobrinho, com a tese *O Município e a Política Urbana no Brasil*. Foi professor titular na Universidade de São Paulo desde 1996, quando terminou seu pós-doutorado na instituição, e Livre-Docente desde 1992, com o trabalho *São Paulo: 1554. Redirecionando a sua história*.

¹⁸ FNA: A Faculdade Nacional de Arquitetura foi criada pelo Decreto nº 7918, de 31 de agosto de 1945. Atualmente faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (<http://www.fau.ufrj.br/a-fau/>)

Nos anos 1970, foi realizada uma série de levantamentos do patrimônio edificado em várias cidades paulistas, solicitadas pelo CONDEPHAAT: “Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo”. Caçapava esteve entre elas e, como vimos, Gustavo Neves da Rocha Filho foi responsável pelo levantamento dos edifícios de interesse histórico na cidade, em 1978. O volume destinado ao estudo da cidade tinha como subtítulo “Pesquisa para a identificação, análise e diagnóstico dos bens culturais representativos do patrimônio ambiental urbano de Caçapava, São Paulo”. Neste trabalho de dissertação, propomos um exercício de comparação entre os bens fotografados e observados por Gustavo Neves da Rocha Filho, em 1978, e seu aspecto atual, em 2019, para abrir uma reflexão a respeito de como esse patrimônio foi tratado e como se apresenta hoje, passados mais de quarenta anos, adotando sumariamente o critério de identificação efetuado por Rocha Filho (1978), como base para um olhar atualizado, seguindo os mesmos percursos, excetuando-se a Rua 28 de Setembro, no qual está totalmente descaracterizada, sem possibilidade de visualizar os locais corretos conforme o estudo, pois além da modificação do imóvel, alterou-se numerações, tamanhos de terrenos e aspectos através de desdobros ou unificações, sendo que em alguns pontos de ruas estudadas existem ainda que seja de forma nanica, alguns vestígios das edificações anteriores.

Foram consultados, ainda, alguns trabalhos de conclusão de cursos de graduação nas faculdades da região. Algumas ilustrações elaboradas pelos autores dessas pesquisas serão aqui utilizadas para demonstrar a expansão da cidade (ARAÚJO, 1996).

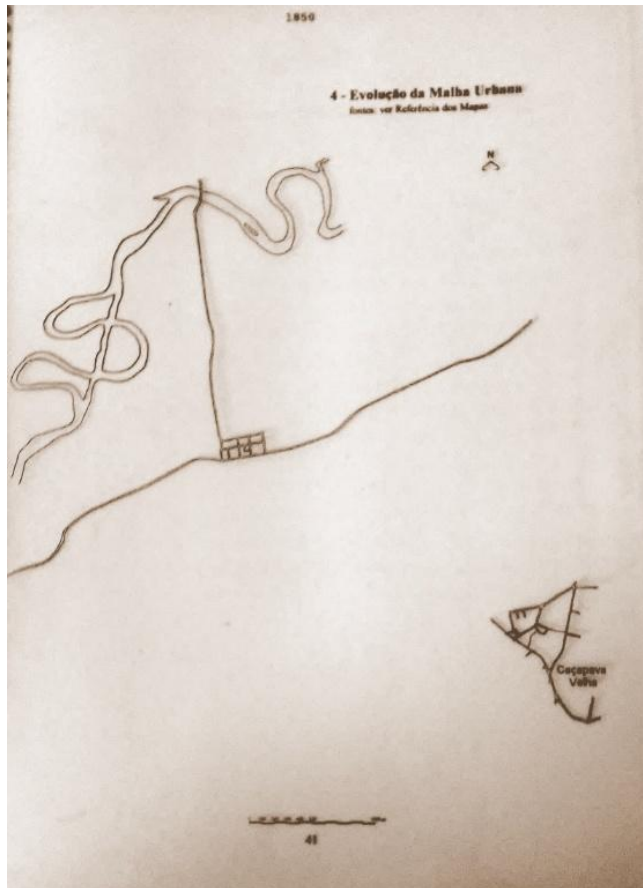


Figura 6. Evolução da Malha Urbana - Caçapava 1850¹⁹

No trabalho feito por Rocha Filho (1978), buscou-se identificar as edificações existentes no centro da cidade, e que, de alguma forma, eram mais características e significativas das marcas do desenvolvimento urbano. Tomava como base para a demarcação do espaço a ser pesquisado o próprio livro de Alípio Bastos de 1955.

¹⁹ Lucia Inês Lotufo Correa Araújo. Um estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Edificado do Município de Caçapava (Trabalho Final de Conclusão de Curso). Caçapava: UNIVAP, 1996.

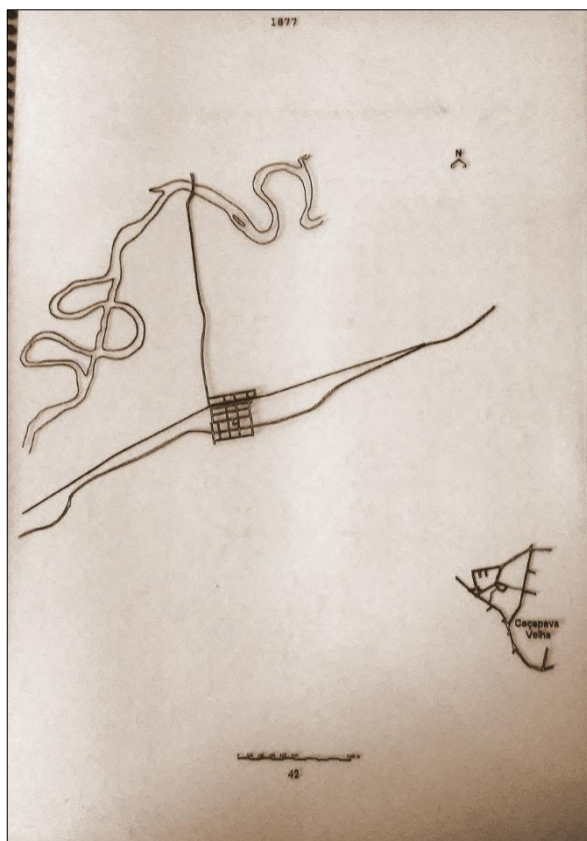


Figura 7. Evolução da Malha Urbana - Caçapava 1877.²⁰

Para a realização dos mapas de Lucia Inês Araújo, os levantamentos foram feitos a partir de algumas informações cedidas por fotos panorâmicas executadas por José de Moura Resende, publicadas por Benedito Alípio Bastos (1955), no qual optou-se por vistas áreas descritas em 1946, publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Estado. Na pesquisa de Rocha Filho (1978, p.2), foram coletadas as informações e imagens das seguintes ruas: Avenida Dr. Pereira de Matos, Rua Coronel João Dias Guimarães, Praça Pedro de Toledo, Rua Dr. Freitas, Rua José Bonifácio, Rua Quinze de Novembro, Rua Regente Feijó, Rua Cônego Rodovalho, Rua 28 de Setembro, Rua Prof. José Benedito de Araújo e Avenida Coronel Manoel Inocência. De acordo com a informação bibliográfica, o autor delimitou por volta de 698 edifícios, dentre eles 340 utilizados para comércios e serviços e o restante residenciais.

O levantamento efetuado por Rocha Filho foi feito através de fotografias analógicas “com filme a cores”, e tais imagens são tomadas como base para o presente trabalho, agora por meio de fotografias digitais que pretendem “repetir”, da

²⁰ Lucia Inês Lotufo Correa Araújo. Um estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Edificado do Município de Caçapava (Trabalho Final de Conclusão de Curso) – UNIVAP, 1996.

mesma forma, as imagens capturadas em 1978 pela lente de Gustavo, porém com a escolha de alguns edifícios, em molde de amostragem, para nosso estudo. Procuramos reproduzir, na medida do possível, os mesmos ângulos adotados pelo autor. Optamos, especialmente, por edifícios datados do século XIX e primeira metade do século XX, com características estilísticas que vão do neoclassicismo, ecletismo ou historicismo e alguns elementos do *art nouveau*, porém buscando os mesmos critérios, sem a distinção de edificações mais importantes, haja visto que algumas já se comportam como tombadas (Escola Rui Barbosa) e outras mesmo com sua importância na cidade, como o Mercado Municipal ou o Hospital Nossa Senhora D'Ajuda, conciliam assim um mesmo olhar, porém de forma atual das edificações

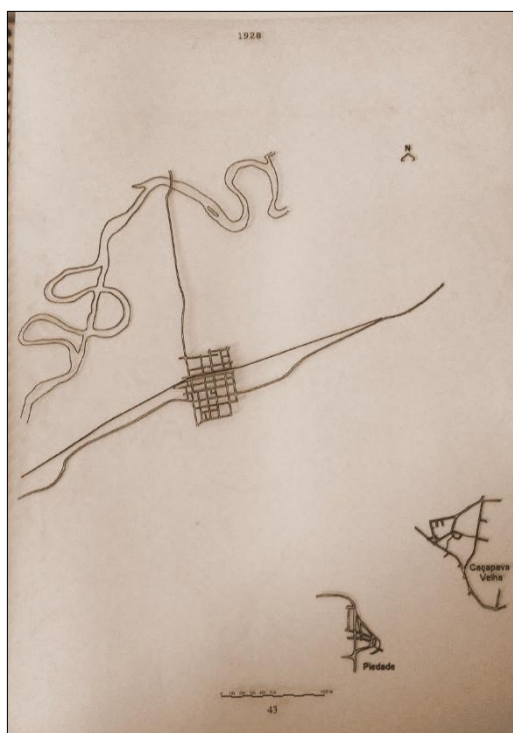


Figura 8. Evolução da Malha Urbana - Caçapava 1928..²¹

De acordo com Rocha Filho (1978, p.3), o levantamento permitiu observar a evolução arquitetônica de aproximadamente cem anos, evidenciando edificações bem conservadas para a época anterior, sendo que atualmente o aspecto mudou de forma radical, como veremos. As influências estilísticas apontadas no levantamento de Rocha Filho (1978, p.3), demonstraram edificações datadas desde o período colonial

²¹ Lucia Inês Lotufo Correa Araújo. Um estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Edificado do Município de Caçapava (Trabalho Final de Conclusão de Curso) – UNIVAP, 1996.

até o fim do Império, assim como edifícios das décadas de 1920 até 1950 alguns poucos construídos entre 1960 e 1970.

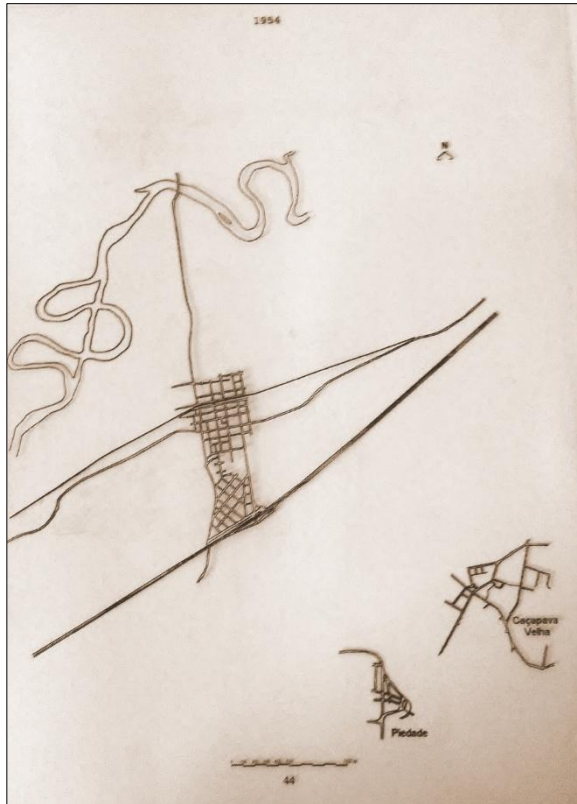


Figura 9. Evolução da Malha Urbana – Caçapava 1954.²²

As casas ressaltadas pelo autor, foram classificadas em dois tipos: casas térreas e sobrados, sendo as primeiras pertencentes a moradores menos opulentos e as segundas pertencentes a famílias abastadas. As casas térreas eram predominantemente construídas no alinhamento das vias, ao sabor do urbanismo colonial português na América, ocupando praticamente todo o lote. Importante destacar que muitos sobrados utilizavam a parte térrea para fins comerciais.

Rocha Filho (1978, p. 03-04) descreve alguns tipos de casa de morada existentes nesse levantamento:

Casas “porta e janela”	Casas que ocupam lotes com frente de 4 metros ou menos e costumeiramente chamavam-se casas “de um lanço”, por possuírem cômodos encadeados, sem iluminação natural,
------------------------	---

²² Lucia Inês Lotufo Correa Araújo. Um estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Edificado do Município de Caçapava (Trabalho Final de Conclusão de Curso) – UNIVAP, 1996.

	criando alcovas com acesso para o quintal através delas e pela sala, apenas com porta e janela para a via pública.
Casas “meia-morada”	Esse tipo de edificação possui lotes de aproximadamente de 5 a 7 metros, com portas nas extremidades, com corredores que atravessam todas as casas, sendo que possuem uma segunda porta, trazendo intimidade às alcovas.
Casas “morada inteira”	Nesse tipo de casa existe um corredor central parecido com as “de meia-morada”, com “lanços” de cômodos em cada lado do corredor, onde as salas de frente são usadas como parte social da residência, e do outro escritório, sendo que por conta da função também comercial, o uso de uma segunda porta, sendo que preserva intimidade da casa, pois uma das portas sempre costumeiramente encontrava-se aberta.
Casa de porão	Tipo intermediário de casa, que possui o discutido porão alto, que era usado pelas pessoas que auxiliavam no serviço da casa e em outros tempos utilizado para apenas não estar diretamente ao chão, com uma ligação através de uma escada, chegando a porta de entrada, no qual se abrem as portas das salas.
Sobrados	Neste estudo Rocha Filho, não enfatizou de forma concisa este tipo de morada, mas através de estudos e observações aos próprios desenhos do autor, este tipo de moradia consistia em uma espécie de residência “morada inteira”, no qual o pavimento térreo tratava-se de edificação comercial e o superior, residencial, que assim demonstrava que era opção mais utilizada em famílias mais abastadas.
Chácaras	Casas situadas perifericamente dos centros urbanos. Esse tipo de residências normalmente se atrelava às famílias com maior poder aquisitivo, por poderem usarem o local para plantações e criação de animais, para próprio sustento. Esse tipo de residência foi trazida ao meio urbano.

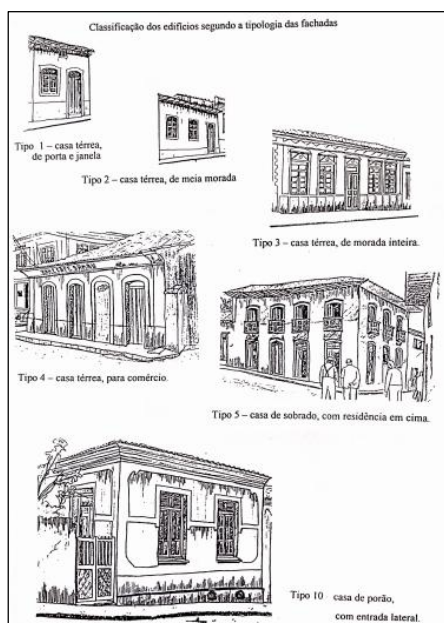


Figura 10. Classificação de tipologia de fachada. Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo – Caçapava / CONDEPHAAT. Gustavo Neves da Rocha Filho, 1978.

A partir da explanação acima, podemos notar que várias residências situadas nos arredores urbanos foram sendo incorporadas ao crescimento da cidade, como é o exemplo das chácaras e alguns tipos de sobrados, sendo resquícios também de áreas muito grandes de terras, que acabaram por se desmembrar. Todo esse argumento é demonstrado ricamente por Rocha Filho (1978: 5-6).

Por meio da observação do trabalho de Rocha Filho (1978), ainda é possível complementar que, a partir de 1920, ocorreram mudanças significativas na cidade de Caçapava, com o aumento populacional e a concentração urbana sobrepondo-se à vida rural. Com essas transformações as residências urbanas mais centrais, até então caracterizadas como casas de tipo popular, geminadas, térreas, e até mesmo sobrados, construídos no alinhamento das ruas, foram cedendo lugar para as edificações com uso de recuos, melhor iluminadas, resultantes de mudanças na legislação urbana a partir de 1918, com a criação da Delegacia de Saúde do Estado, recomendando os novos tipos de construção. Também podemos observar, a partir do levantamento realizado por Rocha Filho, o surgimento de casas ecléticas e historicistas no final do século XIX e início do século XX, assim como edifícios neocoloniais nas primeiras décadas do século XX. A partir dos anos 1920 e 1930 podemos observar construções com elementos *art nouveau* e *art déco*. A partir dos anos 1950, vemos também edifícios que começavam a absorver a linguagem da arquitetura moderna.

Naquele momento em que a pesquisa foi efetuada, o estado de conservação dos imóveis foi considerado, em quase sua totalidade, como satisfatório pelo pesquisador, que afirma serem “casas bem construídas e destinadas a durar duzentos anos ou mais” (ROCHA Filho, 1978, p.6); porém, foram observadas certas alterações, como reformas de fachadas, em que foram modificados ou retirados ornamentos de significativo valor para a herança cultural. Em geral, foram alterações movidas pelo interesse da população pela modernização, causando a perda ou desaparecimento de diversos elementos arquitetônicos. Muitas reformas também foram realizadas em favor da especulação imobiliária que já se encontrava crescente em 1978.

O autor, naquele momento, já evidencia a atuação do IPHAN, em nível nacional, e CONDEPHAAT, em nível regional, órgãos que buscavam salvaguardar bens arquitetônicos, sobretudo por meio de tombamentos, além de promover a conscientização da população para a defesa da memória e patrimônio cultural. Vale

salientar, com um olhar atual, que a “urbanização desenfreada” já observada por Rocha Filho, continuou a crescer na cidade de Caçapava. Por outro lado, a consciência de preservação ainda hoje não foi consolidada, sendo que, atualmente, ainda não existe uma preocupação local sistemática para desenvolver dinâmicas junto à comunidade, como esforço de consciencientização para a preservação da memória e da história da cidade. Tal lacuna é muitas vezes motivada pela questão imobiliária, que provoca demolições de edifícios antigos e ergue construções dotadas de “modernidade”, num quadro de absoluta falta de conhecimento de como e por que preservar, como revitalizar e reutilizar as edificações que agregam sentido histórico na formação desses núcleos urbanos.

Rocha Filho (1978, p.7-8) ressaltava que não se tratava somente de agregar os valores protecionistas, mas sim da busca por uma qualidade de vida de forma conciliada à manutenção das estruturas existentes da cidade; ou seja, da busca pela integração entre preservação e promoção da qualidade do ambiente urbano que deveria ser de responsabilidade municipal, por meio de leis de zoneamento, exclusivamente a cargo dos poderes políticos municipais.

Em 1978, conforme descrito pelo autor do levantamento, admite-se que já se possuía instrumentos de zoneamento e de planejamento que poderiam propiciar a preservação dos centros históricos, resguardando-os da especulação imobiliária, pois tal fenômeno demonstrava-se nocivo à manutenção dos edifícios e conjuntos históricos. É importante observar que, mesmo assim, nada foi feito naquele momento e, nos dias de hoje, a situação tampouco mudou. Nos tempos atuais, além disso, os planos não estão conseguindo ordenar o crescimento urbano, nem mesmo dar conta da conservação dos edifícios de caráter histórico, pois os usos indiscriminados das edificações pertencentes ao centro antigo mudaram bruscamente suas características.

No trabalho apresentado por Rocha Filho (1978, p.8-9), descreve-se que, à época, algumas medidas estavam sendo tomadas: alterações de leis; criação de zonas especiais; aproveitamento da área central para a melhoria da qualidade de vida da população, com a supressão de tráfego em locais onde não havia necessidade de circulação de automóveis; e criação de calçadas. Porém, não se tratava diretamente de questões relacionadas à conscientização da comunidade quanto aos aspectos culturais locais, uma das preocupações do autor. E, de 1978 até 2019, constatamos

que pouco foi feito para que se desenvolvesse o sentimento de pertencimento da população para com a cidade e os seus bens culturais.

Não poderíamos deixar de reconhecer que existem hoje, em Caçapava, muitos grupos envolvidos na preservação da história da cidade, os quais se comunicam em redes sociais, objetivando a busca do conhecimento desse patrimônio, porém se trata de um fenômeno pontual, que ainda está desarticulado.

Rocha Filho (1978, p.9), em seu estudo sobre o patrimônio edificado de Caçapava, ainda destacou a importância de adotar ali diretrizes e normas políticas, técnicas e legais para a proteção ao patrimônio, sendo elas, descritas literalmente: planejamento de novas áreas de desenvolvimento urbano; revitalização de áreas centrais, com programas de conscientização da comunidade; levantamento mais pormenorizado de todo o patrimônio ambiental urbano e estudo de medidas a serem tomadas contra a perda de valores culturais e urbanos e, finalmente, o detalhamento de medidas legais de proteção ao patrimônio ambiental urbano, com implantação de legislação específica para a reforma, ampliação e restauração de prédios urbanos situados em zona de interesse cultural, como também para os prédios novos que nessa mesma área viessem a ser construídos. A concepção de patrimônio urbano frisada por Rocha Filho (1978), portanto, condicionou, ainda que hipoteticamente, a aquisição de valores culturais ao conjunto arquitetônico de Caçapava.

Em tempos recentes, algumas medidas propostas pelo Plano Diretor, revisado em 2017 por meio de consultas públicas, intentaram adotar um novo modelo pautado pelo desenvolvimento sustentável, prerrogativa que poderá abrir caminho para medidas de proteção ao patrimônio urbano.

Vale salientar que, desde 1978, foram efetuados outros levantamentos históricos na cidade, especialmente por meio de trabalhos de graduação, como o de Araújo (1996), do qual reproduzimos algumas imagens e mapeamentos. No entanto, nesta dissertação optamos por privilegiar o estudo do levantamento de Rocha Filho (1978), devido ao fato de ter sido realizado no âmbito de um processo mais amplo levado a cabo pelo CONDEPHAAT em várias cidades do Estado de São Paulo, com o mesmo intuito.

4.2 INTRODUÇÃO AO ASPECTO DA QUESTÃO COLONIAL COMO TIPOLOGIA DE MORADIA

Com relação a algumas das moradias de Caçapava identificadas por Rocha Filho como detentoras de valor patrimonial, é importante compreendê-las como parte da questão da moradia brasileira no período colonial de modo mais amplo, assim como no contexto tipológico de morada paulista colonial. Os primeiros trinta anos de existência do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro, ou seja, entre 1937 até o anos 1960, sob direção de Rodrigo Andrade de Mello Franco, podem ser considerados como o “período heróico”, do chamado “cânone colonial”. Neste período, foi muito valorizado o patrimônio brasileiro edificado, como patrimônio material e, especialmente, aquele que dizia respeito ao passado colonial barroco. Neste sentido, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro foram privilegiados do ponto de vista da consideração do passado a ser valorizado. Por outro lado, São Paulo, cujo crescimento econômico com o ciclo do café e consequente destruição de grande parte de seu patrimônio colonial do decorrer do século XIX e início do XX, representava um território “anômalo”, “fora da curva”, porque havia perdido grande parte de seu passado barroco, salvo exceções.

Como o levantamento de Gustavo da Rocha Filho se situa no final dos anos 1970 e, portanto, já num momento de uma certa superação do “cânone colonial”, observado a partir do curto período de direção do IPHAN por Aloísio Magalhães, já havia uma abertura maior para a compreensão do que era ou deveria ser o patrimônio nacional para além do edificado e para além do barroco. No entanto, a breve ampliação que esta mudança havia representado, foi sucedida por certo retorno aos princípios que a antecederam e somente superado, em certo sentido, a partir da Constituição de 1988. Por isso, podemos aventar que havia, no levantamento de Rocha Filho, um entendimento mais aberto de patrimônio, embora ainda muito focado nas edificações, mas um pouco mais atento ao “não colonial”.

Mendes, Veríssimo e Bittar (2007) relatam que no Brasil Colonial, a partir do século XVII, as atividades que geravam lucros para a nação provinham principalmente do modelo chamado agro-industrial monocultor de cana-de-açúcar, formando alguns núcleos urbanos ao longo do litoral. Nesse sentido, alguns fatores foram importantes conforme Mendes, Verissimo e Bittar (2007), para o nascimento dessa moradia, sendo eles o clima tropical e úmido, a flora e a terra abundantes.

A edificação colonial costumava ter um padrão pautado pelas soluções adotadas pelos portugueses e por influências indígenas, usando uma varanda como extensão da casa para cozimento dos alimentos. Telhados e beirais alongados foram tradições trazidas do Oriente para a proteção das chuvas, assim como as paredes caiadas e alguns portais coloridos sob influência de Portugal. Por outro lado, observava-se a adoção de plantas que por si só mostravam a estrutura familiar segregadora, própria de uma sociedade patriarcal escravista e que oprimia, também por meio da disposição do espaço doméstico, mulheres e escravos.

Ainda de acordo com o estudo de Mendes, Veríssimo e Bittar (2007), as construções pouco se alteraram durante os três séculos coloniais. As moradias seguiam um modelo no qual a frente da casa muitas vezes dispunha de um setor destinado ao trabalho e ao convívio social; um espaço intermediário, de transição entre o público e o privado; as áreas íntimas, reservadas à família; e os fundos, local destinado aos escravos e serviços.

Aqui não nos cabe comentar a respeito das áreas rurais e das grandes propriedades de fazendas, tendo em vista que nesse momento nosso foco trata de edificações urbanas em geral, do surgimento da tipologia e do avanço dos modelos de casas urbanas até os registros efetuados nos levantamentos de 1978 e sua comparação com o estado atual desses bens. Sendo assim, com relação à moradia urbana, seguindo Mendes, Veríssimo e Bittar (2007), as casas do período colonial, dos arraiais, vilas e cidades costumavam possuir um padrão, no qual os lotes possuíam testada pequena e relativa profundidade, com as empenas laterais juntas às outras edificações, ainda com a extroversão da cozinha e rebaixamento do ponto de telhado. Essas características gerais da casa colonial no Brasil e no Estado de São Paulo estavam presentes em Caçapava nas edificações de remanescentes de moradias urbanas realizadas durante o período colonial. Alguns elementos de permanência poderiam ser observados, também, nas casas oitocentistas e de transição do século XIX ao início do XX.

Com relação a algumas particularidades dessas casas urbanas no caso de Caçapava, descritas no ponto anterior, é importante frisar certa continuidade campo cidade, sendo possível observar a identidade da cidade que possuía um caráter ainda rural, como é comum na região paulista, ainda com aspectos urbanos ligados às atividades rurais como a pecuária. Porém, essa continuidade foi desaparecendo da

cidade com o tempo, em favor de um modelo urbano mais desligado das atividades do campo e, portanto, mais conectado às funções comerciais e industriais.

Ainda na questão da moradia urbana, foram bastante frisadas por Rocha Filho (1978) características coloniais que existiam de modo original, em edifícios datados propriamente do período colonial, mas também como permanência ou *revival*, no século XX, podendo ser chamadas neocoloniais. Em alguns edifícios registrados por ele, podemos observar características ecléticas, à medida em que sua datação avança no século XIX. Já os exemplares que datam da primeira metade do século XX, embora alguns conservem elementos ecléticos, também demonstram escolhas em direção ao *art nouveau* e ao *art déco*. E, com o correr do século XX elementos modernos serão observados nas construções. Nosso exercício comparativo, no entanto, irá se concentrar mais especificamente nas fachadas dos edifícios que representavam remanescentes do período colonial, ao menos em sua implantação urbana, edifícios do século XIX e exemplares da primeira metade do século XX.

No século XIX, algumas características internas das casas brasileiras serão transformadas, em relação à casa colonial, como uma presença mais sistemática de ambientes destinados ao asseio corporal e às necessidades fisiológicas, com a definição do banheiro, conforme Mendes, Veríssimo e Bittar (2007, p.146 -147). As ideias sanitárias e higienistas do século XIX vão inserindo este valor da presença do banheiro que, no período colonial, era um compartimento ausente no interior das residências, substituído pelo uso de urinóis ou banheiros portáteis com uso de outros recipientes, às vezes inseridos com cadeiras especiais, chamadas retretas, incluídas em setores íntimos da habitação. Após o uso, os conteúdos eram despejados em barris no fundo do lote, carregados para os “tigres”, vazadouros, lagoas, rios, mares ou brejos, que ficavam próximos. Nesse caso, o banho era pouco administrado, pois ocorria apenas em ocasiões especiais.

Das atividades residenciais, a cozinha comumente encontrava-se, no período colonial, como vimos, inserida e articulada com o espaço do quintal, com a sala de viver, assim chamado o local que as donas das casas observavam os serviçais, no qual as mesmas possuíam uma certa descontração. As cozinhas eram praticamente “puxadinhos” das casas, normalmente aos fundos, sendo em dois tipos: cozinha suja (local de abate de animais e limpeza) e cozinha limpa (local de preparo dos alimentos). Em algumas residências, ao fundo, ainda existia um local que servia de abrigo aos

serviçais e aos depósitos de água e espaços para abrigos dos animais (Mendes, Verissimo e Bittar, 2007).

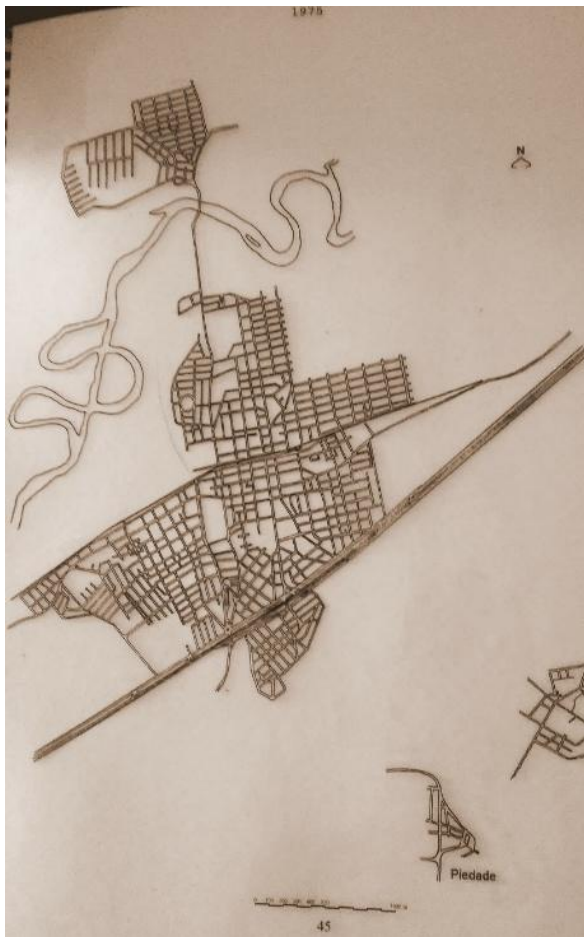
No caso dos sobrados, entende-se como uma evolução da casa térrea possuidora de quatro peças (sala frontal, alcova, sala aos fundos e cozinha), com fachada de porta e janela, nos quais se alterou a questão dos dormitórios, salas íntimas e comerciais, com a transferência da parte superior para a função residencial e a parte de baixo para função comercial. Nos três séculos coloniais, podemos compreender que houve uma “longa duração” no que se refere ao modelo da casa colonial, conforme observavam os viajantes que percorreram o Brasil no início do século XIX, descrevendo que quando se via uma casa no Brasil, se viam todas (Mendes, Verissimo e Bittar, 2007).

As mudanças na arquitetura civil, no entanto, começaram a ocorrer já a partir do século XVIII, com o crescimento de uma burguesia comercial, conforme Mendes, Verissimo e Bittar (2007, p.148-149) onde em alguns momentos passou-se a compreender que não se tratava mais de um símbolo de “status” o ambiente de trabalho estar vinculado à residência, existindo então uma gradativa mudança para o uso doméstico para vestíbulo ou até mesmo garagem da parte inferior das residências.

Ainda é importante frisar que, mesmo de forma pontual, algumas edificações do século XIX e começos do XX de Caçapava possuem um caráter eclético, que refletem uma mudança do modelo da casa colonial em direção a um desenvolvimento criativo e um pressuposto da presença de uma modernização (FABRIS, 1993), com mudanças de técnicas construtivas e, ainda, das decorações, com presença de elementos neoclássicos, neobarrocos e outras evocações revivalistas do passado, juntamente com o caminho da primeira revolução industrial e com a presença de elementos como ferro e vidro. A maioria das edificações de Caçapava, no entanto, ainda seguia basicamente um padrão colonial com acréscimos historicistas, neoclássicos, neobarrocos ou ecléticos.

4.3 ANÁLISE DO LEVANTAMENTO HISTÓRICO DE GUSTAVO NEVES DA ROCHA FILHO

Para entender o levantamento de Rocha Filho (1978), é importante observar a existência do plano urbano da cidade. Na década de 1970 ainda existiam muitas



edificações remanescentes do estilo colonial e eclético, sendo que alguns levantamentos posteriores ainda configuravam essa existência em menor proporção. Atualmente há uma valorização da arquitetura contemporânea, em detrimento do que existia anteriormente, com demolições intensas e ocupação dos terrenos vazios para edificações novas.

Evolução da Malha Urbana. Caçapava em 1975.²³

Na ocasião do levantamento de Rocha Filho (1978), foram observadas especialmente algumas ruas com suas edificações, identificadas e fotografadas por ele e sua equipe, consideradas por sua relevância e interesse histórico. Vejamos, abaixo, alguns desses focos, com algumas observações²⁴.

²³ Lucia Inês Lotufo Correa Araújo. Um estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Edificado do Município de Caçapava (Trabalho Final de Conclusão de Curso. Caçapava: UNIVAP, 1996.

²⁴ Aqui as referências são de Benedito Alípio Bastos (1955), Antonio Pereira Bueno (1955) e fontes históricas sobre a História do Brasil (https://www.ebiografia.com/prudente_morais/,

Entre as ruas observadas por Rocha Filho, estava a Rua Cônego Rodovalho. Esta rua recebeu seu nome em referência ao personagem que foi Vigário de Caçapava por cerca de 30 anos. O vigário recebeu essa homenagem devido aos feitos como construtor da Igreja Matriz de São João Batista e de várias capelas na zona rural do município, além de sua atuação como religioso, com forte empenho social, sendo um dos primeiros a libertar os escravos que possuía, antes mesmo da promulgação da Lei Áurea, fato importante de se colocar apenas para referência histórica, quanto aos acontecimentos de Caçapava, assim relatados.

A Avenida Coronel Manoel Inocência foi também objeto do levantamento de Rocha Filho, em 1978. Essa avenida tem seu nome em homenagem ao personagem nascido em Caçapava, Coronel e Engenheiro, líder do partido conservador, comandante superior da Guarda Nacional. Conta-se que foi eleito Deputado Federal, mas que devido a sua morte não pôde assumir o cargo.

O olhar de Rocha Filho (1978) também identificou o Hospital Nossa Senhora da Ajuda, localizado à Rua Pereira de Matos. O hospital foi construído a partir de 1920, com a conclusão em 1925, tornando-se o hospital da cidade a cargo das irmãs filhas da Congregação de Nossa Senhora da Misericórdia, em 1929.

Rocha Filho também percorreu a rua Prudente de Moraes. Esta rua tinha seu nome em homenagem ao presidente do Brasil de 1841 a 1902. O Mercado Municipal, através de deliberação da Câmara teve sua construção erguida em 1873, no largo de São Benedito, terminado em 1890 (OLIVEIRA, 2016), permanecendo no espaço a ele destinado até meados de 1938. Hoje localiza-se na Praça da Bandeira, para onde se fez sua transferência em 1946.

Rocha Filho deteve-se igualmente no percurso da Rua Comendador João Lopes. Esta rua teve seu nome atribuído em homenagem ao Comendador João Lopes, nascido em Caçapava, lavrador de café, político caçapavense de notória projeção social.

Também foi objeto de interesse de Rocha Filho (1978) o Grupo Escolar Rui Barbosa ou Escola Ruy Barbosa, construído em 1905, por José Van Humbeeck, e é um dos raros patrimônios tombados, como mencionamos anteriormente. A Rua

Marquês do Herval também fez parte de seu recorte, cujo nome General Osório, que recebe a título de Marques do Herval, em 1877, militar brasileiro considerado herói da Guerra do Paraguai, sendo homenageado por Caçapava.

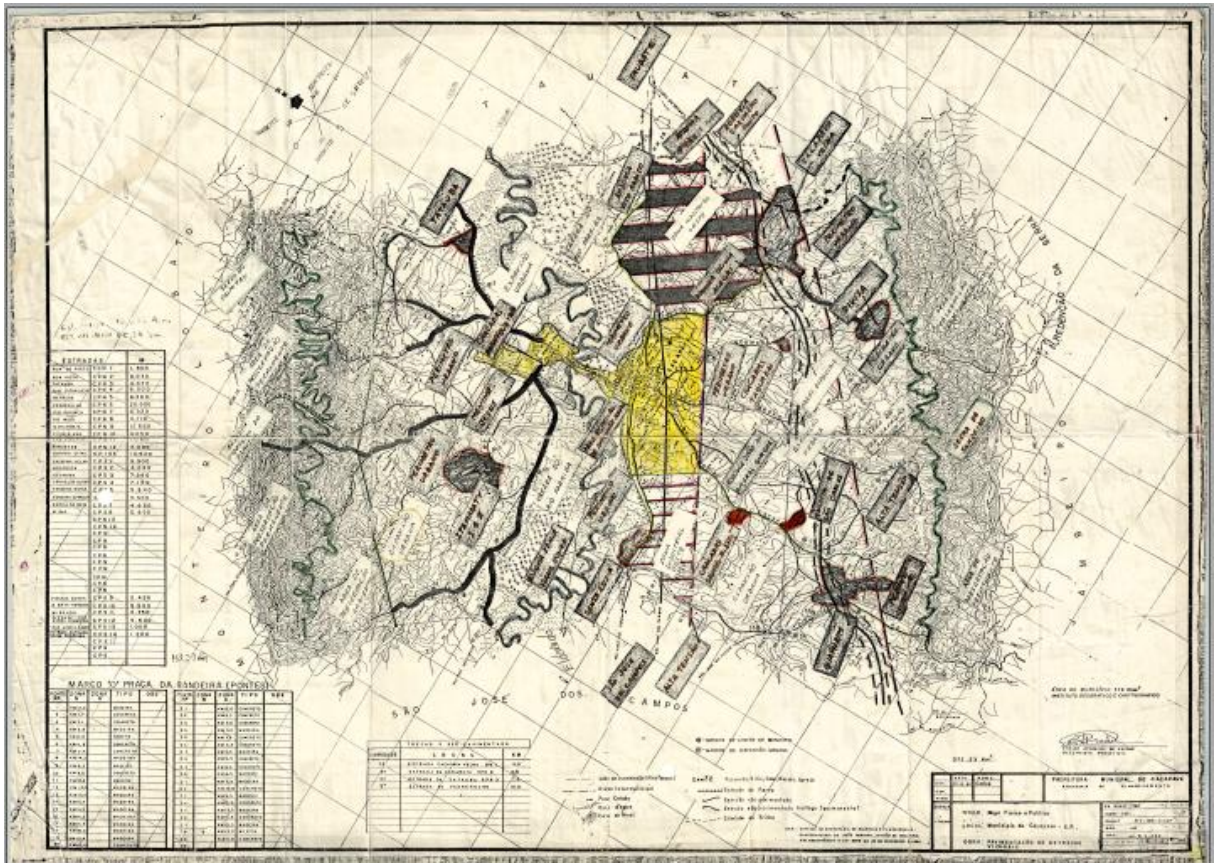


Figura 11. Mapa de Caçapava de 1992

Rocha Filho (1978) esteve atento aos edifícios da Praça Getúlio Vargas e da Praça da Bandeira. Esta era anteriormente denominada Praça São Benedito, depois se tornou Jardim Público e atualmente se denomina Praça Da Bandeira. Esta praça tem mais de cem anos de existência e abriga o Coreto Centenário, local de encontro, ainda hoje, de jovens da cidade.



Evolução da Malha Urbana.

Caçapava em 2017 / 2018 (Áreas Centrais Norte e Sul e Caçapava Velha). Fonte do Mapa: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, com confecção pela autora do mesmo modelo, com estudo baseado nas fotos antigas de mapeamento de Trabalho de Conclusão de Curso de Lucia Inês Lotufo Correa Araújo - UNIVAP, 1996.

Com a análise comparativa entre as fotografias realizadas em 1978 e aquelas que confeccionamos em 2019, considerando quarenta e um anos de diferença, pudemos constatar que ocorreram grandes mudanças na cidade, especialmente no que se refere às fachadas das residências, prédios comerciais e prédios públicos. Nesse sentido, a análise comparativa será feita como instrumento para possibilitar um questionamento a respeito de como se processou, nestes mais de quarenta anos, o

estado de preservação do centro histórico da cidade, sendo que está em grande parte descaracterizado, como será possível perceber nas próximas imagens.

É possível compreender que a paisagem urbana muda com os passar dos anos, como um processo próprio da urbanização e da condição de constante transformação da infraestrutura da cidade. No entanto, se observarmos o problema do ponto de vista da preservação do patrimônio histórico, Caçapava, infelizmente, pode ser considerada como um cenário de conflito, com diversos edifícios demolidos ou em estado de ruínas.

As fotografias realizadas em 2019 para este estudo comparativo foram tomadas *in loco*, com base no levantamento efetuado por Rocha Filho (1978), e pensadas apenas como registro das fachadas dos edifícios e não de modo completo. Ou seja, as fotografias feitas em 2019 não se referem a todos os edifícios registrados por Gustavo da Rocha Filho, em 1978; mas apenas a alguns deles, tomados aqui como amostra. Da mesma forma, as fotografias de 2019 não contemplam a integridade dos edifícios, diversos ângulos de suas fachadas e tampouco seu aspecto interno. Procuramos, na medida do possível, reproduzir o mesmo ângulo utilizado nas fotografias realizadas no levantamento de 1978.


O presente trabalho procura entender e verificar a existência, no arco desses mais de quarenta anos, de algum cuidado relativo aos edifícios observados por Rocha Filho. Caberia um resgate histórico mais minucioso, como um levantamento que deveria ser realizado com mais tempo e entendimento mais complexo das questões sociais, políticas e econômicas ao longo da trajetória do município. A dissertação aqui apresentada busca tão somente um primeiro olhar para a compreensão histórica das edificações selecionadas, com o intuito de produzir um material que possa ser útil, tanto à administração local quanto à população, para que se possa pensar na criação mais adequada de leis municipais voltadas à preservação e restauração do centro histórico de Caçapava, para que não se perca completamente a noção de pertencimento indicada por Canclini, em seus estudos antropológicos sobre o patrimônio histórico.

É possível verificar, por meio do exercício da constatação através de um inventário simplificado entre 1978 e 2019, que muitas das edificações possuíam um caráter colonial. Há, também, características do ecletismo, presentes em grande parte das edificações escolhidas, além de alguns elementos do *art nouveau* e *art déco*. Abaixo seguem as edificações identificadas por Rocha Filho (1978) em seu

levantamento das cidades de São Paulo, quanto ao seu valor cultural, histórico e social e, em seguida, as fotografias realizadas no momento atual.

A seguir, teremos um mini inventário, tomando por base a construção feita por Rocha Filho(1978), integrada ao momento atual, como também imagens e um mapa desenvolvido em conjunto com o departamento de geoprocessamento da prefeitura de Caçapava, com as localidades melhores discriminadas, para assim uma melhor visualização do contexto histórico.

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 – Imóvel 01

Localidade	Caçapava - SP	 <p>Figura 12. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Cônego Rodvalho, 10	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso possível atualmente devido a sua grande descaracterização seria o comercial.	

Breves Histórico

O histórico mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978, pois na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80 muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que a casa já era muito antiga e servia de moradia.

Breve Descrição

Atualmente a casa foi transformada em edificação comercial com dois pavimentos, praticamente toda descaracterizada.

Tratava-se de uma casa descrita pelo autor como de meia-morada, que traduzia um conceito ainda colonial, na fotografia do autor de 1978, embora com elementos oitocentistas, como as janelas e a decoração na fachada imitando elementos clássicos. Atualmente está totalmente modificada, abrigando um sobrado comercial moderno no local. Talvez se trate mesmo de um caso de demolição e construção de um novo edifício no terreno, já que há um recuo inexistente na casa que se via em 1978.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 201,44 m²	Estado de Conservação	() Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido (x) Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

A tipologia é atualizada com a residência totalmente reconstruída, sendo que aparentemente, pois a residência está sendo estudada através das fachadas, os materiais são modernos, como blocos de cimentos, esquadrias em alumínio e vidro e a cobertura com uso de telhas de barro, porém escondidas em platibanda.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Tipologia do estudo de 1978 totalmente alterada.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 13. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação	Localização no Lote
 <p data-bbox="240 692 774 819">Figura 14. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="810 703 1331 831">Figura 15. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="240 1458 619 1491">Figura 16. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 02

Localidade	Caçapava - SP	<div>Situação</div> 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Cônego Rodovalho, 20	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Residencial	
Uso Possível	Residencial e no caso de tombamento, uma possível edificação de serviços conservando a característica.	

Figura 17. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

O histórico mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978, pois na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80 muita coisa se perdeu e apenas existem relatos do uso residencial da mesma.

Breve Descrição

Esta residência é classificada como casa de porão, com a predominância de elementos do ecletismo, onde residia uma família abastada.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 236,00 m ²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

A casa possuiu um alpendre do lado direito, com varanda e estruturas em madeira, que caracterizam uma mudança em relação às casas coloniais. Há também vários elementos de caráter historicista na fachada, remetendo à arquitetura clássica, como o frontão rebaixado e o arremate superior da casa, as alusões a colunas e os ornamentos em torno das janelas. O portão de ferro decorado também caracteriza a mudança em relação às casas coloniais. Atualmente este edifício ainda mantém sua configuração de 1978, mudando sua pintura e, aparentemente, demonstrando sinais de uma sutil reforma, sendo ainda utilizado como moradia particular.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Tipologia conservada com alterações em razão de aparentemente ter tido algumas reformas no local, através da análise da fachada.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	4	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Por ser uma tipologia que está acabando na cidade, deveria possuir uma restauração externa, mostrando os elementos característicos, como também uma reestruturação, devido à idade da residência, possivelmente reconstituindo igualmente sem interior.

Perigos Potenciais: Destruição ou demolição da mesma com o passar dos anos.

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 18. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação	Localização no Lote
 <p data-bbox="240 703 775 824">Figura 19. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="798 748 1370 869">Figura 20. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="240 1630 620 1659">Figura 21. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 03


Localidade	Caçapava - SP	
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Cônego Rodovalho, 118, 126, 132	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso possível atualmente devido a sua grande descaracterização seria o comercial.	

Figura 22. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

O histórico mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978, pois na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80 muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

As construções apresentadas pelo autor do levantamento em 1978, como típicas casas de meia-morada, com elementos decorativos nas fachadas atribuindo um aspecto eclético em estruturas possivelmente coloniais, não existem mais, pois as mesmas foram radicalmente transformadas em edifícios de comércio.

Não foi possível identificar se parte da estrutura dos edifícios anteriores foi reaproveitada.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 111,00 m ²	Estado de Conservação	() Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido (x) Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc)

A tipologia é atualizada com o uso aparentemente de blocos de concreto, e pelas fachadas, utiliza-se o local como comércio, com portas de enrolar, janelas de ferro, alumínio com vidros e telhado escondido possivelmente por platibanda.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Tipologia do estudo de 1978 totalmente alterada.

Estado de Conservação			
1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	4	4	2

Indicações
Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação
Proteção Proposta: Não há
Restauração Necessária: Não há, pois a construção foi totalmente modificada
Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.


Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 23. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação	Localização no Lote
 <p data-bbox="240 719 762 840">Figura 24. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="804 763 1359 884">Figura 25. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="240 1554 619 1581">Figura 26. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 04

Localidade	Caçapava - SP	<p>Situação</p>  <p>Figura 27. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Hospital Nossa Senhora d'Ajuda Av. Dr. Pereira de Matos, 63	
Uso Original	Serviços	
Uso Atual	Serviços	
Uso Possível	O uso original continua, sendo que se trata de um hospital.	

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, na cidade, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

No caso deste imóvel trata-se de serviços no qual destaca-se a função de um hospital, outrora da Santa Casa de Misericórdia, construído a partir de 1920, com a conclusão em 1925, tornando-se o hospital da cidade a cargo das irmãs filhas da Congregação de Nossa Senhora da Misericórdia, em 1929.

Breve Descrição

O Hospital Nossa Senhora da Ajuda, de Caçapava, único voltado ao atendimento gratuito e popular, caracteriza-se como uma construção eclética, com uso de elementos neorenascimentais.

O hospital já recebeu muitos projetos de reforma, sendo o último de 2016/2017, conforme dados da prefeitura, porém sem conclusão de nenhuma das alterações propostas. Infelizmente, na área interna alguns locais estão ruindo.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 4388,00 m²	Estado de Conservação	() Bom () Regular (x) Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

Evocando de modo estilizado uma arquitrave em sua fachada, com um frontão recortado, é possível observar uma implantação em U, muito comum na arquitetura hospitalar ao qual remete.

Atualmente, sua planta e desenho permanecem, apenas com as adequações internas necessárias ao atendimento e que repercutem em algumas modificações na fachada.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Tipologia do estudo de 1978 ainda precária, com inúmeros projetos inacabados para o local, necessitando de uma reforma as alas alteradas e restauro.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Apenas pequenas reformas

Restauração Necessária: Importante restauro nas edificações remanescentes, pois com alterações projetuais existentes, é possível com o tempo a total descaracterização da edificação.

Perigos Potenciais: Com o tempo, desaparecimento da tipologia original

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 28. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação



Figura 29. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Localização no Lote




Figura 30. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava.

Fachada



Figura 31. Foto da autora, 2019

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 05

Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Prudente de Moraes, 32	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original foi alterado, para comercial e o uso possível poderá ser o atual.	

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma tipologia de casa de morada inteira, no qual com o tempo foi alterando sua função e atualmente trata-se de uma edificação comercial.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 107,20 m²	Estado de Conservação	() Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido (x) Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

Nas fotos de 1978, as edificações da Rua Prudente de Moraes caracterizavam uma tipologia de casa de morada inteira, com suas grandes janelas retangulares, que propiciavam luminosidade ao ambiente, e elementos decorativos na fachada, como um entablamento superior e alusões estilizadas a elementos clássicos em torno das aberturas.

Atualmente, há uma nova edificação no local. A edificação antiga pode ter sido demolida ou ter tido apenas parte de sua estrutura reaproveitada no novo edifício, mas com concepções e usos de técnicas construtivas atuais.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta, da original, totalmente alterada, analisada através das fotos, podendo ter sido reconstruída em alicerces originais ou totalmente demolida, dando lugar a uma nova, porém sem percepções através das imagens.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há




Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.


Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 33. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p data-bbox="240 981 804 1077">Figura 34. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="842 981 1342 1077">Figura 35. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="240 1805 619 1834">Figura 36. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 06

Localidade	Caçapava - SP	<p>Situação</p>  <p>Figura 37. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Prudente de Moraes, 54	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original foi alterado, sendo comercial seu uso o atual.	

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma tipologia de casa de moradia inteira, no qual com o tempo foi alterando sua função e atualmente trata-se de uma edificação comercial.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 227,83 m²	Estado de Conservação	() Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido (x) Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

A construção existente em 1978 pode ser classificada como uma casa térrea para comércio, com suas grandes portas de entrada convidativas ao cliente, com arremates superiores em estilo neobarroco, com rocalhas e outros elementos. Atualmente, o uso permanece comercial, funciona uma casa lotérica, porém a edificação “desapareceu”, foi demolida ou aproveitada apenas em sua estrutura.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta, da original, totalmente alterada, analisada através das fotos, onde a edificação praticamente desapareceu, sendo apenas a estrutura de forma a ter sido aparentemente reutilizada e pequenos detalhes.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 38. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade



Figura 39. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Localização no Lote



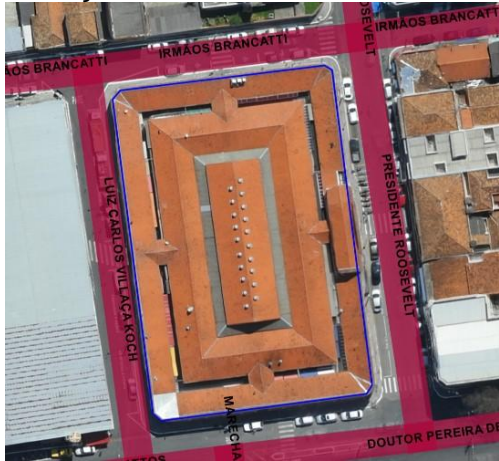
Figura 40. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Fachada



Figura 41. Foto da autora, 2019

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 07

Localidade	Caçapava - SP	 <p>Figura 42. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Denominação	Casa	
Propriedade	Municipal	
Endereço	Mercado Municipal Av. Presidente Roosevelt, 100	
Uso Original	Comercial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

No caso do Mercado Municipal através de deliberação da Câmara teve sua construção erguida em 1873, no largo de São Benedito, terminado em 1890 permanecendo no espaço a ele destinado até meados de 1938, porém sua transferência ao espaço atual se deu por volta de 1946, com sua denominação de Mercado Municipal Pedro Lino Alves Vieira Junior.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usadas para serviços, no qual com o tempo ainda existe, tornando um dos pontos importantes da cidade preservados.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 3051,00 m ²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc)

O mercado municipal, de modo geral, mantém-se em sua configuração de 1978, sendo um grande complexo, tipicamente chamado de “barracão”, mas que também agregava elementos ecléticos em sua fachada, ou portal de entrada, com ornamentos simples como um frontão triangular, tríglifos, além de outros elementos clássicos estilizados e de uma evocação do arco ogival, remetendo ao estilo neogótico. Seu aspecto não foi alterado, apenas passando por reformas simples e manutenções ao longo dos 40 anos que separam as duas imagens, tendo sido mantida a função de mercado.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta original, que com o tempo sofreu pequenas reformas, mas permanecendo o uso do qual foi caracterizado desde o começo de sua implantação.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	4

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Necessária, pois apenas existiram pequenas reformas que com o tempo poderão descaracterizar a edificação.

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 43. Figura 20. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade

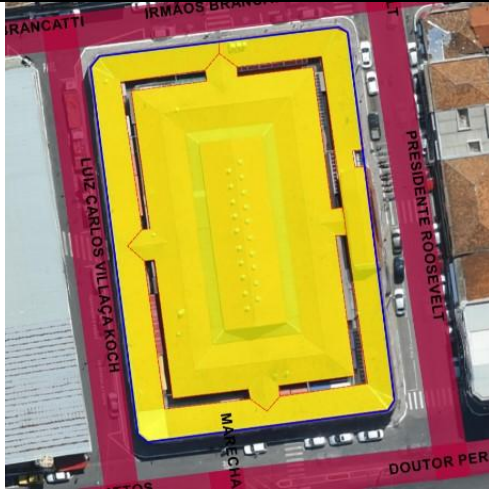


Figura 44. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Localização no Lote



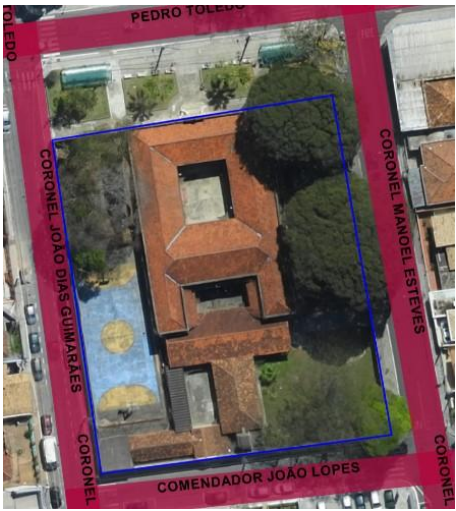
Figura 45. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Fachada



Figura 46. Foto da autora, 2019

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 08

Localidade	Caçapava - SP	<p>Situação</p>  <p>Figura 47. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Denominação	Casa	
Propriedade	Municipal	
Endereço	Escola Rui Barbosa Rua Marquês de Herval, 01	
Uso Original	Serviço	
Uso Atual	Escolar	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

O Grupo Escolar Rui Barbosa ou Escola Rui Barbosa, construído em 1905, por José Van Humbeeck, e é um dos raros patrimônios tombados na cidade.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para serviço escolar, no qual com o tempo ainda existe, tornando um dos pontos importantes da cidade preservados, no qual é o único exemplar imóvel tombado, porém com o uso para a cidade, tornou-se uma espécie de Centro Cultural, porém ainda necessitando de restauro do mesmo, pois visivelmente a edificação está com problemas e pode vir a ruir partes edificadas da mesma.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978	Estado de Conservação	() Bom (x) Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
--	-----------------------	--

Área aproximada da edificação: 1095,36 m²		
---	--	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc)

A Escola Rui Barbosa de Caçapava é o único bem arquitetônico tombado na cidade. Como vimos, o tombamento só foi possível pela compreensão do edifício como parte de um conjunto maior de arquiteturas de escolas no estado de São Paulo. Possui um caráter eclético, no qual configura em entendimento, com o uso em sua fachada (Pimentel, 2018) de janelas em forma de arcos alternadas com “falsas pilastras”, corpo em tijolos e telhas francesas; além da entrada monumental com escadaria e um frontão retangular. Atualmente, mantém os mesmos elementos demonstrados pelo levantamento de Rocha Filho (1978), apenas com simples reformas, porém, conforme relatos da prefeitura, há estudos de um projeto de restauro, porém sem previsão de realização.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta original, que com o tempo sofreu pequenas reformas, sendo que atualmente não possui o mesmo uso, apenas é utilizado pela Secretaria de Cultura Municipal, a fim de alguns eventos na cidade.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	3	4	2

Indicações

Proteção Existente: Proteção pelo CONDEPHAAT através da Resolução SC – 60, de 21/07/2010

Proteção Proposta: Existem alguns projetos encaminhados a Secretaria de Cultura, porém sem andamento até a presente data.

Restauração Necessária: Restauração completa da edificação.

Perigos Potenciais: Possível perigo de desmoronamento de algumas partes da edificação.

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 48. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade



Figura 49. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Localização no Lote

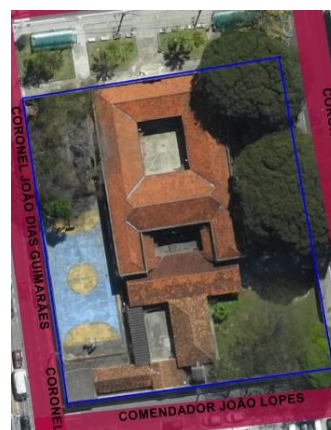


Figura 50. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Fachada



Figura 51. Foto da autora, 2019

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 09


Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Marquês de Herval, 42,50 e 54	
Uso Original	Comercial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 52. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 280,38 m ²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc)

Conforme levantamento fotográfico de 1978, as casas existentes na Rua Marquês do Herval eram de tipologia de meia-morada, também de implantação e estrutura tipicamente colonial, com ligeiras adequações ecléticas na fachada. Atualmente, existem no local, edificações novas, também em mau estado de conservação e que talvez tenham aproveitado, em parte, a estrutura das edificações anteriores, não sendo possível observar mais detalhadamente.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há


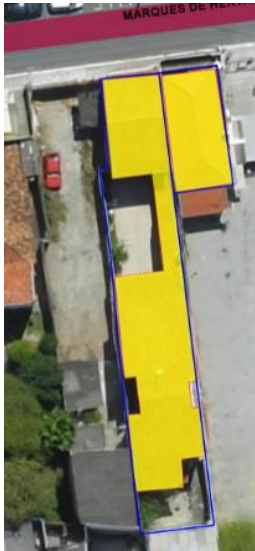

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 53. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p data-bbox="236 853 809 943">Figura 54. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="826 853 1356 943">Figura 55. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="236 1435 612 1469">Figura 56. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 10


Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Marques de Herval, 68-76	
Uso Original	Serviço	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 57. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usadas para serviços, no qual com o tempo ainda existe, tornando um dos pontos importantes da cidade preservados.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 487,90 m ²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

A edificação da Rua Marques de Herval, registrada em 1978, também se enquadrava como casa de meia-morada, com implantação no terreno de caráter colonial, porém, possuía elementos ecléticos, observados, especialmente, na platibanda com pequenas colunas endossadas e estilizadas e uma espécie de pequeno frontão, além dos pilares endossados emoldurando as aberturas.

Também possuía uma entrada lateral mais larga e pensada como entrada de ar mais conveniente com as influências higienistas do século XIX.

Atualmente, esta edificação, assim como as que havia ao redor, foram completamente modificadas e descaracterizadas, são espaços comerciais que parecem ter aproveitado as estruturas anteriores, restando apenas fragmentos da platibanda, na parte superior.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 - Ruim	4 - Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada.

Perigos Potenciais: Não há




Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.


Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 58. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p data-bbox="240 981 804 1070">Figura 59. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="831 999 1353 1122">Figura 60. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="240 1910 619 1944">Figura 61. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 11

Localidade	Caçapava - SP	<p>Situação</p>  <p>Figura 62. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Marquês de Herval, 112, 116 e 122	
Uso Original		
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação mista usada para comércio e residência, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando algumas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 420,10 m²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

As casas nesta numeração da Rua Marques de Herval, conforme eram vistas como sobrados nas fotos de 1978, abrigavam normalmente o comércio na parte de baixo e a residência em cima.

Com transformações sofridas no século XIX e começos do XX essas residências haviam adquirido talvez alguma influência inglesa, da arquitetura relacionada às ferrovias ou mesmo como referência a bairros operários

industriais do norte da Europa ou norte-americanos. Atualmente, existem edificações comerciais aparentemente novas no local, sem nenhuma lembrança dos edifícios que havia ali anteriormente, embora haja indícios de aproveitamento das estruturas, como se pode notar pelo pé-direito e pelo aspecto lateral da construção.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	4	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 63. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p>Figura 64. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p>Figura 65. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p>Figura 66. Foto da autora, 2019.</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 12


Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Marquês s/n e 204	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso atual é comercial.	

Figura 67. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para fins residenciais, mudando sua utilidade e características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 172,62 m ²	Estado de Conservação	() Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido (x) Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

Quando Gustavo da Rocha Filho visitou e registrou Caçapava, numa das esquinas da Rua Marquês de Herval, encontrou esta casa térrea e ao lado outra casa de meia-morada, que podemos ver nas fotos de 1978. Com características ecléticas, a casa da esquina tinha colunas endossadas e duas sequências de entablamento e cornija na parte superior.

O arco rebaixado da janela poderia indicar já uma certa influência do Art Nouveau que no Brasil muitas vezes se combinou ao ecletismo. Atualmente, existem edificações comerciais novas no local, as quais podemos supor que tenham aproveitado as estruturas originais.

Da mesma forma, a casa ao lado, mais caracterizada como colonial parece ter sido demolida ou radicalmente transformada em edifício moderno.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	4	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há




Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 68. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p data-bbox="228 869 817 1003">Figura 69. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="817 880 1367 1003">Figura 70. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="228 1646 1367 1765">Figura 71. Foto da autora, 2019.</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 13


Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Marquês de Herval, 238	
Uso Original	Comercial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 72. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 358,34 m ²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

Nessa foto apresentada no levantamento de 1978, havia uma casa de meia-morada com características coloniais e alguns elementos decorativos na fachada de caráter neoclássico.

Atualmente, ao que tudo indica, houve uma demolição da edificação e no local existe um estacionamento.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há



Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 73. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p>Figura 74. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p>Figura 75. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>

Fachada
 <p>Figura 76. Foto da autora, 2019.</p>

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 14

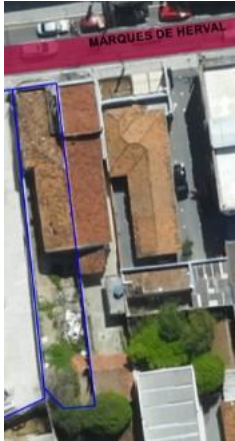
Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Marquês de Herval, 272-280	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 77. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 81,28 m ²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc)

No levantamento fotográfico de 1978, havia uma casa de moradia inteira, de implantação no terreno em caráter colonial, embora com características ecléticas e uma grande riqueza de elementos decorativos em sua fachada. Atualmente, no local existe um prédio comercial novo que pode ter aproveitado a estrutura da edificação anterior, mas completamente descaracterizada e com a construção de um segundo andar.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há



Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 78. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p>Figura 79. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p>Figura 80. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>

Fachada
 <p>Figura 81. Foto da autora, 2019.</p>

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 15


Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Praça Getúlio Vargas	
Uso Original	Comercial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 82. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área Terreno: 787,80 m²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

Nas fotos de 1978, com relação à Praça Getúlio Vargas, percebe-se claramente sua estrutura com uma árvore ainda hoje existente, porém cercada de jardins, adequando-se ao desenho urbano, com luminárias e bancos. Há também uma grande edificação colonial ao fundo.

Como se pode ver na foto atual, a praça ainda possui seu traçado original e sua árvore, porém os jardins desapareceram e o espaço foi calçado, sendo

atualmente local de embarque e desembarque de passageiros no uso de ônibus municipais. A construção colonial ao fundo parece ter sido revestida com painéis de metal, descaracterizando completamente o edifício.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
x	x	x	x	x	x

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978

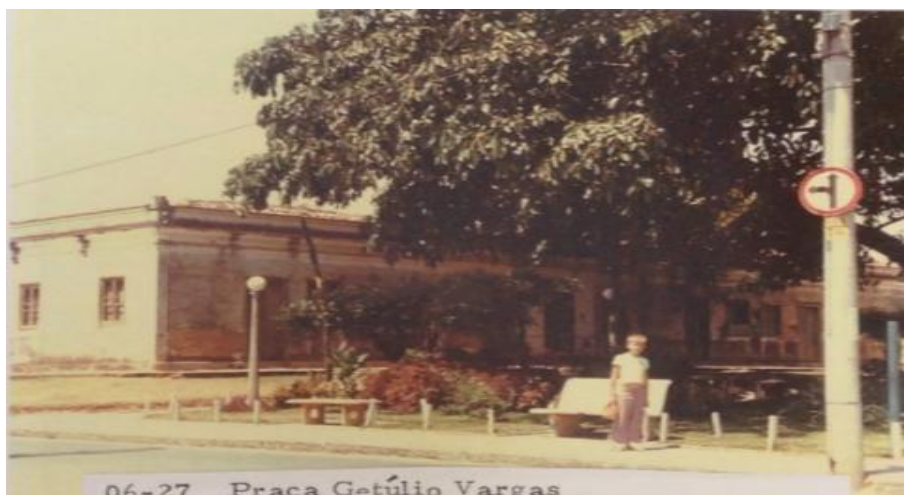




Figura 83. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p>Figura 84. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	<p>Não Há construção, apenas um abrigo para usuários de ônibus.</p>
Fachada	
 <p>Figura 85. Foto da autora, 2019.</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 16

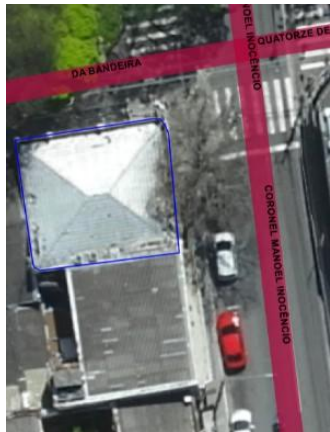
Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Praça da Bandeira - Light	
Uso Original	Comercial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 86. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 118,0m²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
--	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc)

No levantamento fotográfico de 1978, havia na Praça da Bandeira um sobrado que, na época, tinha função comercial, como sede da Light, empresa de energia elétrica e de origem canadense, implantada no Brasil desde o início do século XX. Com características neoclássicas, atualmente esse prédio foi preservado em sua estrutura, mas com algumas poucas características do aspecto anterior, como as janelas e robustez da edificação, abrigando uma edificação completamente reformada, ainda com finalidade comercial.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978

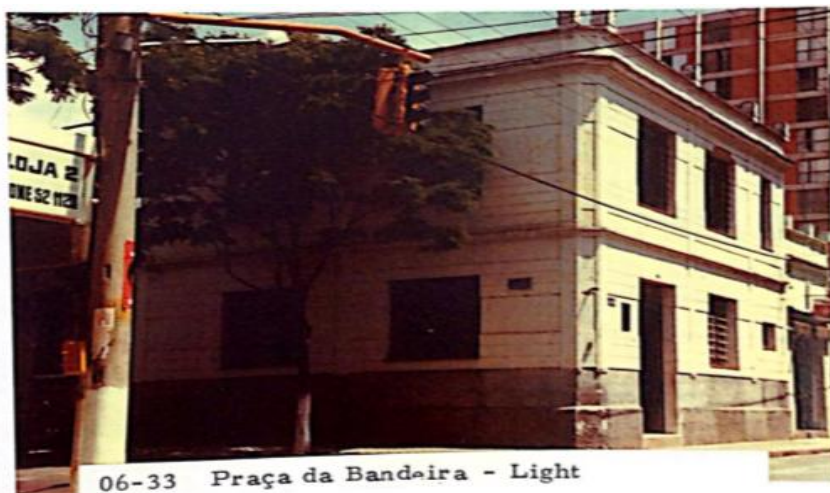

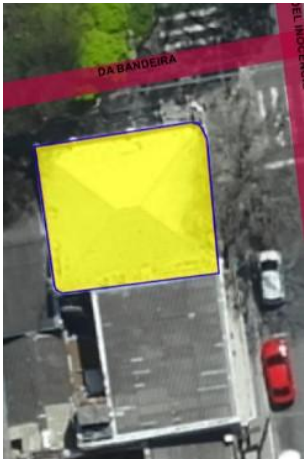



Figura 87. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p data-bbox="237 757 807 846">Figura 88. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="831 757 1353 846">Figura 89. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="237 1563 619 1592">Figura 90. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 17


Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Praça da Bandeira, 154	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 91. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 420,51m ²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

No levantamento fotográfico de 1978, na Praça da Bandeira havia um edifício residencial de tipologia casa de porão, de caráter oitocentista, com alpendre lateral e telhado de lambris em madeira e elementos neobarrocos coroando as janelas, além da presença de pilares com capitéis coríntios de caráter simbólico e decorativo. Atualmente esse prédio não existe mais, foi demolido e no terreno se construiu um edifício moderno comercial, onde há uma agência bancária.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 92. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade



Figura 93. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Localização no Lote



Figura 94. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Fachada



Figura 95. Foto da autora, 2019

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 18


Localidade	Caçapava - SP	Situação 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Praça da Bandeira, 172	
Uso Original	Comercial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 96. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 222,41m²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

No levantamento fotográfico de 1978, havia aqui uma casa de meia-morada, implantada ao estilo colonial, porém com elementos decorativos na fachada de caráter neoclássico. Atualmente essa edificação ainda existe, mas muito mal conservada, com algumas alterações agressivas como um recorte na fachada para abertura de uma garagem de uso residencial particular.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há




Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.


Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 97. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p data-bbox="240 1037 791 1126">Figura 98. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="831 1037 1350 1126">Figura 99. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="240 1776 632 1809">Figura 100. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 19

Localidade	Caçapava - SP	<p>Situação</p>  <p>Figura 101. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Manoel Inocência, 163	
Uso Original	Comercial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 329,88m²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

No levantamento fotográfico de 1978, havia uma casa classificada como de porão, que na data da foto já abrigava uma edificação comercial. Tratava-se de um belo exemplar de arquitetura eclética circundada por uma “falsa” balaustrada, com alpendre lateral monumental. Atualmente vemos que esse prédio foi demolido e o terreno abriga uma nova edificação comercial.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.


Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 102. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade	Localização no Lote
 <p data-bbox="237 853 791 943">Figura 103. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>	 <p data-bbox="831 891 1310 981">Figura 104. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Fachada	
 <p data-bbox="237 1646 635 1680">Figura 105. Foto da autora, 2019</p>	

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 20

Localidade	Caçapava - SP	<p>Situação</p>  <p>Figura 106. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava</p>
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Manoel Inocêncio, 229	
Uso Original	Comercial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 225,57m2	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

No levantamento fotográfico de 1978, havia uma edificação de tipologia de casa de porão, porém, com uma parte lateral destinada ao uso comercial e com alguns elementos decorativos historicistas na fachada. Atualmente esse prédio ainda existe, porém com muitas modificações e reformas.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois a construção foi em partes modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 107. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade



Figura 108. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Localização no Lote



Figura 109. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Fachada



Figura 110. Foto da autora, 2019

Inventário Simplificado de bens imóveis da Cidade de Caçapava - SP
Projeto de Mestrado – História da Arte – UNIFESP – 2019 - Imóvel 21


Localidade	Caçapava - SP	<div>Situação</div> 
Denominação	Casa	
Propriedade	Particular	
Endereço	Rua Coronel Manoel Inocêncio, 301	
Uso Original	Residencial	
Uso Atual	Comercial	
Uso Possível	O uso original ainda se encontra o mesmo.	

Figura 111. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Breves Histórico

A informação mais recente apresentado para o local seria o do Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho em 1978 e na cidade, devido a um incêndio ocorrido nos anos 80, muita coisa se perdeu e apenas existem relatos que os imóveis já eram muito antigos e serviam de moradia e também pequenos comércios.

Breve Descrição

Historicamente pelo relato do Arquiteto Neves da Rocha, a edificação tratava-se de uma edificação usada para comércio, preservando ainda sua mesma utilidade, mudando suas características.

Data Aproximada da Construção do Último Registro: 1978 Área aproximada da edificação: 253,52m²	Estado de Conservação	(x) Bom () Regular () Precário () Em ruínas () Demolido () Alterada
---	-----------------------	--

Caracterização – Tipologia Técnica Construtiva e Materiais Empregados (Paredes Externas e Internas, Esquadrias, Cobertura, Pisos, Forros, etc.)

No levantamento fotográfico de 1978, na Praça da Bandeira havia um edifício residencial de tipologia casa de porão, de caráter oitocentista, com alpendre lateral e telhado de lambris em madeira e elementos neobarrocos coroando as janelas, além da presença de pilares com capitéis coríntios de caráter simbólico e decorativo. Atualmente esse prédio não existe mais, foi demolido e no terreno se construiu um edifício moderno comercial, onde há uma agência bancária.

Intervenções: Alterações na Planta, Inserção de Anexos, Substituição de Materiais, entre outros

Planta modificada, porém mantendo a característica de comércio.

Estado de Conservação

1 - Excelente	2 - Bom	3 – Ruim	4 – Sem possibilidade de opinar
---------------	---------	----------	---------------------------------

Estrutura	Estrutura Portante	Elemento Secundário	Cobertura	Interior	Condições Higiênicas
4	4	2	2	4	2

Indicações

Proteção Existente: Nenhuma proteção por órgão de preservação

Proteção Proposta: Não há

Restauração Necessária: Não há, pois construção foi totalmente modificada

Perigos Potenciais: Não há

Referências Bibliográficas:

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. Caçapava: *Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.

Edificação Existente em última data de registro: 1978



Figura 112. Foto de Rocha Filho, 1978

Implantação na cidade



Figura 113. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Localização no Lote



Figura 114. Mapa efetuado em conjunto com setor de georreferenciamento na prefeitura de Caçapava

Fachada



Figura 115. Foto da autora, 2019

Com esta breve análise comparativa pelo inventário simplificado, pudemos observar de forma sucinta os tipos de edificações existentes na cidade, em 1978. Ao localizá-las no tecido urbano de hoje, observamos que muitas foram demolidas ou completamente descaracterizadas e que pouquíssimas foram preservadas. Isso ilustra, como vimos em relação à legislação e às ações políticas para a preservação na cidade de Caçapava, que nenhuma solução foi adotada para conservar, pelo menos, algumas das edificações históricas de caráter colonial e eclético, marcas da história da cidade. Em quase sua totalidade, as edificações consideradas para este estudo comparativo entre 1978 e 2019 foram demolidas, possuindo uma construção nova no local e apenas algo da estrutura original que pode ter se conservado.

Deveríamos acrescentar um breve parêntesis acerca do levantamento fotográfico realizado por Gustavo Neves da Rocha Filho como parte de um aspecto mais amplo relativo à importância da fotografia para o reconhecimento, a preservação e também como referência para restauração do patrimônio no Brasil. O caráter autoral e interpretativo das fotografias realizadas como parte de um levantamento de patrimônio vem sendo compreendido em oposição a um sentido meramente técnico e objetivo. As fotografias realizadas como forma de inventariar o patrimônio no Brasil vêm sendo analisadas, elas mesmas, como uma forma de compreensão do próprio patrimônio (LE MOS, 2000). A autoria das fotografias do levantamento de 1978, ao que tudo indica, são do próprio Rocha Filho, pois não há créditos atribuídos a um eventual fotógrafo da equipe.

De qualquer forma, a comparação entre o que foi registrado em 1978 e o que temos hoje revela a urgência de iniciarmos algum esforço para a preservação do pouco que resta do patrimônio arquitetônico de Caçapava. Ainda que estejamos diante de uma dinâmica de crescimento e de transformação urbana acelerada e dominante, é necessário discutirmos mecanismos para que tais mudanças ocorram de modo responsável. Precisamos construir instrumentos de preservação e de planejamento urbano que sejam capazes de conservar parte desse passado construído, como forma de garantir à população a possibilidade de olhar e de reconhecer, no espaço da cidade, ao menos algumas marcas da trajetória histórica e cultural da cidade e de seus habitantes.

5 – CONCLUSÃO

Através do breve panorama apresentado nessa dissertação – como embasamento inicial para o entendimento de alguns aspectos da realidade das cidades do século XXI, cidades que ainda buscam, em maior ou menor medida, estudar sua história e, por consequência compreender seu patrimônio –, evidenciamos algumas conclusões sobre o patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade de Caçapava, no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo.

Como questionamento inicial, pudemos refletir sobre a preservação da cidade em tempos atuais, a partir de uma abordagem geral do panorama internacional, em que se encontram os esforços para a constituição do próprio conceito de patrimônio, assim como para a elaboração de leis que lhe dessem definição e proteção. Nesta dissertação, tal reflexão não foi voltada para leitores especialistas em questões de conservação e restauro de patrimônio. Ao contrário, nossa pretensão foi trazer algumas informações básicas para leitores leigos, imaginando que estas linhas pudessem contribuir para a conscientização da importância do patrimônio relativo à cidade de Caçapava, sua população e seus atores políticos.

As pessoas, de uma maneira geral, reconhecem a importância da conservação, preservação e restauro de sítios considerados como patrimônio da humanidade. Não há quem não se sinta impelido, frequentemente, a fazer parte daqueles lugares em viagens, como se estivessem agregando um conhecimento importante, sentindo-se cidadão do mundo.

Apesar de o Brasil ser um país de “pouca idade”, se comparado àqueles que podem ser ditos nossos “colonizadores”, os europeus; é impossível aceitar que, no país em que habitamos, não possa haver um crescimento atrelado ao conhecimento, como nos países europeus, onde o desenvolvimento é ajustado, de algum modo, a políticas de preservação, por meio de normativas, regulamentos e políticas públicas. É difícil aceitar que as ideias de preservação sejam ainda um “tabu” para alguns municípios brasileiros.

A leitura, na cidade de hoje, dos padrões históricos e sociais que a definiram como espaço físico e social, deveria ser entendida como uma forma de promover um desenvolvimento responsável, atento à construção de laços de pertencimento entre a população e o espaço habitado, motivo dessa dissertação.

Em uma escala menor, como no caso estudado na presente dissertação, a conclusão tende a ser desanimadora, pois os estudos podem até evidenciar a importância da salvaguarda do patrimônio, porém, é preciso que cada indivíduo, como morador da cidade, entenda que pertence ao lugar, que sua história está também nas pequenas casas de meia-morada e não somente nos grandes monumentos, como aqueles vistos em países europeus, tombados como patrimônio da humanidade.

Em outras palavras, embora muitas pessoas reconheçam a importância dos monumentos e edificações “dos outros”, daqueles bens imóveis e sítios históricos consagrados pela história da arte e da arquitetura, têm dificuldade de reconhecer a importância do patrimônio local de sua própria cidade.

Ainda é importante frisar que somos, como nação, compostos de povos indígenas, colonizadores europeus e africanos, além dos orientais e de populações imigrantes de diversos países, incluindo povos irmãos pertencentes à América, sendo importante reconhecer a variedade de valores que temos em nossa terra. Nenhuma cidade no Brasil se construiu sem as contribuições desses povos, e toda sua urbanidade, claramente seguiu padrões de civilizações colonizadoras, mas que se somam às variáveis existentes no âmbito de pequenas comunidades.

O Vale do Paraíba paulista se constituiu pelas incursões bandeirantes, em confronto com os povos nativos e africanos, e este somatório de culturas, seu jeito de vestir, de falar e principalmente, de morar, resultou em aglomerações, que se tornaram vilas e, mais tarde, cidades.

O fator urbano resultante de uma variada composição étnica, cultural e também de peculiaridades históricas, climáticas e sociais, criou gêneros de edificações importantes, muitas vezes tipicamente brasileiras, com “o colonial” e o “neocolonial”, que se deu a partir da necessidade de adaptação da construção ao clima e aos locais ermos que, posteriormente, fariam parte da cultura das grandes fazendas de café. É preciso reconhecer a importância desses elementos históricos da arquitetura local, pois reúnem aspectos de um momento do desenvolvimento dessa urbanidade. Porém, tais exemplares foram se deteriorando com o tempo, sobretudo após a industrialização, surgindo novas tipologias voltadas à modernização.

Na cidade de Caçapava, no momento atual, é com pesar que descrevemos os desdobramentos das grandes alterações urbanas, tanto em seu desenho como em suas edificações, uma vez que foram desdenhados bens importantes para se preservar a história viva da cidade. O contraste entre a cidade retratada pelo

levantamento realizado no final dos anos 1970, por Gustavo da Rocha Filho, e aquela observada em 2019 é estarrecedor. O fragmentado legado que ainda permanece, a cada dia está sob ameaça de mudanças, sendo fundamental alertarmos para a necessidade de preservar o que resta da história arquitetônica de Caçapava, ainda que sejam exemplares isolados.

Além do que foi possível analisar a partir do levantamento de Rocha Filho (1978), focado no centro histórico, ao observarmos a totalidade da cidade, vemos que praticamente 95% das edificações estão degradadas, incluindo as longínquas, como aquelas remanescentes das fazendas, que infelizmente não puderam ser abordadas no presente trabalho.

Embora, no limite deste trabalho, tenhamos nos detido em uma amostra dos edifícios fotografados pelo levantamento de Rocha Filho, podemos afirmar que, de modo mais amplo, com relação ao patrimônio urbano e rural de Caçapava, sobrou muito pouco do casario, e até mesmo de construções mais recentes, como as fábricas. O que ainda resta se deve apenas ao fato de se tratar de prédio “público”, com sua tipologia diferenciada, como é o caso do edifício da Secretaria de Cultura que, antigamente, pertencia às Indústrias Matarazzo. Remanescem ainda as edificações militares. Tal contexto revela a insuficiência do município de conservar suas edificações como valor histórico.

No limite desta investigação, foi necessário determo-nos em poucos edifícios, para um estudo comparativo entre o levantamento de Gustavo da Rocha Filho, de 1978, e nossas fotografias realizadas quarenta e um anos depois, sendo o objetivo do trabalho. Porém, mesmo assim, o resultado nos mostrou a realidade de praticamente todos os outros bens históricos existentes em Caçapava, devido a uma amostragem revelada no estudo.

A partir das anotações da presente dissertação, gostaríamos de sensibilizar o poder público para que sejam planejadas ações mais incisivas e ativas para a preservação do patrimônio local, juntamente com uma movimentação popular mais preparada para acompanhar o desenvolvimento da cidade e de sua estrutura, pois até mesmo a única edificação tombada de Caçapava, a Escola Rui Barbosa, encontra-se em péssimo estado de conservação.

O tombamento, no entanto, deixou de ser o único instrumento para garantir a preservação do patrimônio. Desde a Constituição de 1988 houve muitas mudanças nas noções relativas ao patrimônio brasileiro, passando-se de uma visão mais

concentrada nos bens materiais, sejam móveis ou imóveis, para bens imateriais, assim como uma compreensão da “paisagem cultural”. Não apenas se consolidou a superação do chamado “cânone colonial” do período heróico do IPHAN, como também se ampliaram os próprios instrumentos de preservação, a exemplo da chancela da paisagem cultural que ultrapassa a ideia de conservação de um edifício isolado ou de um conjunto urbano, para abarcar a paisagem urbana. Importante destacar, também, que para o registro de um bem imaterial ou de paisagem cultural, a comunidade passa a exercer um papel ativo, podendo ela propor junto aos órgãos competentes a chancela para a conservação.

Enfim, é com tristeza que a conclusão desse texto se dê de forma tão negativa. Isso se deve, certamente, à ausência de um olhar mais incisivo de um setor, na administração municipal, especialmente destinado a atender as questões do patrimônio local, como vimos. No entanto, esperamos que se introduzam, a partir da contribuição deste estudo acadêmico, argumentos para que os moradores e atores políticos de Caçapava busquem o interesse pela preservação de suas raízes, em contraponto a tanta especulação imobiliária; fazendo com que, a partir de estudos como esse, existam ações mais efetivas para uma urbanização planejada, incluindo a preservação de sua identidade por meio do cuidado com os bens imóveis, entendidos como parte essencial de um município rico em cultura e autenticidade.

6 ANEXO 01 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO COM FOTOS

**7 ANEXO 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO CONFORME L.C 254/2007 – PLANO
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Lucia Inês Lotufo Correa. *Um estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Edificado do Município de Caçapava (Trabalho Final de Conclusão de Curso)* – UNIVAP, 1996.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*, Editora Martins Fontes, 1993.
- BARREIRA, Maria Eneida. *Educação Patrimonial – Conhecimento para o Futuro. (Trabalho Final de Conclusão de Curso)* – UFSCAR, 2017.
- BASTOS, Benedito Alipio. *Caçapava – Apontamentos históricos e genealógicos (Subsídios para a história e a genealogia do Vale do Paraíba)*. Edição Comemorativa do 1º Centenário da Cidade de Caçapava. Impresso nas Oficinas de Reis, Cordeiro, Botelho e Cia: Caçapava, 1955.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. Editora Perspectiva, 2001.
- BUENO, Antonio Pereira. *Ruas de Caçapava*. Edição Comemorativa do Centenário da Cidade de Caçapava. Editora Centenário, 1955.
- BRASIL, *Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: Senado Federal. Centro gráfico, 1988. 292p.
- CALDARELLI, Solange Bezerra. *Pesquisa arqueológica em projetos de infraestrutura: a opção pela preservação*. Publicado em: Revista do Patrimônio, 33: 153-174. Rio de Janeiro: IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número especial sobre Arqueologia e Preservação, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A socialização da arte: Teoria e prática na América Latina*. São Paulo, Editora Cultrix, 1980.
- _____. *O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional*. Cidade: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, 1994.
- CARLUCI, Marcelo. *As casas de Lúcio Costa*. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2005.
- CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. *Sociedade e Educação Patrimonial*. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2005.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas*. FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. P. 9-31 2007

- CERQUEIRA, Fábio Vergara. *Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Diálogos, p. 91-109, 2005
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Ed.UNESP, 2006.
- COSTA, Eduardo Augusto. O Lugar das Coleções Museológicas na Definição do Patrimônio do IPHAN. In HOFFMANN, A.M.P.; BRANDÃO, A.; SCHIAPPACASSE, F.G. SOLAR, M.C. (orgs.) *História da Arte: Coleções, Arquivos e Narrativas*. Margem da Palavra. Bragança Paulista: Urutau, 2016. Pp. 165-178)
- FABRIS, Annateresa. Arquitetura Eclética no Brasil: o Cenário da modernização. Anais do Museu Paulista, Série N.1, p. 131 – 143, 1993
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia da Educação Patrimonial. IPHAN, 1999.
- JAREK, Gisele Lütke S. Cidades, culturas, memórias e identidades: Uma proposta em educação patrimonial. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2007.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *O Rituais de Tombamento e a Escrita da História – Bens Tombados no Paraná entre 1938 – 1990*. Editora UFPR, 2000.
- KOCH, Wilfried. *Dicionário de Estilos Arquitetônicos*. Ed. Martins Fontes, 2009.
- KUHL, Beatriz Mugayar. Org. *Gustavo Giovannoni - Textos Escolhidos*. Coleção Artes e Ofícios. Ateliê Editorial, 2017.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória (Tradução Bernardo Leitão, et. Al.)*. Editora UNICAMP, 1990.
- LE MOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.
- MENDES, Chico; VERISSIMO; Chico; BITTAR. William. *Arquitetura no Brasil: De Cabral a D. João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.
- OLIVEIRA, Marco Antonio Alves de. *A preservação da História no Município de Caçapava através da educação Patrimonial – (Trabalho Final de Conclusão de Curso)* – 2016, Univap.
- PELEGRINI, Sandra C.A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAS – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 54 – 77.
- PIMENTEL, Isabela Maria Gomes. *Grupo Escolar Ruy Barbosa: Restauro Arquitetônico - (Trabalho Final de Conclusão de Curso)* – 2018, UNITAU.

- RAMPIN, Sônia; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. IPHAN, 2012.
- REISEWITZ, Lúcia. *Direito Ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.
- ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. *Caçapava: Levantamento Sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. CONDEPHAAT, 1978.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado. A instituição do Patrimônio em São Paulo, 1969 – 1987*. UNESP, 1999.
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: FAP-UNIFESP/EDUSP, 2013.
- _____. A Cidade e seus Bens Culturais: A dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. *Projeto História*, nº 40, junho de 2010, p. 223-257.
- TIRAPELI, Percival. *Arquitetura e Urbanismo no Vale do Paraíba: Do Colonial ao Eclético*. Editora UNESP, 2015.
- TOLENTINO, Atila Bezerra (org.). *Educação Patrimonial: Educação, memórias e identidades*. IPHAN – João Pessoa, 2013.

Cartas patrimoniais, IPHAN (www.iphan.br). Acesso em 2018:

- Carta de Atenas – Sociedade das Nações de Outubro de 1931
- Carta de Atenas – Novembro de 1933
- Recomendação de Paris - Dezembro de 1962
- Carta de Veneza – Maio de 1964
- Normas de Quito – Novembro e Dezembro de 1967

Caçapava:

Grupos de Facebook:

Caçapava- SP – História, Fotos e Caçapavenses

Caçapava – Ontem, Hoje e Sempre

Legislação de Caçapava:

<http://legislacaocompilada.com.br/camaracacapava/legislacao/>

Bens tombados:

Bens tombados em Caçapava – Escola Estadual Ruy Barbosa e a Coleção de Veículos e Acessórios do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas. Disponível em http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.9e39945746bf4ddef71bc345e2308ca0/?vgnnextoid=300d6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&IdCidade=a4d1f693abe5c010VgnVCM1000001c01a8c0____&Busca=Busca. Consulta em Maio de 2016.

Modelo de ficha de inventário:

<http://inventariomacaubas.blogspot.com/2011/05/modelo-de-ficha-do-inventario-do-acervo.html>